

FACE

Em Revista

v.4 2001



ARTIGOS

UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO:
ABP MEDIADA PELA INFORMÁTICA

Jefferson Tremi

O NÃO-USUÁRIO DA INFORMAÇÃO, COMO REVERTER ESTE QUADRO

Rita de Cássia Funaro Vieira

A POLÍTICA CAMBIAL APÓS O PLANO REAL E SEUS REFLEXOS NA
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ATÉ MEADOS DE 2000

Marlene Züge

Carlos Alberto Adão

Eugênio Libreloto Stefanelo

HIPERMÍDIA NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

Cleusa M. de Souza

Maria Helena Hanish Tonon

REFLETINDO SOBRE ARTE

Ana Inêz Kienen Schreiner

ANÁLISES DAS CARACTERÍSTICAS DA DEMANDA TURÍSTICA DO ANO 2000

Sandra Aparecida de Paula e Souza

A AFETIVIDADE E COGNIÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Rosana Beatriz Ansai

OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS SEGUNDO TOURAINE E GUATTARI

Gígi Anne Horbatiuk Sedor

A LEITURA NO CONTEXTO ESCOLAR: REFLEXÕES E PROPOSTAS

Acir Mário Karwoski

PERÍCIA CONTÁBIL

Daniel Mello

TRABALHO: IGUALDADE E DESIGUALDADE SOCIAL

Ivone da Costa Masnik

ESTUDOS DE CASO

A ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO NA ANÁLISE DE CRÉDITO

Suely Terezinha Martini

A ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E O RISCO MORAL
MANIFESTADO NO MERCADO DE SEGUROS DE AUTOMÓVEIS

Arnaldo Berger Júnior

INFORMAÇÕES ASSIMÉTRICAS NO MERCADO DE PRODUTOS ALI-
MENTÍCIOS: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA ISABELA S/A

Josiane Bendlin

SEGUROS: A SELEÇÃO ADVERSA E O RISCO MORAL NOS
SEGUROS SAÚDE NO BRASIL

Cássio Robin Portes

ENSAIO

O PODER DE UM CORONEL

Amadeu de Paula e Souza



Rua Sete de Setembro, 451 - Centro

89400-060 - PORTO UNIÃO - SC

Fone: (0**42) 522-2844 - Fax: 522-1987

E-mail: uniporto@net-uniao.com.br

**FACE
EM
REVISTA**

v.4 2001

FACE EM REVISTA

Conselho Editorial:

Fahena Porto Horbatiuk - Presidente
Rita de Cássia Funaro Vieira - Secretária
Ana Inês Kienen Schreiner - Membro
Abel Zastawny - Membro
Cordovan Frederico de Melo Júnior - Membro

Maria Genoveva B. Esteves - Membro
Odelir Dileto Cachoeira - Membro
Raulino Bortolini - Membro
Sandra Mara Marafon Silva - Membro
Simone Santos Junges - Membro

Publicação Anual

Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória - FACE

Diretor - Prof. Jairo Vicente Clivatti
Vice-Diretor - Prof. José Pedro Ramos
Chefe do Depto. de Administração - Prof^ª. Nanci Terezinha Benghi
Coordenadoria de Comércio Exterior - Prof. Ivo Tonon
Chefe do Depto. Ciências Contábeis - Prof. Clóvis Tilgner de Souza
Chefe do Depto. Ciências Econômicas - Prof. Ronaldo Teixeira Ozon
Chefe do Depto. de Comunicação Social - Prof. Raulino Bortolini
Chefe do Depto. de Licenciatura em Informática - Prof^ª Edna S. E. Trebien
Chefe do Depto. de Secretariado Executivo - Prof^ª Fahena Porto Horbatiuk
Chefe do Depto. de Turismo - Prof^ª Maria Genoveva Bordignon Esteves

Poderá ser obtida em permuta junto à
Biblioteca "João Dissenha"
Setor de Publicações
Fundação Faculdade Municipal de
Administração e Ciências Econômicas
Caixa Postal 321
84.600-000 - União da Vitória - Paraná

Capa e Projeto Gráfico
Edite Siqueira

Revisão Geral
Prof^ª Fahena Porto Horbatiuk

Os artigos propostos à publicação serão submetidos ao Conselho Editorial. É imprescindível o envio dos textos acompanhados de resumo, abstract e palavras-chave, em disquete, de acordo com a NBR 6022.

FACE EM REVISTA. União da Vitória: Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória, v.1, n.1, out. 1998.

Semestral
v.1, n.2 de 1998, não foi publicado
A partir de v.3, 2000 a publicação passa a ter periodicidade anual.

1.Ciências - Periódicos I. Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória - FACE.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores.

FACE EM REVISTA

Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de
União da Vitória

v.4 2001

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
ARTIGOS	
UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO: ABP MEDIADA PELA INFORMÁTICA. <i>Jefferson Tremil</i>	9
O NÃO-USUÁRIO DA INFORMAÇÃO, COMO REVERTER ESTE QUADRO. <i>Rita de Cássia Funaro Vieira</i>	25
A POLÍTICA CAMBIAL APÓS O PLANO REAL E SEUS REFLEXOS NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ATÉ MEADOS DE 2000. <i>Marlene Züge, Carlos Alberto Adão, Eugênio Libreloto Stefanelo</i>	45
HIPERMÍDIA NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. <i>Cleusa M. de Souza, Maria Helena Hanish Tonon</i>	61
REFLETINDO SOBRE ARTE. <i>Ana Inêz Kienen Schreiner</i>	75
ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS DA DEMANDA TURÍSTICA DO ANO 2000. <i>Sandra Aparecida de Paula e Souza</i>	85
A AFETIVIDADE E COGNIÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR. <i>Rosana Beatriz Ansai</i>	101
OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS SEGUNDO TOURAINE E GUATTARI. <i>Gígi Anne Horbatiuk Sedor</i>	119
A LEITURA NO CONTEXTO ESCOLAR: REFLEXÕES E PROPOSTAS. <i>Acir Mário Karwoski</i>	141

PERÍCIA CONTÁBIL. *Daniel Mello*. 153

TRABALHO: IGUALDADE E DESIGUALDADE SOCIAL. *Ivone da Costa Masnik*. 168

ESTUDOS DE CASO

A ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO NA ANÁLISE DE CRÉDITO.
Suely Terezinha Martini. 189

A ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E O RISCO MORAL
MANIFESTADO NO MERCADO DE SEGUROS DE AUTOMÓVEIS.
Arnaldo Berger Júnior. 201

INFORMAÇÕES ASSIMÉTRICAS NO MERCADO DE PRODUTOS
ALIMENTÍCIOS: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA ISABELA S/A.
Josiane Bendlin. 211

SEGUROS: A SELEÇÃO ADVERSA E O RISCO MORAL NOS
SEGUROS SAÚDE NO BRASIL. *Cássio Robin Portes*. 225

ENSAIO

O PODER DE UM CORONEL. *Amadeu de Paula e Souza*. 239

APRESENTAÇÃO

FACE em REVISTA, nº 4, congrega produções escritas, em grande número, por professores da FACE, o que demonstra que está cumprindo seu papel motivador da pesquisa entre os docentes.

Há nela uma rica diversidade temática, distribuída em três setores: artigos, estudos de caso, ensaios.

Os estudos de caso são todos na área econômica, utilizando-se do conceito de informações assimétricas, de Pyndick & Rubinfeld (1999).

Os artigos referem-se a turismo, contabilidade, linguagem, educação, informática na educação, artes, filosofia, economia, biblioteca em universidades, sociologia.

Participando da produção intelectual, a universidade torna-se meio de formação e desenvolvimento de inteligências criativas, críticas, geradoras de novos conhecimentos e de soluções para os problemas de seu meio.

É uma forma de atualização constante do pesquisador, aumentando sua reflexão da realidade, visando ao bem-estar social, que quer ajudar a construir.

"Há uma satisfação esportiva em dar caça a um texto que não se encontra, há uma satisfação de charadista em encontrar, após muito refletir, a solução de um problema que parecia insolúvel." (Eco, 1996, p.169)

Gratos a todos que colaboraram para que esta edição se realizasse, queremos continuar contando com artigos científicos, ensaios ou resenhas, como contribuição de nossos interlocutores/leitores.

Fahena Porto Horbatiuk

* ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1996.



ARTIGOS



UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO: ABP MEDIADA PELA INFORMÁTICA*

Jefferson Tremi

Graduado em Administração, pela FACE - União da Vitória. Especialista em Administração Empresarial pela UFPR/FACE - União da Vitória. Especialista em Tecnologias de Desenvolvimento de Sistemas, pela UnC/FURB - Blumenau. Mestrando em Ciências da Computação pela UNIPAR/UFSC - Umuarama. Professor do Departamento de Administração da FACE/UVA.

* Trabalho indicado para apresentação na 8ª EDINEB (Inovações Educacionais em Economia e Negócios), Nice - França, 21 de junho de 2001.



RESUMO

Este artigo relata uma pesquisa inicial dentro do campo das inovações didático-pedagógicas aplicada ao ensino superior, tendo como base a técnica de ABP (Aprendizagem Baseada em Problemas) e a mediação dos instrumentos através dos recursos da informática. O foco está centrado no curso de Administração da Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômica de União da Vitória (PR), através de um pólo central na disciplina de Processamento de Dados Aplicado à Administração. As etapas iniciais estão em andamento, o que caracteriza-se pela elaboração de um ambiente computacional capaz de oferecer os recursos necessários para o processo de ensino e aprendizagem baseado em problemas. Como para a realidade da instituição a iniciativa e o ambiente são inéditos, há de se ter o cuidado em não tomar algo como verdadeiro até que possa ser comprovado mediante aplicação piloto, caracterizando um desenvolvimento sustentado pela prototipação do ambiente e em consequência dos próximos passos.

Palavras-chave: Aprendizagem baseada em problemas (PBL), e-learning, aprendizagem mediada por computador, informática na educação.



1 ABP E SUA APLICAÇÃO

O método de Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) tem sua origem nas escolas de medicina do Canadá e Holanda. Os problemas de desconexão entre teoria e prática verificados neste curso, iniciaram um processo de mudança curricular e didática centrada no aluno, que agora passaria a estar em contato com a prática desde seu primeiro ano de faculdade, através de problemas definidos por uma equipe de tutores, fazendo o aluno se defrontar com situações ainda não conhecidas. O aluno passa então a estudar a teoria do problema, discutir em grupo e apresentar uma solução.

Inicialmente testado e aplicado na área da medicina, o método chegou à vários ramos do conhecimento, além da área da saúde como, enfermagem, veterinária, fisioterapia e odontologia, também encontra aplicação em economia e engenharia.

Há uma generalidade nos cursos superiores em estabelecer certas divisões entre teoria e prática, ou seja, nos primeiros anos do curso são enriquecidos com conteúdos teóricos e a partir dos últimos anos ou em estágios a prática é percebida. O currículo médico tradicional surgiu na década de 20, privilegiando esta máxima. Porém, com as novas conquistas da ciência novos conteúdos precisavam ser incluídos nos estudos, o que causou uma sobrecarga nos primeiros anos do curso, motivo este que acaba por fortalecer o estudo por mudanças pedagógicas que culminam com a Aprendizagem Baseada em Problemas.

1.1 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Segundo o Centro de Ciências da Saúde e por iniciativa do curso de medicina da Universidade Estadual de Londrina (PR), os instrumentos necessários para a aplicação da metodologia estão centradas no currículo, no grupo tutorial, nas funções do tutor, nos temas de estudo, nos problemas, na aquisição de habilidades, na avaliação e no gerenciamento.

O grupo tutorial é a base do método ABP. No grupo, os alunos são apresentados a um problema previamente elaborado por uma comissão de elaboração de problemas, de caráter misto e em rodízio, formada por docentes e alunos. O problema deverá atender ao conteúdo curricular, abordando um tema do

conhecimento. Da discussão os alunos deverão formular objetivos de aprendizado, análogos aos imaginados pelos especialistas.

O grupo é composto por 8 a 10 alunos, mais um tutor, professor que deverá garantir o funcionamento do grupo. Neste grupo, um aluno deverá ser o coordenador que é encarregado de garantir a participação dos membros na discussão e zelar pela forma metódica no trato ao problema; outro aluno deverá ser o secretário que é encarregado de anotar as etapas da discussão. Segundo o Centro, o método sugerido é o dos 7 passos:

1. *Leitura do problema e identificação e esclarecimento de termos desconhecidos;*
2. *Identificação dos problemas propostos pelo enunciado;*
3. *Formulação de hipóteses explicativas para os problemas identificados no passo anterior (os alunos se utilizam nesta fase dos conhecimentos de que dispõem sobre o assunto);*
4. *Resumo das hipóteses;*
5. *Formulação dos objetivos de aprendizado (trata-se da identificação do que o aluno deverá estudar para aprofundar os conhecimentos incompletos formulados nas hipóteses explicativas);*
6. *Estudo individual dos assuntos levantados nos objetivos de aprendizado;*
7. *Retorno ao grupo tutorial para rediscussão do problema frente aos novos conhecimentos adquiridos na fase de estudo anterior.*

O método garante duas fases: uma em que o problema é apresentado e há a formulação dos objetivos de aprendizado e a outra caracterizada pelo estudo individual realizado fora do grupo, passando a discutir o problema após novos conhecimentos adquiridos.

O papel do professor tutor está em garantir que o grupo trabalhe, que o coordenador e o secretário desenvolvam seus papéis, assim como todos os outros alunos, que as discussões não estejam se distanciando do tema. O tutor deve conhecer os objetivos de aprendizado, antecipadamente, porém não deverá impô-los aos alunos. Alguns defeitos do tutor já foram identificados na metodologia como por exemplo, desinteresse pelo trabalho do grupo, a tendência de dar aulas sobre o tema e desconhecimento dos recursos disponíveis para os estudos individuais.

Não mais a unicidade de conhecimentos do professor é a garantia da qualidade do curso, mas sim a diversidade de conhecimento e o acesso a tal é um fator de qualidade, desde que as formas de interação com estes conhecimentos sejam programadas e conhecidas pelos professores, fixando-se metas a serem alcançadas dentro de cada módulo e problema.

O método no curso de medicina é aplicado com uma reestruturação total nas práticas de ensino e não em conteúdos isolados. O envolvimento de todos,

docentes e alunos, é necessário para que ocorra a implementação em todo o curso, desde os primeiros até o últimos anos. A preocupação está centrada na busca individualizada de conhecimentos relativos às hipóteses do problema e na posterior discussão entre os elementos do grupo que combinam seus conhecimentos e determinam uma solução e após poderão passar por uma avaliação diagnóstica.

2 OS RECURSOS DA INFORMÁTICA

A Informática vem sendo tratada como a ferramenta que pode integrar o conhecimento nas práticas pedagógicas, com resultados na aprendizagem potencialmente maiores do que com às atuais práticas. Mais do que nunca, é essencial o processo constante de aprendizado. Iniciar na universidade, o fortalecimento da cultura que traz a figura do professor como guia na construção do conhecimento do acadêmico, tende a despertá-lo ainda mais, para na universidade e após ela, agregar ao seu cotidiano formas de buscar informações e elaborar seu conhecimento, com rapidez através da interação com as mais diversas fontes.

Diante desse quadro, fundamenta-se a necessidade de ferramentas que possam, a qualquer instante, trazer fragmentos de informações de qualquer parte do mundo, para dentro da vida do acadêmico na universidade, em sua casa, no trabalho ou em qualquer outro ponto de acesso. Esse estilo acadêmico deve ser classificado como essencial para o desejo de manter-se incluído nas novas conquistas do conhecimento e, conseqüentemente possuir maior rapidez na solução de problemas dentro e fora do ambiente universitário. Cabe ressaltar, que todas as fontes de conhecimentos fazem parte do processo, e não apenas as fontes oferecidas pela informática. Essas são essenciais, porque trazem as facilidades de acesso a dados atualizados, de buscas em qualquer parte do mundo e a troca de informações com os maiores especialistas das mais diversas áreas.

2.1 INFORMÁTICA NO ENSINO

Desde a Revolução Industrial, o mundo tem evoluído na melhoria e criação de ferramentas que venham facilitar as interações do trabalho, do lazer, da pesquisa, da cooperação e do ensino. Esta tendência natural do ser humano, chega aos dias atuais com uma ferramenta adaptável às atividades do ser humano. O computador assume uma posição de “ser supremo” diante dos seres humanos, mesmo tendo sido eles o seu criador. Tal situação é revelada quando uma simples tarefa não nos é oferecida sob a acusação de que o computador não está *on-line*, e passivamente devemos aguardar.

No ensino superior, as exigências do mundo atual e a informática quebraram alguns paradigmas didáticos que vinham sendo postulados como melhores meios

de adquirir conhecimento. O professor com unicidade do conhecimento dá lugar à diversidade de meios à construção do conhecimento, passando a ser o guia na formação competente, criativa, globalizada e envolvida com o meio ambiente. Acompanhando esta evolução, o computador oferece duas frentes de auxílio ao professor, como lembra NEGRA(1998): em uma primeira corrente, o computador é utilizado como meio para a transmissão de conhecimento, porque possibilita a apresentação de conteúdos com alguma metodologia diferente, como é o caso de softwares de apresentação auxiliados por um *datashow*; outra corrente aborda o computador como auxiliar no processo de transformação do ensino, e que auxiliados por software, criam ambientes que enfatizam a construção do conhecimento.

O conjunto hardware e software formam um forte instrumento para a utilização no processo de ensino de administração. Com este o acadêmico pode dispor de vários ambientes capazes de guiá-lo no tratamento do conhecimento. Os softwares tutoriais enfocam a apresentação do aprender fazer, finalizando com aplicação de exercícios cujo resultado é avaliado pela própria máquina. A categoria de softwares aplicativos favorecem a criação de alguma simulação como por exemplo, as planilhas de cálculo e os banco de dados. Segundo NEGRA (1998), os programas de Banco de Dados são os que mais favorecem a construção do conhecimento, porque a interação ocorre mediante a elaboração de um conjunto ordenado de idéias com linguagem formal e precisa. A utilização de softwares profissionais cria uma ligação íntima com a realidade, porque estes são utilizados pelas empresas como ferramentas de planejamento, organização, direção e controle. Com os recursos de multimídia, surge a possibilidade de expressão de idéias, com características focadas em um problema ou em um conteúdo específico, tornando a percepção mais aguçada. Com a Internet, abre-se um mundo de possibilidades e a busca do conhecimento não mais tem barreiras e os subsídios administrativos para a tomada de decisões podem estar sobre a mesa. Junto à Internet, outro recurso que oferece benefícios é a simulação e os jogos. Neste ambiente a realidade empresarial pode ser trabalhada com níveis de requinte que determinam a falência ou sucesso da empresa virtual. E a Videoconferência que elimina distâncias entre alunos e professores e cria uma sala de aula com total interação entre os elementos.

3 APLICAÇÕES NO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO

Dentro do contexto do curso, a informática deve constar como ferramenta em qualquer disciplina da grade e não como conteúdo a parte. Com esta visão, os docentes podem delinear o tratamento dos conteúdos, com uma prática mais inovadora e que fortaleça a conduta de aprender a aprender do acadêmico. Cabe portanto, implementar novos métodos didáticos, fundamentados na evolução dos meios de acesso ao conhecimento.

Várias experiências, relatos e métodos são testados e aceitos dentro da

comunidade de tecnologia educacional. Conforme relato de CUNHA(1996) sobre o uso da informática na FEA/USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP), um dos projetos desenvolvidos foi intitulado de Trabalho Cooperativo. A experiência realizada no primeiro semestre de 1996, utilizou a Internet como atividade de ensino, envolvendo um total de 400 alunos, aproximadamente 75 faculdades de administração em torno de 30 países. Cada aluno da FEA estava em um grupo diferente de elementos também de países diferentes. Na 1ª etapa foi estabelecida troca de mensagens entre os componentes com o intuito de ocorrer uma apresentação mútua. Como 2ª etapa estabeleceu-se uma rodada de pesquisa na Internet sobre o tema, com o objetivo de aprender a pesquisar e interagir com os serviços da rede. A 3ª fase caracterizou a definição do projeto e o relato técnico do serviço, justificativa, teorias e publicação dos resultados do grupo em página HTML.

Experiências assim mostram o quanto é possível desenvolver um aprendizado com riqueza de conhecimentos, demonstrando a possibilidade de trabalhar em cooperação, mesmo à distância, com baixo custo e comunicação eficiente.

Outra experiência desenvolvida foi em uma disciplina de pós-graduação da FEA, onde os alunos puderam discutir o assunto que estavam estudando, com especialistas de outras instituições, através de Chat.

Todas as alternativas oferecidas pela informática devem ser bem estudadas e fundamentadas pelas teorias da educação, para serem implementadas em um ambiente computacional.

4 AMBIENTE COMPUTACIONAL MEDIADOR DA ABP

Várias experiências de aplicações de ambientes computacionais nas diversas áreas são relatadas. Na área da educação, muitas pesquisas são divulgadas através de Congressos e Seminários, demonstrando o desejo de inserir a informática como verdadeiro instrumento pedagógico. A 8ª Conferência Internacional - EDINEB(Educational Innovation in Economics and Business), programada para os dias 20, 21 e 22 de junho em Nice na França, irá reunir especialistas do mundo inteiro envolvidos com o tema, usando ou não a metodologia ABP, em conjunto com a informática. Isto vem mostrar a real importância das adaptações e inovações do processo de ensino e aprendizagem feitas em prol da melhoria da qualidade do ensino em todas as áreas.

Os desenvolvimentos que estão relacionados às salas de aula virtuais e sites educacionais, trazem a possibilidade de serem reutilizados em outros casos e para outros objetivos. O ambiente proposto nesse trabalho, por suas características pedagógicas, deverá ser sugerido ao uso de qualquer disciplina do curso de administração da FACE, após testes, implementações e adaptações da ABP no curso.

4.1 TRABALHANDO COM PROBLEMAS

As atividades estão inicialmente sendo desenvolvidas no 4ºA e 4ºB do curso de administração, na disciplina de Processamento de Dados Aplicado à Administração, formando dois grupos piloto para a adaptação da metodologia ao curso.

Esta adaptação requer algumas etapas de desenvolvimento, que as fundamentam a passagem para uma nova. Assim, as primeiras etapas poderão mostrar como e quando os recursos da informática podem ser instrumentos fundamentais para a formação do conhecimento, considerando que a metodologia não exige o uso da informática em tempo integral para a resolução do problema.

No primeiro problema foi utilizada a seguinte estrutura:

- ▶ Tema: Conteúdo que será abordado.
- ▶ Características Conteúdos de outras disciplinas que serão trabalhadas.
- ▶ Problema: Contextualização e problematização de um caso.

Passos:

1. Identificar e esclarecer termos desconhecidos: possíveis termos que não fazem parte do vocabulário corrente do acadêmico.
2. Identificar os problemas propostos: perguntas que contextualizem o problema (Por quê?, Qual?, Como?).
3. Hipóteses: Possíveis soluções para o problema.
4. Resumo das Hipóteses: Rápido resumo justificado das hipóteses.
5. Formular objetivos de aprendizado (o que precisamos saber/aprender para emitir o parecer?): identificar quais pontos ou itens do caso, são merecedores de pesquisa para elaboração de um conhecimento.

Os itens relacionados como tema, características e problema, possuem a função de posicionar o acadêmico diante do que se está estudando. Para tal, seguimos a sugestão dos 7 passos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Londrina (PR), porém reduzindo-os para 5, inicialmente, devido ao número reduzido de horas/aula da disciplina.

Esses passos formam um caminho para se chegar à solução do problema proposto de uma forma mais objetiva, o que não implica a obrigatoriedade de sua seqüência, porém é fundamental identificar, no problema, “o que eu sei” e “o que eu não sei” para emitir o parecer, criando tantos passos quanto forem necessários.

Como primeiro caso, os acadêmicos foram colocados diante do seguinte problema:

CASO Nº1

Tema:

Componentes/Configuração do PC.

Características:

Financeiras, Legislação, RH(Ergonomia), Processamento de Dados, Comunicação(Sociologia, Contábil, Marketing e Transporte).

Problema:

Uma pequena empresa de videolocação(matriz e 2 filiais), deseja maior rapidez no atendimento, segurança nos dados(registros), relatórios, etc., e foi informada de que precisaria renovar seus equipamentos(3 computadores 486 - 16Mb RAM e 3 impressoras matriciais Citizen 190).

A empresa ficou sabendo também que pode encomendar(comprar) fitas pela internet, o que também reduziria seus custos. Qual o parecer do grupo, para apresentar à empresa?

1. Identificar e esclarecer termos desconhecidos:

2. Identificar os problemas propostos:

- Por que a empresa quer mudar? Somente agora?
- Por que mudando o equipamento, pode-se atingir tais objetivos?
- Por que a internet pode auxiliar? Pode-se confiar em e-commerce?
- Qual a taxa de locações? Taxa de novos clientes?
- Qual configuração seria ideal(RAM, HD, Multimídia, FAX/MODEM, Banco de Dados Centralizado ou Descentralizado...)?

3. Hipóteses:

- Equipamento XYZ, rodando o software atual.
- Equipamento XYZ, rodando novo software.
- Equipamento ZYX, desenvolver um novo software.

4. Resumo das hipóteses:

Justificar e caracterizar cada hipótese.

5. Formular objetivos de aprendizado (o quê precisamos saber(aprender) para emitir o parecer?).

- Qual a estrutura funcional da empresa?
- Qual a estrutura funcional do equipamento(PC)? Comparar as hipóteses.
- Qual(is) vantagens/desvantagens existem no uso da internet?
- Quais os custos envolvidos (há linhas de crédito)?
- Qual(is) os elementos de marketing envolvidos nas vendas de computadores?
- Que tipo de treinamento deverá ser oferecido aos funcionários?

O caso relata um problema de gestão administrativa pelo qual os acadêmicos

poderão vivenciar em alguma empresa e engloba um conteúdo da disciplina.

A mediação feita pelo computador, está na possibilidade de o professor dispor através da WWW, conceitos relacionados, avaliações diagnósticas, animações auto-explicativa, buscas na internet, troca de informações através de e-mail, discussões através de listas, fóruns e bate-papos e elaboração do parecer.

Para tanto, devemos lembrar o papel do professor-tutor diante dos grupos, bem como dos membros do grupo que estarão mais envolvidos com seu próprio aprender.

Essa primeira aplicação, mostrou acertos e também correções a serem aplicadas em futuros casos, mas fundamentalmente mostra algumas posições de resistência na construção do próprio conhecimento e de passividade no processo.

5\ CONCLUSÃO

O professor MASETTO(1996) em seu relato sobre o ensino de medicina em Harvard, cita o seguinte: "*O aluno, desde seu primeiro dia de aula, recebe um estetoscópio e inicia sua atividade de aprendiz de medicina junto a um médico e professor*".

Percebe-se, pelo relato e dentro da literatura sobre ABP, que a metodologia surge a partir do interesse de melhorar a conexão entre a teoria e a prática e conseqüentemente elevar o nível de qualidade do curso de medicina. Esta iniciativa trouxe uma inversão na maneira de ensinar e aprender, exigindo conhecimentos teóricos a partir de um contato com o problema na prática.

Por este tratamento genérico oferecido pela metodologia, cabe às outras áreas do conhecimento estudá-la para iniciar um processo gradativo de aplicação. Como uma das exigências de sucesso está na pesquisa individual seguida de discussão em grupo, é ideal que isto ocorra dentro de um ambiente rico de conhecimentos específicos relativos ao problema em questão. Neste ponto, parece que a Internet consegue reunir, em apenas um ambiente computacional, várias serviços que, ao serem empregados sob orientação, suprem as exigências de sucesso da metodologia.

Para o caso da FACE, faz-se necessária uma aplicação inicial, a uma amostra que envolverá apenas uma disciplina, para que as respostas obtidas possam indicar possíveis alterações nas metas inicialmente estabelecidas. Assim, gradativamente, o interesse pela metodologia será despertado em outros professores, ocorrendo um envolvimento mais específico em um possível serviço de consultoria on-line.

Diante das necessidades de mudanças, o homem consegue adaptar-se e evoluir de uma forma mais qualitativa e estruturada, precisando apenas de uma iniciativa. Para o caso citado, o estudo inicial mostrou a viabilidade da iniciativa, requerendo um estudo aprofundado na metodologia, desenvolvimento do ambiente computacional e envolvimento de uma disciplina no processo de aplicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTERNET no ensino de terceiro grau: relato de experiências: banco de dados preparado por Maria Alexandra V. C. da Cunha. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/celepar/batebyte/bb58/internet.htm>>. Acesso em: 20 de jan. 2000.

MASETTO, Marcos T. Aula na universidade. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 8. 1996, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1996. p.323-330.

NEGRA, Carlos Alberto Serra. Informática aplicada ao ensino de administração. **Revista Brasileira de Administração**, Brasília, v.8, n. 22, p. 33-39, jul. 1998.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Centro de Ciências da Saúde. **Problem Based Learning**. Disponível em <<http://www.uel.br/pbl>>. Acesso em: 15 de jan. 2000.



ABSTRACT

This paper refers to an initial research in the field of didactic-pedagogical innovations applied to higher education, having the technique of Problem Based Learning (PBL) and the mediation of the instruments through computing resources as a basis. The focus is centered in the Administration course at Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória (PR) through a central pole in the subject called Data Processing Applied to Administration. The first stages are being developed, and are characterized by the elaboration of a computing environment that is able to offer the necessary resources for the learning process and the problem based learning. Once the initiative and the environment are new for the reality of the Institution, care must be taken not to consider something true till it can be proved by means of a pilot application, characterizing a development sustained by the prototyping of the environment and in the consequence of the next steps.

Key words: Problem Based Learning (PBL), e-learning, computer mediated learning, computing in education.



O NÃO-USUÁRIO DA INFORMAÇÃO, COMO REVERTER ESTE QUADRO

Rita de Cássia Funaro Vieira

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, pela FESP - São Paulo. Especialista em Recursos Humanos pela UFPR/FACE - União da Vitória. Professora do Departamento de Administração. Secretária do Conselho Editorial, da FACE-União da Vitória.



RESUMO

As Instituições de ensino, no Brasil, passam por um período de intensa reestruturação, caracterizado pelos processos de globalização e integração aos acelerados avanços tecnológicos, sendo a *pesquisa*, ferramenta fundamental ao processo de ensino/aprendizagem. O ensino superior deve saber responder a essas transformações. Nesse contexto, o estreitamento das relações professor/biblioteca/aluno é condição *sine qua non* para vencer o desafio de incentivar o “prazer” dos alunos de graduação, pela pesquisa, transformando os *não-usuários* da biblioteca em usuários assíduos. Um atendimento diferenciado aos usuários implica também fazer com que compreendam a linguagem das bibliotecas e como usar seus recursos, elementos principais neste processo, devendo ser trabalho conjunto: Corpo Docente e Biblioteca. Entretanto, isso não é suficiente. Uma nova abordagem é necessária, condizente com a nova Lei de Diretrizes e Bases de Educação, em que deveria estar explícito o papel da biblioteca dentro da instituição de ensino, e com as características do processo de mudanças do ensino no Brasil.

Palavras-chave: Usuários e não-usuários da informação, estudo de usuários da informação, disseminação da informação.



1 INTRODUÇÃO

As Instituições de ensino, no Brasil, vêm tentando adequar seus métodos aos objetivos estabelecidos, bem como dotar-se de toda uma instrumentação que as auxilie na sua elevada e fecunda missão de formar os jovens e levar à comunidade o produto das suas pesquisas e do conhecimento.

Um dos principais instrumentos que esta instituição pode e deve utilizar para esse fim é a biblioteca, que, no entanto, muitas vezes, é deixado à margem, esquecida em seus programas de reforma e aperfeiçoamento. Na verdade, qualquer tentativa de reforma seria inútil e incompreensível, se destituída de uma infra-estrutura que possibilitasse o acesso à informação técnica e científica. Assumem assim, importante papel, as bibliotecas universitárias, no contexto de uma política de reformulação do ensino superior.

As bibliotecas da atualidade estão muito preocupadas em tornar a informação, cada vez, mais fácil e rápida de ser recuperada, usando de meios eletrônicos, pois a administração de dados eficaz é essencial na geração, em qualquer nível, de informações operacionais, gerenciais ou estratégicas. É a informatização muito importante para que se possa favorecer a oportunidade de minimizar os esforços da biblioteca e do pesquisador em busca de informações, além de reunir, num só banco de dados, todas as informações contidas no acervo em geral.

A educação é, sem dúvida, fator de suma importância para o desenvolvimento econômico e social de um país. Não cabe a ela, meramente, transmitir conhecimentos, experiências e ideais, mas, sobretudo, dar a instrumentação necessária para que cada um, por si mesmo, seja capaz de fazer descobertas, criar e construir algo. Os sistemas educacionais devem estar em perfeita sintonia com a realidade e com as necessidades do país. E entre esses sistemas, o subsistema universitário é de importância vital, pois se supõe, pelo menos, que daí sairão aqueles que serão os maiores responsáveis pelo destino de seu país.

A Universidade precisa, portanto, estar muito bem preparada para realmente funcionar como agente positivo das mudanças necessárias e irreversíveis. E a biblioteca é um dos instrumentos essenciais ao processo ensino/aprendizagem. Não se pode conceber ensino sem utilização de bibliotecas, as quais, além de

possibilitarem acesso à informação, têm um papel da maior relevância, favorecendo o desenvolvimento de potenciais, capacitando pessoas a formarem suas próprias idéias e a tomarem suas próprias decisões.

Muito se tem falado sobre o papel educacional das bibliotecas, mas muitas vezes, elas têm deixado de integrar os planejamentos educacionais.

Como a biblioteca é ou deveria ser um dos meios utilizados pelos estabelecimentos de ensino para atingirem suas finalidades, ambos devem caminhar juntos e à medida que o ensino vai se renovando, ela deve estar preparada para acompanhá-lo, quando não, ir à frente, provocando a adoção de novos processos pedagógicos, a criação de novas práticas, a formação de novas atitudes em relação aos livros, ao estudo e à pesquisa.

Hoje, com as novas perspectivas para o ensino, já não se concebe mais a idéia de o professor, como na escola antiga, ser o único instrumento para transmitir conhecimentos e sim em que o ensino se fundamenta na auto-atividade do aluno, provocando sua natural curiosidade, motivado por sua experiência pessoal, levado a procurar e a encontrar, por si mesmo, o mundo inesgotável da cultura.

Se a biblioteca é importante para o ensino em geral, no ensino superior seu papel é proeminente...(FERREIRA, 1980, p.7)

A biblioteca não pode ser um agente neutro, passivo, apenas entregando o material bibliográfico ao consulente e controlando sua volta. Ela é um conjunto de seres humanos que aceita a responsabilidade de tornar o material impresso útil à sociedade, pois de nada nos serve a preocupação com aquisição e preservação de material bibliográfico, se não houver uso desse material para o enriquecimento de nosso Corpo Docente e Discente, pois através do Corpo Docente, as Instituições de Ensino usam os conhecimentos e idéias conservados nas obras, revitalizando-os e pondo-os a serviço da educação dos Alunos, transmitindo assim idéias contidas nos diversos materiais bibliográficos, pois este é o objetivo básico de uma Instituição de Ensino.

À medida que as instituições de ensino melhoram seu padrão de ensino e pesquisa, sentem-se pressionadas a dar melhores condições às bibliotecas, para que funcionem com eficácia, e estas, por sua vez, funcionando adequadamente, dão melhor apoio aos programas educacionais da própria instituição. É a retroalimentação, da qual dependem não só a continuidade e qualidade dos serviços oferecidos, bem como a qualidade do próprio ensino.

A Lei da Reforma Universitária, Lei nº 5.540/68, abordou pontos-chave, como estrutura da universidade, pessoal docente (extinção da cátedra vitalícia), metodologia de ensino, e considerou indissociáveis o ensino, a pesquisa e os serviços de extensão, porém a lei não menciona especificamente as bibliotecas universitárias, mas apenas indiretamente, pois uma vez que elas existem em função da universidade, e que esta sofre modificações radicais, a biblioteca, como parte integrante do processo, deve acompanhar essas mudanças. Mesmo depois de

vinte e oito anos, quando do lançamento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a LDB ignorou, mais uma vez, as bibliotecas, como um meio de alcançar os objetivos a que o ensino superior se propõe.

Com todos os fatores acima citados, algumas vezes favorecendo e outras desfavorecendo a principal causa da existência das bibliotecas nas instituições, perguntamos: “O que motivaria os alunos de graduação da Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas – FACE, a freqüentarem mais a biblioteca desta instituição, para que se possa fazer deles verdadeiros pesquisadores e profissionais do futuro?”.

O presente trabalho tem como objetivo prover a Biblioteca de mecanismo mais eficiente para o atendimento aos usuários, pois hoje o gerenciamento das informações não compreende uma condição passiva da biblioteca universitária que não deve organizar os seus serviços numa condição de espectadora da vida acadêmica, atendendo as necessidades somente no momento em que é solicitada. Sua missão precípua não permite que a biblioteca universitária fique numa condição passiva frente às necessidades emergentes e constantes que o ambiente universitário constrói, exige-se que assuma uma postura de maior ousadia frente às demandas das atividades desenvolvidas numa instituição de ensino superior.

Analisadas, avaliadas e refletidas a demanda e fontes de informação, a biblioteca universitária deve voltar sua atenção para o processo de disseminação da informação, como um ponto focal do espaço de gerenciamento de informações.

A freqüência ao uso dos meios disponíveis na biblioteca, por parte de seu Corpo Docente e Discente, é uma preocupação cada vez maior das instituições de ensino.

2 METODOLOGIA

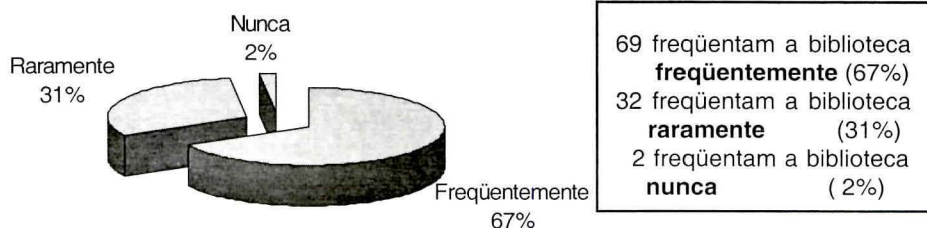
Buscando desenvolver um projeto técnico que estivesse vinculado à realidade da biblioteca, estruturou-se uma linha de investigação que contemplou uma revisão de literatura e uma pesquisa direcionada à Biblioteca João Dissenha em forma de estudo de caso, que resultou em uma análise dos dados que deram suporte à pesquisa.

Optamos por uma pesquisa através de questionário, com questões fechadas, para os alunos dos últimos anos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Foram respondidos por 103 alunos, o que representou 10% dos alunos matriculados na faculdade, optou-se apenas pelos alunos dos últimos anos, por estarem em fase da realização de seus Trabalhos de Conclusão de Curso, supondo-se que os mesmos se utilizem mais dos serviços oferecidos pela biblioteca, tendo, assim, mais base para responder o questionário. Porém,

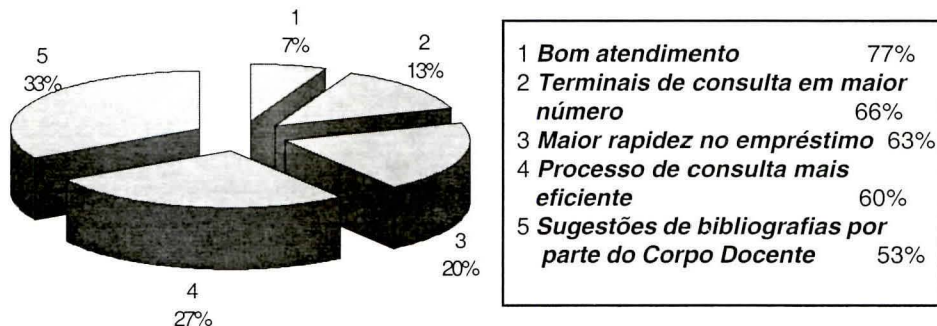
nos deixou surpresos o alto índice de alunos que *raramente* freqüentam a biblioteca, devido ao estágio em que deveriam estar, diante de seus trabalhos finais, pois o projeto de estágio já deveria estar pronto, com todas as metas definidas. Então, nos perguntamos: como chegaram a este estágio das coisas, sem freqüentarem a biblioteca?

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS

Como resultado da freqüência dos alunos entrevistados na biblioteca, temos:



Com a tabulação dos dados chegamos a cinco pontos principais que levariam os alunos a freqüentar mais a biblioteca:



O *objetivo* principal deste trabalho é detectar os problemas que estão por trás do reduzido *uso* dos serviços oferecidos pela biblioteca, e o que fazer para reverter este estado das coisas, pois de nada nos adianta uma biblioteca com acervo atualizado, grandes salas de estudo, se o objetivo principal não estiver sendo alcançado, que é a utilização por parte dos usuários a que se destina.

Com a pesquisa, chegou-se à conclusão de que o não uso da biblioteca, deve-se, principalmente aos seguintes fatores:

- **A biblioteca comunica-se de forma deficiente, não tornando seus usuários, cientes dos seus serviços/acervo;**
- **Há falta de pessoal qualificado para os serviços de referência;**
- **Há deficiência na interação biblioteca/professor;**

➤ O uso da biblioteca pelos alunos depende, primeiramente, de estímulo do corpo docente.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Para construir o quadro teórico desta investigação selecionaram-se alguns autores que deram fundamentação às nossas inquietações sobre o assunto proposto.

VAN LOO (1984,p.36) apresenta, como resultado de suas pesquisas, razões por que as pessoas não usam bibliotecas:

- é mais rápido obter informações de outras fontes, fora do sistema formal;
- falar com pessoas é mais fácil do que ler livros;
- usuários potenciais não conhecem a capacidade das bibliotecas;
- usuários podem ter tido experiências desagradáveis com este ou com outros serviços de informação.

A biblioteca deve prometer e promover somente o que possa realmente oferecer e só pensar em aumentar a demanda que possa ser atendida pela oferta, sem prejudicar a qualidade do produto/serviço.

Dois aspectos não pudemos deixar de citar neste trabalho, pois são de fundamental importância para o entendimento dos resultados da pesquisa junto aos alunos: o primeiro é que a FACE tem crescido rapidamente nos últimos cinco anos, com a implantação de mais quatro cursos. O segundo e principal aspecto das dificuldades que temos enfrentado, é que o número de funcionários continuou o mesmo, tendo crescido apenas o número de estagiários, porém os mesmos têm apenas dois anos de tempo de estágio e quando se mostram aptos a desenvolverem suas atividades sem supervisão total dos serviços por eles executados, o estágio está no fim. Levando consigo toda a carga de conhecimentos adquiridos, e a biblioteca recomeça do zero, com nossos estagiários.

Para que se tenha uma idéia do processo frágil que é a contratação de estagiários para suprir a falta de funcionários, no período noturno, quando a demanda de usuários é maior, temos apenas uma funcionária, sendo que as outras três atendentes são estagiárias do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, o que torna nossos serviços bastante deficientes, e como as mesmas não têm vínculo algum com a instituição, podem abandonar o trabalho a qualquer hora, sem que se tenha um aviso prévio, podendo desestruturar todo o serviço de referência da biblioteca.

Com o crescimento da classe estudantil, sem os recursos humanos correspondentes, os serviços ficaram prejudicados, pois segundo YORKE, apud LIMA (1994, p.515) a maior e mais importante função de qualquer organização é satisfazer a demanda expressa pelos usuários, contando para isto com recursos

humanos bem treinados e em número suficiente.

Conforme CANNIE e CAPLIN (1994, p.20), uma maneira de avaliar a qualidade dos serviços é obter diretamente de seus clientes informações sobre o que eles consideram importante. Pesquisas periódicas devem solicitar aos “clientes” que classifiquem fatores como rapidez no atendimento, clareza nas respostas, grau de conhecimento dos assuntos, cortesia, etc.). As organizações que não podem ou não querem colocar seus clientes em primeiro lugar ficarão cada vez mais para trás. Os líderes competitivos do mercado sabem disso e fazem da qualidade dos serviços a principal prioridade administrativa.

Com o intuito de melhorar e divulgar os serviços prestados pela biblioteca, resolveu-se fazer este trabalho, para que outros muitos se sucedam e venham aumentar a demanda de usuários e para que todo esforço feito não fique apenas nas páginas de relatórios anuais, mas que sirvam para ajudar na formação dos cidadãos que provavelmente construirão o futuro da cidade e, por que não, do país.

Dentre os autores que deram suporte a este trabalho, podemos citar o pensamento de BERGAMINI (1997, p.69): “o chefe que mais caracteristicamente utiliza o poder do seu cargo para controlar os subordinados usa, freqüentemente, prêmios e punições, estando sempre atento a estratégias que lhe permitam utilizar-se dos recursos do meio ambiente a fim de conseguir, como ele mesmo diz, “motivar” os seus subordinados. Já o líder eficaz evita tal prática, estando mais atento em conseguir que os seus seguidores não percam a sua motivação, e isso significa valorizar as forças motivacionais existentes no interior de cada um deles. E segundo MCGREGOR, citado por BERGAMINI (1997, p.69) “... é inquietante descobrir que as vultosas somas de dinheiro gastas com seus complicados planos de retribuição ao trabalho executado nada têm a ver com o aumento da satisfação motivacional e o conseqüente envolvimento das pessoas em planos organizacionais”. Estas citações dizem respeito ao aspecto da falta de funcionários para execução dos serviços que devem ser oferecidos, e com qualidade, aos leitores da biblioteca. É muito difícil motivar pessoas que trabalham, sabendo que seus direitos são poucos, e que, ao final de dois anos, poderão estar desempregadas. Ainda sobre este fator, segundo MARTINS e RODRIGUES (1999) “... a interação que ocorre entre pessoas e organizações se baseia num senso permanente de reciprocidade e influência mútua,... as maneiras como as organizações tratam seus membros, os tipos de estrutura de poder e autoridade utilizados, e as espécies de normas e valores que atuam simultaneamente afetam os motivos e os comportamentos dos funcionários.... a relação pode ser vista como cooperativa e satisfatória somente quando oferecer a ambas as partes, ao indivíduo e às organização, a oportunidade de atender suas respectivas necessidades.

CHIAVENATO (1997) argumenta que: “para se compreender o comportamento das pessoas é necessário entender que elas vivem e se comportam em um “campo

psicológico” e que procuram reduzir suas dissonâncias em relação ao seu ambiente, ... entre os fatores internos e externos que influenciam o comportamento humano está a *motivação humana*; o comportamento pode ser explicado através do *ciclo motivacional* que se completa com a satisfação, ou frustração, ou ainda com a compensação de necessidades humanas. As necessidades humanas podem ser classificadas em uma hierarquia, onde as necessidades primárias estão na base (*necessidades fisiológicas e de segurança*), enquanto as necessidades secundárias (*necessidades sociais e de estima e de auto-realização*) estão no topo. Essas necessidades atuam simultaneamente, com prevalência das secundárias ou superiores. Por outro lado, a *motivação* pode ser explicada pela influência de dois fatores: *os fatores higiênicos* ou insatisfacientes e *os fatores motivacionais* ou satisfacientes. Porém, a motivação ainda pode ser explicada através de um modelo contingencial: a motivação para produzir depende da instrumentalidade dos resultados intermediários (produtividade, por exemplo) em relação aos resultados finais (dinheiro, benefícios, promoções etc.). Porém, o estado motivacional das pessoas produz o clima organizacional e é por este influenciado”

PRADO (1992, p.19) diz que *é claro que para este trabalho a biblioteca terá de contar com recursos humanos quantitativa e qualitativamente capazes de atender às exigências dos que demandam a informação. Esta afirmação mostra que a falta de pessoal qualificado para os serviços de referência (auxílio à pesquisa), é um dos pontos-chave dos problemas aqui apresentados, pois o consultante que não sabe como usar os recursos de que a biblioteca dispõe, e não encontra a devida atenção para que se familiarize com os mesmos, certamente sairá insatisfeito e será pouco provável que volte, por sua livre vontade. Assim, como a biblioteca não dispõe de pessoal qualificado para este tipo de serviço, podemos nos apoiar neste fato para supor que seja um dos fatores por que nossos usuários pouco freqüentam a biblioteca.*

FERREIRA (1980, p.8) afirma que, pelo tipo e pela qualidade dos serviços prestados por sua biblioteca, é possível medir-se o grau de desenvolvimento de uma universidade, pois já não se admite, em nossos dias, a possibilidade de um trabalho intelectual sério, sem o apoio de atualizadas fontes bibliográficas. Não é menos verdade, porém que o valor que se dá à biblioteca depende muito da concepção que se tenha de universidade e do que ela possa oferecer. Quando a universidade se afasta dos métodos e processos tradicionais ou superados de ensino, aproximando-se mais da pesquisa, preocupando-se em levar o aluno a fazer descobertas por si mesmo, a tirar conclusões pessoais utilizando os métodos de seminário e discussões em grupo, ele dará maior valor à biblioteca, pois desta dependerá grande parte do seu trabalho efetivo.

O processo educativo estruturado com os sistemas de ensino, em função dos objetivos específicos e agrupados em compartimentos executivos, intimamente articulados, num regime de vasos comunicantes, cumpre articulá-lo com as diversas

fontes de riqueza e cultura, e a biblioteca universitária é uma dessas fontes que deve estar em perfeita sintonia com o processo educativo global.

À medida que a universidade melhora seus padrões de ensino e pesquisa, sente-se pressionada a dar melhores condições de ensino e pesquisa, sente-se pressionada a dar melhores condições às bibliotecas para que funcionem com eficácia, e estas, por sua vez, funcionando adequadamente, dão melhor apoio aos programas educacionais da própria universidade. É a retroalimentação, da qual depende não só a continuidade e qualidade dos serviços oferecidos, bem como a qualidades do próprio ensino.

Em 1966, Florestan FERNANDES já fazia uma crítica ao ensino no Brasil, desvinculado da pesquisa. Dizia ele: "O ensino superior brasileiro atribuía pouca importância à pesquisa, como recurso de preparação intelectual e como instrumento de avaliação positiva, ou de produção original do saber. Ele merece cabalmente as críticas que lhe foram dirigidas, por ser um ensino livresco no pior sentido, mais útil à transmissão dogmática de conhecimentos que à formação de hábitos produtivos de pensamento".

Segundo PRADO (1992, p.18) o professor só pode ser eficiente, ensinando através da biblioteca, pois nela encontra campo que permite constante atualização de conhecimentos; é através dela que o estudante tem oportunidade de realizar um trabalho independente, de pesquisa, trabalho que é dirigido no sentido da expansão do conhecimento. Compreendendo a extensão do valor da biblioteca, o corpo administrativo e o educacional serão para ela um apoio a todo o seu trabalho. Através desta afirmação, o autor destaca a importância da interação professor/biblioteca, pois ambos, trabalhando em conjunto, poderão conseguir maiores resultados, como no caso de trabalhos que são sugeridos pelo Corpo Docente e a biblioteca possui apenas uma bibliografia pequena sobre o assunto, os primeiros alunos terão material, ficando a maioria sem ter como pesquisar, enquanto se o professor solicita à biblioteca que separe e reserve o material, ou melhor, que o mesmo viesse a biblioteca e ele mesmo separasse o material apenas para pesquisa, todos poderiam ser beneficiados, alunos tendo o que pesquisar, professores com maior embasamento para as aulas e a biblioteca que poderia atender eficientemente seus usuários.

Também OLIVEIRA (1986,p.143) vincula sua reflexão ao fator de interação biblioteca/professor, "...a biblioteca universitária tem por obrigação habilitar cada leitor para o uso efetivo de seus recursos de informação. A interação bibliotecário/professor se constitui numa alternativa prática de treinamento de usuários, a qual, sem maior sofisticação ou custo financeiro, conduz a essa habilitação no uso da informação".

A biblioteca deve funcionar como parte integrante do processo educacional, para o qual a universidade existe. A evolução dos meios de registro da informação e aprendizagem tem sido tal que, a partir de meados deste século, houve profunda

mudança no conceito de biblioteca e, especialmente, no de biblioteca universitária, que é atualmente um verdadeiro centro de informação. Cabe à biblioteca universitária reunir o material apropriado aos seus objetivos, classificá-los, organizá-los tecnicamente, armazená-los com a máxima rapidez e pô-lo à disposição dos usuários.

LIMA (1975, p.7) coloca que não se faz pesquisa sem adequado suporte de informações. Felizmente, a assimilação desta afirmativa já se nota nas altas camadas dirigentes do País, pois quase todos os convênios de financiamento e pesquisa incluem cláusulas de exigência de ordem bibliográfica.

Segundo ZULETA ALVAREZ (1971,p.10) as universidades só poderão crescer e manter um corpo docente e discente informado e preparado, se os mesmos estiverem caminhando lado a lado com a biblioteca.

ROSA (1994, p.31) diz que a questão da integração da Biblioteca na vida acadêmica é fundamental para o fortalecimento dos profissionais da área de informação, que têm dentro da Universidade um grande campo de atuação ainda não ocupado. Por exemplo, as definições de políticas de produção, registro e disseminação de informações na Universidade deveriam contar com a participação de profissionais da área de informação, em um trabalho integrado com outros profissionais. Contudo, para que isso se torne realidade, é necessário mudanças profundas na formação e ação desses profissionais.

Dentre as ações que podem ser implementadas, destacamos o desenvolvimento de atividades que:

a) visem incentivar o professor, considerando o seu alto índice de influência na formação dos alunos, a utilizar e fazer com que sejam utilizados os recursos disponíveis nas bibliotecas;

b) visem maior integração das bibliotecas com os departamentos de ensino, coordenações de cursos e pró-reitorias;

c) favoreçam encontros entre professores e bibliotecários, para a indicação das melhores estratégias de trabalho que propiciem a utilização mais efetiva da biblioteca, tanto como um centro de informação quanto de recursos que conduz ao objetivo máximo da educação, o desenvolvimento do aluno como um indivíduo autoconduzido de sua aprendizagem.

Através de estudo de usuários, DERVIN(1976), chegou à conclusão de que cada usuário tem seu próprio perfil, não podendo a biblioteca tratar todos os usuários de uma mesma forma, sendo, assim, importante o papel do pessoal de apoio à pesquisa, e mais importante ainda, seu grau de conhecimento e disposição para bem atender.

Diz DERVIN que, se a comunicação da biblioteca for deficiente, certamente o usuário não irá procurar mais os serviços, pois muitas vezes o próprio usuário desconhece como encontrar o que quer, principalmente por desconhecer a linguagem das bibliotecas e, se o serviço de referência não dispuser de pessoal

qualificado, as informações ficarão “truncadas”.

Como se observou, muitos estudos estão e já foram desenvolvidos a respeito dos não-usuários. Alguns desses estudos foram aqui relatados para evidenciar a dedicação e a atenção dos profissionais da área de biblioteconomia, no esforço de criar, de forma compartilhada com o Corpo Docente e a Instituição, condições e hábito de leitura e pesquisa.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Procurou-se, com este trabalho, indicar alguns caminhos que motivem os alunos dos cursos de graduação da FACE a freqüentarem com mais assiduidade através de trabalho conjunto da instituição, corpo docente e biblioteca, proporcionando treinamento dos alunos para o uso adequado da biblioteca, visto que a mesma possui vocabulário próprio. Assim, os usuários carecem de informações de uso e sinalização que os informe corretamente, de como utilizar seu acervo e serviços. Com isto pretende-se alcançar novos índices no uso dos recursos oferecidos pela biblioteca.

A biblioteca tem por obrigação habilitar cada leitor para o uso efetivo de seus recursos de informação. A interação biblioteca/professor constitui numa alternativa prática de treinamento de usuários, a qual, sem maior sofisticação ou custo financeiro, conduz a essa habilitação no uso da informação. Para que isto ocorra, sugerimos:

- aproximação entre biblioteca e corpo docente, facilitando o fluxo de informações entre os dois, com a elaboração de listas mensais, por assunto, autor e título, para que os professores se inteirem do material existente na biblioteca;

- treinamento dos leitores, realizado a partir de uma necessidade real, proposta pelo professor, em classe, evitando o aspecto simulação, que sempre acompanha aquele elaborado apenas pela biblioteca;

- motivação dos alunos desde os primeiros anos na utilização do acervo/serviços da biblioteca, juntamente com os professores, no processo ensino/aprendizagem, visto que as informações sobre a biblioteca, oferecidas em visitas orientadas no início do curso universitário, são rapidamente esquecidas, pois os alunos não receberam, ainda, por parte dos professores, exigências que os motivem a usar a biblioteca;

- utilização por parte dos professores como método alternativo de ensino;
- cursos para aperfeiçoamento dos funcionários da biblioteca, na área de referência;

- a biblioteca deve adotar uma política de marketing mais definida;

► as fontes de informação devem ser fornecidas em um formato adequado para que seu uso seja eficaz e rápido (informatização), isto é, o sistema deve ser planejado para fornecer a quantidade certa de informação no tempo certo.

Quanto ao resultado da pesquisa, apoiamo-nos em LUBANS apud FIGUEIREDO, (1983, p.54-55) que definiu o não-usuário da biblioteca, na forma exata como ele se apresenta:

- 1) Não conhece o seu produto;
- 2) Não precisa do seu produto;
- 3) Não entende que o seu produto pode fazer por ele;
- 4) Tem problema com o seu produto;
- 5) Espera melhor atendimento;
- 6) Pensa que o valor do seu produto não é competitivo;
- 7) Simplesmente prefere outro produto competitivo.

Assim sendo, não parece tão difícil tornar o não-usuário em usuário:

- 1) Informá-lo do que a biblioteca tem para ele
- 2) Fazê-lo confiar no seu produto;
- 3) Recuperar o produto de maneira rápida e eficiente;
- 4) Fornecer não somente respostas, mas respostas úteis a ele.

A autora tem como experiência o curso de pós-graduação, que gerou esta pesquisa, e que a cada bibliografia recomendada pelo corpo docente do curso, fazia propaganda sobre sua existência ou não, na biblioteca, tendo conseguido, assim, que dos 49 alunos matriculados, 46 se inscrevessem e usassem a biblioteca ativamente. Isto demonstra que um trabalho efetivo junto aos alunos, tanto de divulgação quanto de motivação, o qual era feito pelos professores do curso, obteve sucesso com a freqüência dos mesmos à biblioteca.

Sugere-se que a Instituição tente resolver o problema, constatado em relação aos recursos humanos, promovendo concurso para contratação de novos funcionários, pois o número é insuficiente para atender a demanda de usuários, principalmente no período noturno, quando o número de alunos é maior, podendo-se, assim, dar treinamento, tanto para o pessoal de referência como para os usuários.

Com estes recursos, a biblioteca cumprirá seu principal objetivo, evitando a *desinformação*, garantindo aos usuários maior quantidade e melhor qualidade de

informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Apresentação de artigos em publicações periódicas**, NBR 6022. Rio de Janeiro, 1994.

_____. **Informação e documentação - Referências - Elaboração**, NBR 6023. Rio de Janeiro, 2000.

BERGAMINI, C. W.; CODA, R. **Psicodinâmica da vida organizacional: motivação e liderança**. São Paulo: Atlas, 1997.

BRASIL. Leis, Decretos, etc. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino e sua articulação com a escola média. **Diário Oficial**, Brasília, 29 nov., 1968.

_____. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Cap.IV, Art.43 - Da educação superior. **Lex**. São Paulo: Lex Editora, v.60, dez.(II), 1996. p.3729-

CANNIE, J. K.; CAPLIN, D. **Mantendo clientes fiéis e para sempre**. São Paulo: Makron Books, 1994.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

DERVIN, B., et al. The development of strategies for dealing with the information needs of urban residents - Phase 1. **Citizen Study**, April 1976.

_____. Communication, not information: useful theory for librarianship. **Drexel Library Quartely**. v.13, n.3, 1976.

FERNANDES, F. Pesquisa e ensino superior. In: **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1966, parte 2, cap.2, p.209.

FERREIRA, L. S. **Bibliotecas universitárias brasileiras**. São Paulo: Pioneira, 1980.

LIMA, E. **A biblioteca no ensino superior**. Belo Horizonte, Escola de

Biblioteconomia e Documentação da UFMG, 1975. p.7-8.

LIMA, R.C.M. Marketing, informação e bibliotecas. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2, 1994, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, FEBAB, 1994, p.515

MARTINS, O. B. ; RODRIGUES, I.G. **Material instrucional da disciplina motivação humana na organização.** Apostila do curso de administração e desenvolvimento de pessoas. Curitiba, 1999.

OLIVEIRA, Z. C. P. ; CUNHA, P. L. F. ; MARMET, L. O treinamento de usuários com base na relação Biblioteca/Corpo Docente. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.14, n.1, p.139-140, 1986.

PRADO, H. A. **Organização e administração de bibliotecas.** 2.ed. São Paulo: T.A.Queiroz, 1992.

RELATÓRIO anual da Biblioteca João Dissenha - 1999. União da Vitória:FACE, 2000.

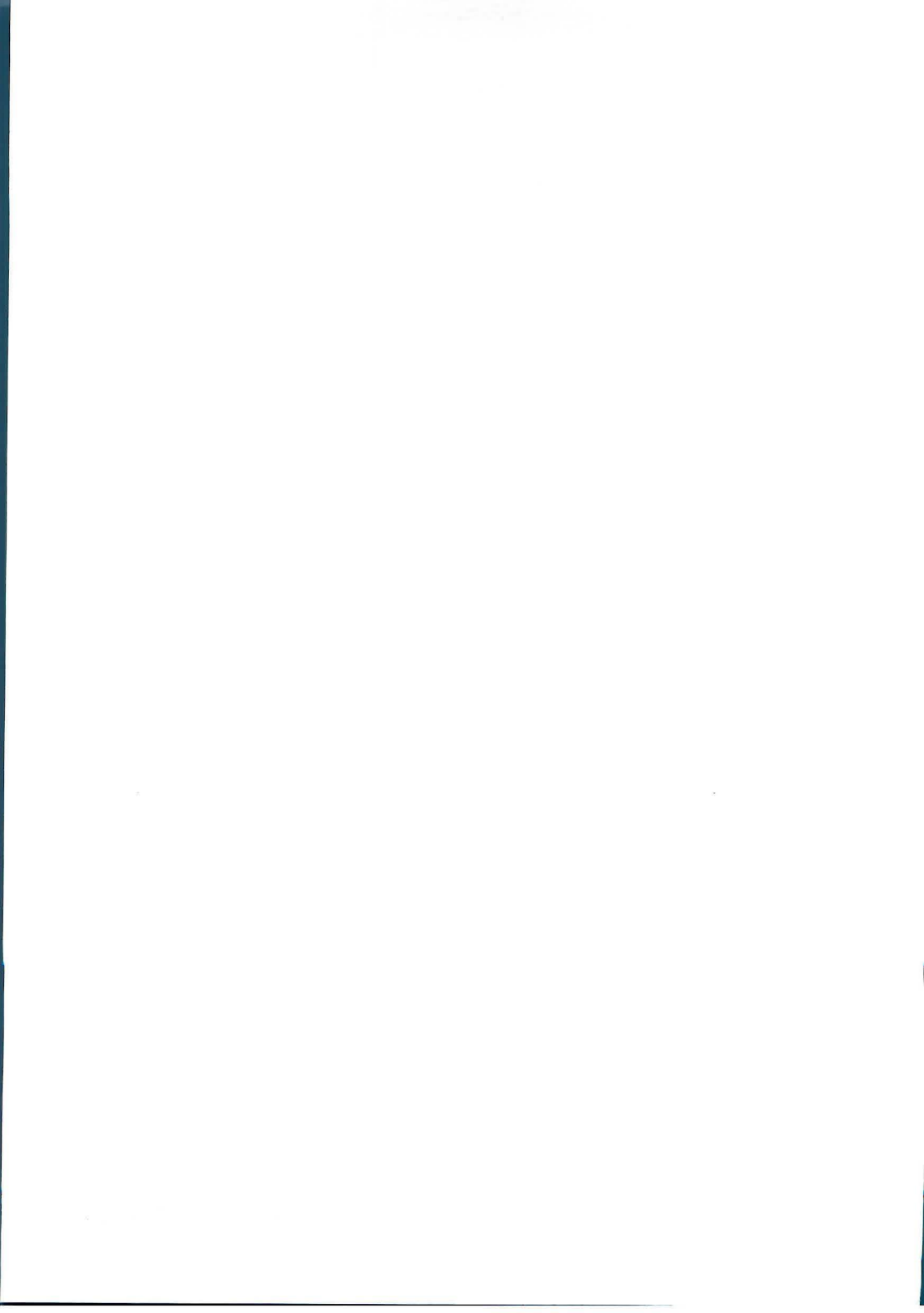
ROSA, R. C. P. Integração da atividade acadêmica com a prática profissional na área da informação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 8, UNICAMP, 7 a 11 de novembro de 1994. **Anais.**Campinas:UNICAMP, 1994. p.31



ABSTRACT

The Educational Institutes in Brazil are going through a period of intense rearrangement, featured by the globalisation processes and the integration to the fast technological advances, with research as a fundamental tool for the teaching/learning process. The Colleges of Higher Education must be able to respond to these transformations. In this context, the narrowing of the relations between teacher/library/student is the *sine qua non* condition to succeed in stimulating graduation students to have pleasure in doing research, transforming the non-users of the library into assiduous users. A distinguished service to users also implies that the users understand the language of the libraries, and know how to use their resources as well. As they are the main elements in this process, both the teaching staff and the libraries should work together. However, this is not enough. A new approach is necessary, agreeing with the new laws that rule the educational system (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), where the role of the library in the Educational Institutes should be explicit, with the characteristics of the process of changes in education in Brazil.

Key-words: non-users of information, study of user, dissemination of information.



A POLÍTICA CAMBIAL APÓS O PLANO REAL E SEUS REFLEXOS NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ATÉ MEADOS DE 2000

Marlene Züge

Graduada em Economia pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Pós-Graduada em Administração de Recursos Humanos pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas – Área de Concentração: Economia pela FACEPAL, Palmas, PR. Doutoranda em Engenharia de Produção – Área de Concentração: Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professora do Departamento de Economia e Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas da FACE. Delegada Regional de Economia de União da Vitória.

Carlos Alberto Adão

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná – 1975-1979, Pós-Graduado em Economia Teórica e Aplicada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro, Mestre em Engenharia Civil – Área de Concentração: Estruturas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ. Doutorando em Engenharia de Produção – Área de Concentração: Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Universidade Católica do Paraná – PUC/PR (1980-).

Eugênio Libreloto Stefanelo

Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria / RS . Pós-Graduado em Cooperativismo , em Econometria e Administração Pública, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Doutorando em Engenharia de Produção – Área de Concentração: Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Presidente da Ambiental Paraná Florestas S.A. Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná – UFPR . Professor do Departamento de Economia da Faculdade Católica de Administração e Economia, do Business School FAE e do Centro de Desenvolvimento Empresarial – FAE/CDE.



RESUMO

Este artigo se restringe a análise dos instrumentos que compõem a política cambial, bem como os efeitos desta política na economia brasileira no período pós Plano Real, mais especificamente, na Balança Comercial do País. Via de regra, a equipe econômica adota como medida de política cambial uma mudança de regime, como foi feito no Brasil com a adoção do Plano Real, em julho de 1994, e novamente em março de 1995, quando foi adotado o regime de bandas cambiais, bem como a substituição deste modelo em 1999, pela política de câmbio flutuante. No período 1995 a 1999, a abertura da economia e a valorização cambial provocaram déficit na balança comercial, que, a partir de 1999, com a adoção do câmbio flutuante, está sendo revertido gradativamente, atingindo um superávit de US\$ 856 milhões no primeiro semestre de 2000.

Palavras-chave: Plano de estabilização, política cambial, balança comercial.



1 INTRODUÇÃO

A atuação globalizada das empresas e dos mercados está gerando fluxos de mercadorias, de serviços e financeiros, cada vez mais intensos entre os países.

A experiência internacional indica uma acentuada correlação direta entre a expansão das exportações e a promoção do crescimento econômico das nações, devido aos ganhos de escala, resultantes da ampliação do mercado para a produção interna, ao aumento da capacidade de importação de bens de capital, de insumos básicos e de tecnologia, e pelo efeito das exportações líquidas sobre a produção, a renda e o emprego.

Para atingir os objetivos da política econômica a curto prazo, o governo dispõe da política fiscal, da política monetária e de crédito e da política cambial e comercial.

Por meio da política cambial, da política comercial (instrumentos fiscais ou creditícios de incentivo às exportações e/ou desestímulo às importações), da política sobre o fluxo de capitais e das políticas de promoção do País e das relações internacionais, o governo e a sociedade buscam o equilíbrio das suas relações comerciais, de serviços, financeiras e políticas com os demais países, resguardando os princípios da soberania nacional e da não intervenção.

A política cambial, especificamente, abrange a administração da taxa de câmbio nominal e real, uma vez que as transações realizadas envolvem diferentes unidades monetárias.

O mercado de câmbio pode ser considerado como uma passagem, na qual os fluxos de moeda estrangeira se convertem em moeda nacional e vice-versa. Os agentes que possuem moeda estrangeira e desejam trocar por moeda nacional formam os ofertantes deste mercado, tais como: exportadores, os turistas estrangeiros, os investidores internacionais. Contrariamente, os demandantes formados pelos importadores, turistas nacionais, empresas e o próprio governo que possui dívidas no exterior desejam adquirir divisas por meio da moeda nacional.

Toda vez que o preço, em moeda nacional, da moeda estrangeira se eleva, diz-se que houve uma desvalorização da moeda nacional, ou seja, o câmbio sobe. Quando o câmbio cai, diz-se que houve uma valorização.

Muitas vezes, porém, o governo sinaliza, por meio do Banco Central, que não deseja que a taxa flutue desordenadamente. Isto porque, caso a oferta e a

demanda se alterem muito ao longo do tempo, os preços dos produtos importados em moeda nacional, bem como os preços dos produtos exportados em moeda estrangeira estarão mudando constantemente, o que dificultará os negócios do país com o resto do mundo. Assim, as autoridades responsáveis pela política econômica tendem a estabelecer, explícita ou implicitamente, tetos e pisos para a variação cambial. No decorrer deste artigo, procurar-se-á descrever as principais medidas de política cambial adotadas desde o Plano Real, de modo a permitir compreender seu papel no processo de estabilização dos preços internos e seus reflexos na balança comercial brasileira.

2 FUNDAMENTOS DO PLANO REAL

Os fundamentos do Plano Real estão associados a uma série de reformas estruturais, como a abertura externa da economia brasileira, via eliminação de barreiras não tarifárias e redução de tarifas, a desregulamentação do mercado de câmbio e criação de novos instrumentos de captação de recursos externos, a renegociação da dívida externa com o Clube de Paris e com os bancos credores privados e a reordenação fiscal estabelecida em junho de 1993, durante o governo Itamar Franco, por meio da implementação do Programa de Ação Imediata. Este programa abrangeu medidas de corte e maior eficiência de gastos, recuperação da receita tributária, negociação da dívida dos estados e municípios com a União, controle maior dos bancos públicos e a continuidade das privatizações. Na época, o saneamento permanente das contas públicas era considerado essencial para a interrupção do processo inflacionário e a manutenção da estabilidade dos preços.

O Plano de Estabilização foi implementado em três fases. ZINI JÚNIOR (1996, p.125), bem caracteriza estas três fases, atestando que:

"Na primeira, durante janeiro-fevereiro de 1994, a equipe econômica, liderada por Fernando Henrique Cardoso reforçou a disciplina fiscal com a aprovação no Congresso de algumas medidas de emergência para contenção de despesas, permitindo um déficit orçamentário próximo de zero para 1994. Na segunda fase, que começou em março, os salários, preços e tributos foram redenominados em uma nova unidade de conta, a Unidade Real de Valor (URV). No período de março a julho, a URV foi usada com um dólar contábil, posto que sua razão de troca foi mantida em aproximadamente um dólar no primeiro semestre daquele ano. A taxa de câmbio cruzeiro/ real / URV basicamente foi a taxa de câmbio do cruzeiro real / dólar. Na terceira fase, iniciada em julho, introduziu-se a nova moeda, o Real. Todos os preços em URVs foram convertidos em Real."

É importante sublinhar que, na primeira etapa, com a aprovação da Emenda Constitucional de Revisão nº1, de março/94, foi criado o Fundo Social de Emergência, que representou a retenção, por dois anos, de 20% da arrecadação

dos impostos e contribuições da União e uma desvinculação desta receita dos gastos previstos na Constituição. Esta medida, junto com o Programa de Ação Imediata e a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira – IPMF e antecessor da atual CPMF, propiciou o superávit primário de -5,16% do PIB e operacional de -1,34% do PIB das contas públicas em 1994. Tal fundo foi prorrogado até o final de 1999, com o nome de Fundo de Estabilização Fiscal e, a partir de 2000 até 2003, como Desvinculação da Receita da União.

Na segunda etapa, iniciada em março de 1994, começou a mudança do regime monetário, com a criação da Unidade Real de Valor – URV, que serviu como indexador baseado em estimativas de três índices de preços e como mecanismo de transição de um regime de preços indexado e inflacionário, para outro com inflação baixa e sem os componentes inerciais anteriores. Os salários, os benefícios da seguridade social e os contratos com o setor público foram convertidos em URV, bem como os contratos privados e as negociações nos mercados de futuros e de desconto de duplicatas.

Em 1º de julho/94, começou a terceira etapa do plano, com a conversão para a nova moeda – real, dos demais preços e contratos, ao par, quando expressos em URV e na paridade com o dólar. A taxa de conversão entre o cruzeiro real e o real foi estabelecida em CR\$ 2.750,00 igual a R\$ 1,00. Na ausência de congelamento ou controle de preços, a disciplina sobre a formação de preços do setor privado ficou a cargo da taxa de câmbio e do rápido aprofundamento do processo de abertura comercial.

No que se refere à política monetária, foram estabelecidas metas trimestrais para a base monetária, bem como o controle do consumo por meio do controle do crédito, via recolhimento compulsório e prática de taxas de juros elevadas. Na política cambial, após um período de ausência do BACEN do mercado de câmbio, foi adotado o regime de bandas cambiais, que vigorou até janeiro/99, ocorrendo, a partir daí, a livre flutuação.

A terceira etapa do Plano Real é permanente, sendo constituída pela negociação e implementação das reformas estruturais ainda em curso (fiscal, previdenciária, administrativa, patrimonial, constitucional, política e econômica), capazes de trazer eficiência, competitividade e modernização ao sistema econômico; e pela condução e acompanhamento constante da política econômica que viabilize a estabilidade de preços e o equilíbrio e ajuste do balanço de pagamentos, possibilitando um crescimento econômico sustentado.

3 A POLÍTICA CAMBIAL APÓS O PLANO REAL

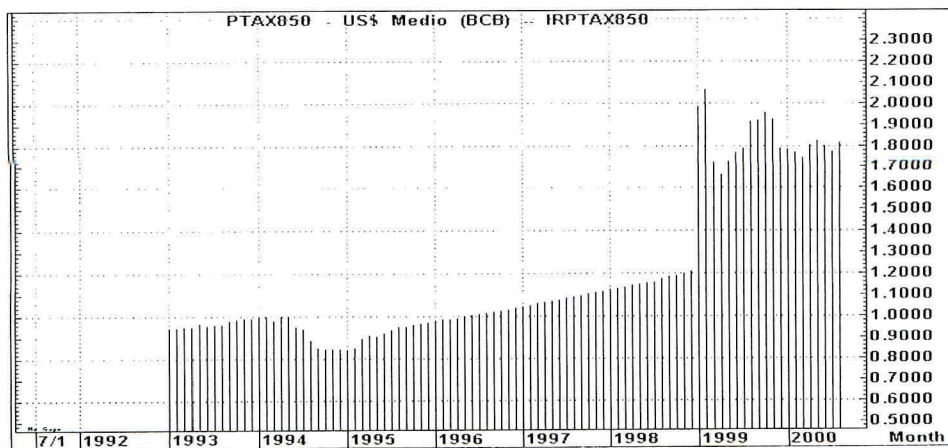
A política cambial, a partir do Plano Real, em julho de 1994, foi conduzida

no sentido de se permitir que o próprio mercado ajustasse a taxa de câmbio, abandonando-se a prática comum anterior, em que o Banco Central participava do mercado para assegurar a estabilidade da taxa de câmbio real.

Para GARCIA ; OLIVARES (1999), dada a opção de uma política monetária ativa, com limites quantitativos para a expansão da base monetária, a ausência do Banco Central nas compras de divisas para sustentar as cotações, foi fundamental para manter os tetos para emissão, neutralizando o principal fator de expansão monetária nos últimos anos. Ademais, o Banco Central impôs a exigência de 100% de reservas bancárias sobre o crescimento dos depósitos à vista e uma taxa de reservas de 20% sobre as contas de poupança, as contas do FAF e os depósitos a prazo.

A taxa (venda) do real em relação ao dólar foi definida inicialmente com a correspondência de uma URV, que valia, em 30 de junho de 1994, Cr\$ 2.750,00 ou R\$ 1,00, com o compromisso formal de o Banco Central vender divisa à paridade R\$ 1,00 / US\$ 1,00. Nesta primeira fase, até o início de março de 1995, o BACEN retirou-se do mercado, tendo realizado intervenções no segmento livre, via leilões de divisas, apenas no último trimestre de 1994. Nesse período, a taxa caiu para R\$ 0,83/0,86.

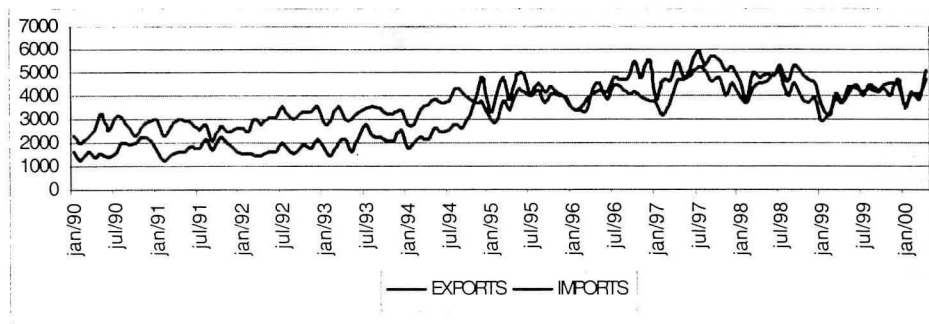
Segundo ALMEIDA, FONTES e ARBEX (2000, p. 27), o compromisso oficial era para com a defesa de um teto para a taxa de câmbio, com o BACEN comprometendo-se a vender dólares por R\$1,00. Permitiu-se, assim, que a taxa de câmbio nominal fosse substancialmente valorizada até meados de outubro, quando ela atingiu seu ponto mais baixo. A crescente oferta líquida de divisas, no início de outubro, exigiu a presença destacada do Banco Central no mercado, para evitar excessiva apreciação do real. A taxa de câmbio caiu de R\$ 0,853 / US\$1,00 ao final de setembro para R\$ 0,829 / US\$1,00 no dia 14 de outubro. A Figura 01, ilustra esse comportamento.



Fonte: BACEN

A apreciação inicial do real impactou direta e indiretamente as relações comerciais brasileiras: serviu para estimular as importações de mercadorias que ajudaram no ajustamento e nivelamento dos preços internos, porém gerou um déficit na balança comercial brasileira, já a partir de novembro de 1994. Ver Figura 02.

Figura 02 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (EM US\$ MILHÕES)



Fonte: Adaptado de SAMOHYI ; MEURER (2000, p. 12)

Este panorama forçou a adoção de medidas de maior impacto, com vistas a buscar o equilíbrio da taxa de câmbio, sem a necessidade da constante intervenção do Banco Central. Dentre estas medidas pode-se destacar algumas que restringiram a oferta de divisas, tais como: redução dos prazos para contratação do câmbio previamente ao embarque de mercadorias, que reduziu a atratividade das operações de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC), elevação dos Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre os ingressos de recursos externos, entre outras.

Além disso, a queda imediata da inflação, após a implementação do Plano Real, impulsionou o consumo, que cresceu mais que a capacidade produtiva da economia no curto prazo. Assim, de modo a permitir um equacionamento da oferta à demanda por bens e serviços na economia, a equipe econômica incentivou as importações, sinalizando que o déficit seria financiado por recursos externos. Vale registrar que o déficit comercial tinha relação direta com o nível de atividade econômica. Esta relação foi mais intensa no início do processo de estabilização econômica, entre o segundo semestre de 1994 e o primeiro semestre de 1995, quando a expansão do nível de atividade, aliada aos efeitos iniciais do programa de estabilização, refletiu-se no acentuado crescimento das importações.

A ocorrência de déficits comerciais e a instabilidade dos mercados, decorrente da crise do México, provocaram substancial mudança da política cambial, em março de 1995, quando foi implantado o sistema de bandas cambiais. Nesse período, até junho de 1995, à exceção de seu início, quando se deu o ataque especulativo contra o real, o BACEN não realizou intervenções via leilões, resultando

em oscilação das taxas dentro das bandas estabelecidas: R\$ 0,86 / 0,90 em 1/5/95, R\$ 0,86/0,98 em 2/5/95 e R\$ 0,88/0,93 em 10/5/95.

A nova conjuntura internacional gerou dificuldades para a captação dos recursos externos que financiassem o elevado saldo negativo nas transações correntes do País em 1995. Neste contexto, e numa tentativa de evitar-se a recente experiência mexicana, o Governo brasileiro alterou a política cambial então vigente, adotando o sistema de bandas cambiais, restringindo a flutuação do Real em relação ao US\$ entre os limites de R\$0,86 e R\$0,90 até 01.05.1995 e de R\$ 0,86 e R\$ 0,98 a partir de 02.05.1995. (ALMEIDA, FONTES e ARBEX 2000, p.29).

A terceira fase da política cambial ocorreu entre junho de 1995 até janeiro de 1999 e caracterizou-se pelo estreito monitoramento da taxa de câmbio pelo BACEN, que instituiu o sistema de leilões de spread e de variações intrabanda, ocasionando sensível redução de suas oscilações nominais. Nesse período, as bandas largas fixadas foram as seguintes: R\$ 0,91/0,99 em 22/6/95, R\$ 0,97/1,06 em 30/6/96, R\$ 1,05/1,14 em 19/2/97, R\$ 1,12/1,22 em 20/1/98 e R\$ 1,20/1,32 em 14/1/99. Este mecanismo conduziu a desvalorização gradual da taxa de câmbio, em torno de 0,6% ao mês, montante este considerado insuficiente para equacionar os déficits comerciais e conter os ataques especulativos e a fuga de capitais internacionais, refletidos pela crescente instabilidade internacional da época.

A partir do dia 15 de janeiro de 1999, inicia a última fase da política cambial, quando o BACEN elimina a flutuação do real em bandas e deixa o câmbio flutuar livremente, sem intervenções diretas, eliminando, na prática, a âncora cambial do Plano Real. Esta medida foi tomada, tendo em vista as fortes pressões sobre as reservas internacionais do País, que se reduziram substancialmente no decorrer de 1997 e 1998, em decorrência, principalmente, da volatilidade do mercado, associada às crises financeiras internacionais (asiática e russa), no cenário externo, e ao desequilíbrio das contas públicas do País, no cenário interno, evidenciado pela redução do superávit primário e pelo aumento do déficit operacional e nominal, entre 1995 e 1998. Ver Quadros 01 e 02.

Quadro 01 - RESERVAS INTERNACIONAIS DE LIQUIDEZ NO BACEN, EM FIM DE PERÍODO, EM U\$ MILHÕES.

Ano	Liquidez
1994	38.806
1995	51.840
1996	60.110
1997	52.173
1998	44.556
1999	36.342

Fonte: BACEN

Quadro 02 – NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO, EM NÍVEL PRIMÁRIO, OPERACIONAL E NOMINAL, EM % DO PIB, ENTRE 1994 – 1999.

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Nominal	43,50	7,35	5,37	6,18	8,06	9,52
Operacional	-1,37	4,88	3,75	4,28	7,52	3,22
Primário	-5,30	-0,35	-0,09	0,98	-0,01	-3,08

Fonte: BACEN

(-) = Superávit e (+) = Déficit

O câmbio livre tende a eliminar a queda das reservas, a favorecer inicialmente as exportações e a redução do déficit em transações correntes e possibilita a queda futura das taxas de juros, mas aumenta a volatilidade da taxa no mercado interbancário, comprovada pela significativa elevação inicial até o patamar de R\$ 2,19 e o subsequente recuo gradual, mas com variações dentro do intervalo R\$ 1,63/1,90, durante o ano de 1999. Para o ano 2000, a flutuação desta taxa está ocorrendo no intervalo entre R\$ 1,70 a R\$ 1,95.

Devido às taxas de câmbio baixas que vigoraram durante a vigência do Plano Real nas três primeiras fases, a balança comercial brasileira passou a apresentar déficit, entre U\$ 3,3 a U\$ 6,8 bilhões/ano, nos anos de 1995 a 1998, contra um superávit anual médio de U\$ 12,1 bilhões verificado no período 1990/94. Ver Quadro 03.

No período 1990/97, comparando os números ponta a ponta, o valor das exportações cresceu 68,7% e o das importações 190%. No período 1994/97, as exportações apresentaram um incremento de 21,7% e as importações de 80,9%, mostrando claramente o impacto da abertura comercial e da baixa taxa de câmbio sobre estes fluxos.

Em 1998, o valor do fluxo das exportações e importações caiu 3% e 3,5%, respectivamente, em relação a 1997, devido à conjuntura desfavorável, verificada no cenário externo.

Em 1999, apesar da mudança do regime cambial e do aumento da taxa de câmbio, persistiu o déficit de U\$ 1,2 bilhões na balança comercial, embora 81,5% menor do que a média dos déficits verificados no período 1996/98, de U\$ 6,5 bilhões. Neste ano, o valor das exportações reduziu 6% em relação a 1998 e as importações apresentaram queda de 14,8%.

Quadro 03 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA-1990/1999, EM U\$ MILHÕES

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.563	25.256	13.307
1994	43.545	33.079	10.466
1995	46.506	49.858	-3.351
1996	47.747	53.346	-5.599
1997	52.994	59.840	-6.845
1998	51.140	57.733	-6.593
1999	48.011	49.218	-1.206

Fonte: BACEN

Os números do desempenho do fluxo comercial evidenciam que este não depende apenas da taxa de câmbio. As exportações e importações dependem do desempenho econômico verificado na economia mundial, da taxa de crescimento do PIB brasileiro, do risco e do custo Brasil (da tributação e infra-estrutura de transporte, armazenagem e portuária), do grau de competitividade dos produtos, do grau de abertura da economia, da participação nos fóruns internacionais e nos blocos comerciais, da qualidade e design dos bens, da tradição e do cumprimento rigoroso dos contratos, da existência de financiamentos, dos preços dos produtos (relação de troca), entre outras variáveis.

Na prática, a falta de dinamismo na recuperação das exportações brasileiras é explicada pelo conjunto de fatores condicionantes, anteriormente mencionados, e mais: os contratos de exportação já firmados são, normalmente, de longo prazo, a desaceleração da demanda mundial, reflexo da prolongada crise asiática e russa e, mais recentemente, da Argentina, a lenta recomposição das linhas de crédito externas, a concentração das exportações em poucas empresas, entre outros.

No primeiro semestre de 2000, pela primeira vez, desde 1994, a balança comercial foi superavitária em U\$ 856 milhões, contra um déficit de U\$ 620 milhões, verificado em igual período de 1999. Ver Quadro 04. O crescimento das exportações totais alcançou 16,5% em valor (estima-se 15% em volume), impulsionado pelas vendas de produtos manufaturados (22,1%) como material de transporte, eletrônicos, máquinas e equipamentos, calçados, produtos têxteis, químicos e móveis. Os semimanufaturados apresentaram crescimento de 8,8%, liderados pelas vendas de celulose, ferro e aço, que compensaram a queda no valor das exportações de açúcar. A queda dos preços das *commodities* agrícolas se reflete no menor

desempenho das exportações de produtos básicos, de 4,5%. As importações, neste período, registraram aumento de 9,6%, devido à reativação da economia brasileira e ao aumento dos preços do petróleo no mercado internacional.

O superávit alcançado, no entanto, está muito aquém da meta inicial prevista pelo governo de U\$ 4 bilhões, e também da correção desta meta para U\$ 2,8 bilhões, efetuada em julho passado.

Quadro 04 - BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1999 E 2000, EM U\$ MILHÕES.

Item	1999	2000	Variação (%)
Exportação	22.451	26.153	16,5
Básicos	5.703	5.962	4,5
Semi-manufaturados	3.728	4.056	8,8
Manufaturados	12.609	15.401	22,1
Importações	23.071	25.297	9,6
Exclusive combustíveis	21.220	22.641	6,7
Matérias-primas	10.890	13.218	21,4
Combustíveis/lubrificantes	1.851	2.656	43,5
Bens de capital	6.736	6.172	-8,4
Bens de consumo	3.594	3.251	-9,5
Saldo	-620	856	

Fonte: Boletim de Acompanhamento Macroeconômico – Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, jul. 2000.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo faz uma abordagem da política cambial brasileira após o Plano Real, com ênfase na análise das medidas que impactaram, direta ou indiretamente, o comportamento da Balança Comercial Brasileira.

No período 1995 a 1998, devido à deterioração nas contas públicas, o governo ancorou a política de estabilização dos preços na abertura da economia, no câmbio valorizado e na prática de uma política monetária restrita, o que provocou a redução do crescimento econômico e déficit na balança comercial. Em 1999, com a adoção do câmbio flutuante e a recuperação das contas públicas, o déficit na balança comercial foi significativamente reduzido, atingindo um superávit menor do que a meta prevista pelo governo no primeiro semestre de 2000. Do exposto depreende-se que a desregulamentação do câmbio, embora importante, não é suficiente para a promoção mais significativa das exportações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mirian ; FONTES, Rosa ; ARBEX, Marcelo A. Retrospectiva dos regimes cambiais brasileiros com ênfase em bandas de câmbio. **Ensaios FEE**. Porto Alegre: 2000, v. 21, n. 1, p.7-43, 2000.

BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO MACROECONÔMICO. Brasília: Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica, jul. 2000.

GARCIA, M.G.P.; OLIVARES, L.G.A. **O prêmio de risco da taxa de câmbio no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC, 1999. (Texto para Discussão, 409).

RELATÓRIO do Banco Central. Brasília: Banco Central, jul.2000.

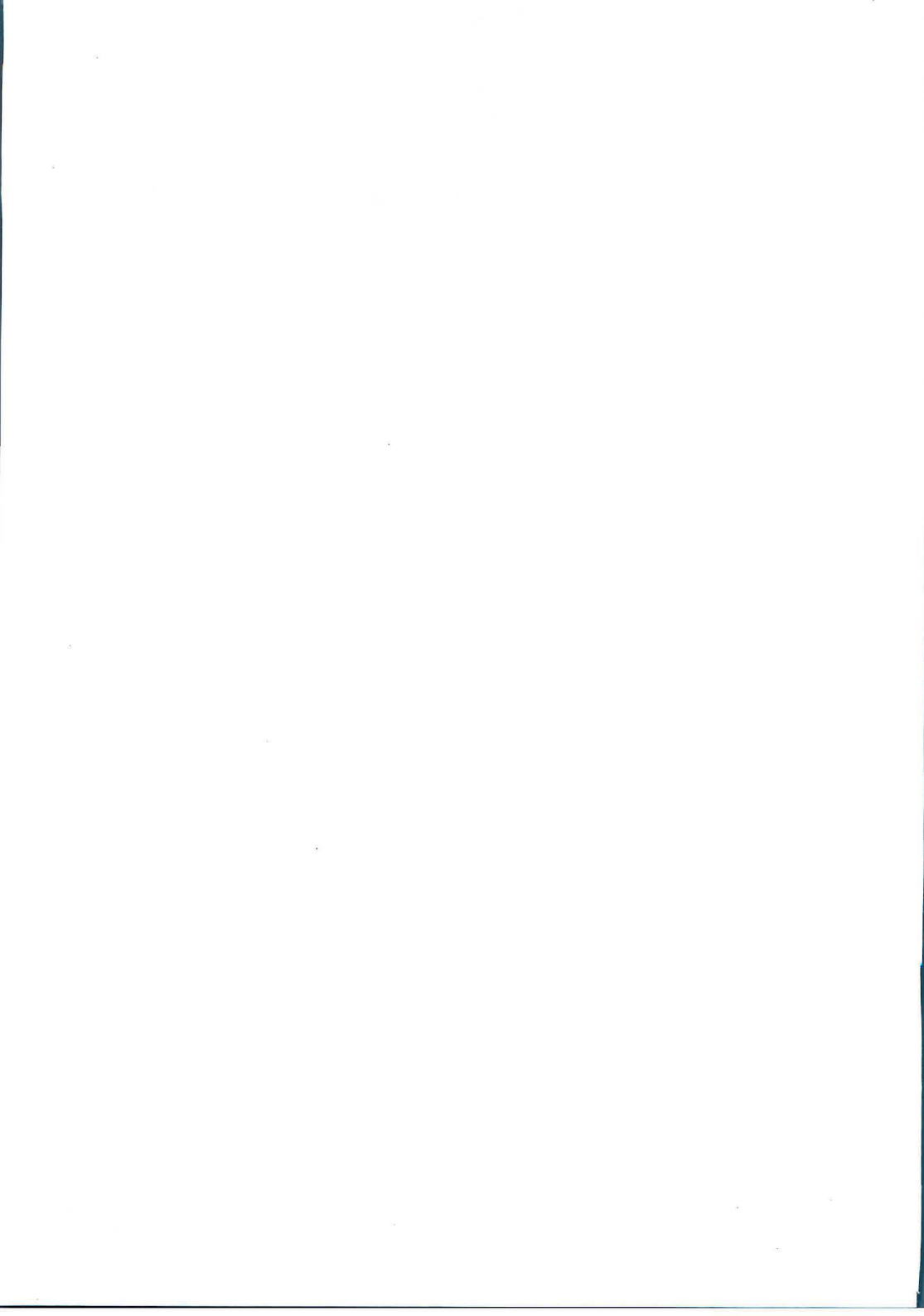
SAMOHYL, Robert W.; MEURER, Roberto. **Conjuntura econômica**. Apostila UFSC. Florianópolis, 2000.

ZINI JÚNIOR, Álvaro Antônio. Política cambial com liberdade ao câmbio. In: BAUMANN, Renato (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p.109-131.

ABSTRACT

This paper is restricted to the analysis of the instruments which compose the exchange policy, as well as the effects of this policy on the Brazilian economy in the post Plano Real period, and more specifically, in the balance of trade of the country. The economic team usually adopts a regime change as a measure of exchange policy, as it was done in Brazil with the adoption of Plano Real in July 1994, and again in march 1995, when the regime of exchange ranges was adopted, as well as the substitution of this model in 1999, for a policy of floating exchange. Between 1995 and 1999, both the opening of the economy and the exchange appreciation provoked a deficit in the balance of trade, that since 1999, with the adoption of the floating exchange, is being gradually reverted, reaching a superavit of US\$ 856 million in the first semester of the year 2000.

Key words: Stabilization plan, exchange policy, balance of trade.



HIPERMÍDIA NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

CLEUSA M. DE SOUZA

Mestranda em Educação Matemática

**MARIA HELENA HANISH
TONON**

Graduada em Ciências - Habilitação Matemática, pela FAFI/UVA, Especialista em Educação - Matemática, pela Faculdade de Palmas. Mestranda em Educação Matemática.



RESUMO

O presente artigo procura apontar as vantagens do uso da hipermídia e de outras tecnologias, e como os mesmos devem ser aplicados na sala de aula. O objetivo principal é demonstrar como as novas tecnologias podem vir a beneficiar alunos de matemática, escapando do modelo tradicional de ensino, já um tanto ultrapassado. Com esses novos sistemas, pretende-se aproximar os alunos de uma realidade mais atualizada e prática, facilitando e otimizando a capacidade de aprendizagem e de assimilação dos conteúdos matemáticos.

Palavras-chave: Tecnologias, hipermídia, educação, matemática .



1 INTRODUÇÃO

O homem, ao longo de sua existência, vem assistindo a diversas transformações ocorridas nos meios utilizados para a transmissão do conhecimento sistematizado. Da argila ao papiro, passando pelo papel até chegar ao computador, percebe-se não somente o incontestável avanço tecnológico, mas também o esforço incessante da escola em busca da formação de um indivíduo crítico, com capacidade de resolver problemas e de se posicionar adequadamente no mercado de trabalho.

Na sociedade contemporânea, e mais precisamente, nas duas últimas décadas, está na pauta das discussões um grande problema educacional: A Educação Matemática. Em meio a tantas transformações tecnológicas, a matemática continua sendo apresentada de forma desinteressante, obsoleta, tradicional e, na maioria das vezes, inútil aos olhos do educando.

O descontentamento e o fracasso do ensino de matemática mostra-se no momento em que esta ciência não permite atingir os grandes objetivos da educação, que são: possibilitar ao indivíduo atingir seu potencial crítico, criativo e estimular a ação comum para viver em comunidade, exercitando sua cidadania plena. Pode-se dizer que um dos principais problemas do ensino da matemática é o baixo índice de aceitação e incorporação da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem.

Hoje, os problemas educacionais mesclam-se com os problemas básicos de infra-estrutura social e com uma sociedade altamente tecnológica, que exige um mínimo de competências e habilidades do jovem, para ter uma oportunidade de trabalho. Oded GRAJEW (1997, p.1), assim se expressa: Nossas escolas estão preparando os jovens para exercer funções que possivelmente não serão mais necessárias, e o número de vagas disponíveis não será suficiente para empregar a próxima geração. As profundas transformações tecnológicas e econômicas terão que nos fazer repensar o papel da educação para os próximos anos.

A preocupação é fazer do ensino da matemática, uma prática inovadora e eficaz na construção do conhecimento, no entanto, na maioria das escolas, observa-se a falta de preparo dos professores para atender às necessidade dos educandos e os desafios da contemporaneidade.

A tecnologia aparece em cena como algo indispensável, mas, ao mesmo tempo temível, e por isso causa muitos questionamentos: - É possível a tecnologia auxiliar na formação de um indivíduo para que ele seja capaz de absorver e

acompanhar o progresso tecnológico? – Utilizando a hipermídia, o professor conseguirá melhorar o ensino da matemática? – A falta de preparo e de compromisso do professor, em relação aos avanços tecnológicos, contribuem para que a informática educacional se torne um processo frustrante na matemática?

Nesse contexto, procurar-se-á mostrar necessidade de mudanças da prática pedagógica, ou seja, de uma tomada de consciência e posicionamento dos professores de Matemática sobre os paradigmas conservadores que levam à reprodução do conhecimento e sobre os paradigmas inovadores – tecnologias - que levam à produção do conhecimento. Vale salientar que, dentre as tecnologias aqui discutidas, será dada ênfase a uma das ferramentas de transmissão: A Hipermídia.

2 HIPERMÍDIA

Existem hoje muitos meios que permitem às pessoas estarem diariamente informadas, ou seja, “plugadas” com o mundo, recebendo todas as informações necessárias para ter uma visão de mundo atual. Muitos desses meios, como: televisão, rádio, livros, jornais, informam, mas não permitem uma interação, em que o usuário possa, efetivamente, participar, formando assim, um conjunto de mídias: Multimídia.

Com a evolução da tecnologia e o uso mais freqüente do computador, surge uma forma de cada usuário interagir com aquilo que está sendo exposto: A Hipermídia, que engloba vários tipos de mídias (textos, imagens, animações, vídeos, sons), controladas por computadores, permite navegar dentro do documento de forma interativa. (BUGAY e ULBRICHT, 2000).

Do ponto de vista educacional, vê-se com clareza que o professor é protagonista na educação: a tecnologia não o substitui e é colocada a serviço de seu próprio aperfeiçoamento, ou seja, subordina-se a fins pedagógicos. Com a informatização das escolas, os equipamentos têm ampla presença nas salas de aula, em espaços que harmonizam mesas, cadeiras e computadores. Com a utilização da *Hipermídia*, de forma profícua, a escola torna-se um ambiente propício à interdisciplinaridade, à transversalidade e ao desenvolvimento das inteligências múltiplas do ser humano.

É preciso desenvolver novas metodologias e utilizar recursos que auxiliem na transformação do ensino de matemática e, nesse sentido, BRASIL (1998, p.27), expressa: Nesse aspecto, a Matemática pode dar sua contribuição à formação do cidadão ao desenvolver metodologias que enfatizem a construção de estratégias, a comprovação e justificativa de resultados, a criatividade, a iniciativa pessoal, o trabalho coletivo e a autonomia advinda da confiança na própria capacidade de enfrentar desafios.”

3 A NOVA SOCIEDADE

As novas descobertas nos campos da ciência e tecnologia estão sendo profundamente marcantes. Assim, os velhos paradigmas foram superados, superação esta provocada pelas mudanças conceituais, de visão de mundo, conseqüentes da insatisfação e defasagem de modelos anteriores, conforme aponta BRANDÃO (1996), quando fala da crise dos paradigmas.

Para MORAES (1998, p.115), uma das afirmações mais comuns hoje em dia é que o mundo está vivendo um processo de grandes transformações, profundas e aceleradas – tudo se modifica a cada dia. Tal processo é condicionado por inúmeros fatores, entre eles, os avanços científicos que multiplicam as informações, distribuem o conhecimento, influenciam sistemas políticos, econômicos e sociais, presentes e futuros. Inúmeras mudanças estão ocorrendo, não apenas no contexto mundial e nas sociedades atuais, mas também nos ambientes de trabalho e nos negócios, nos indivíduos e nas organizações.

Não se pode negar que as influências tradicionais ainda estão fortemente enraizadas no contexto social, porém, são sensíveis às alterações e transformações provocadas pela ruptura de velhos e quase ultrapassados paradigmas.

O ser humano passa a ser reconhecido na sua totalidade – corpo, mente, espírito e emoções – como um ser indiviso, um ser em potencial, dotado de múltiplas inteligências que precisa desenvolver sua multidimensionalidade. A fragmentação, antes presente nos paradigmas tradicionais, só vem a contribuir para atrofiar a capacidade e o potencial do ser humano. É necessária uma visão global da realidade, para pensar em transformá-la.

A educação precisa urgentemente integrar-se ao processo de transformações, devido à importância da nova sociedade do conhecimento. De acordo com MORAES, a educação é o eixo fundamental de um forte processo de renovação da humanidade. Portanto, pode-se dizer que é a “mola mestra” para a virada do século XXI¹ e, nesse sentido, ela reafirma: “ (...) aprendemos que não se muda um paradigma educacional apenas colocando uma nova roupagem, camuflando velhas teorias, pintando a fachada da escola, colocando telas e telões nas salas de aula, se o aluno continua na posição de mero espectador, de simples receptor, presenciador e copiado, e se os recursos tecnológicos pouco fazem para ampliar a cognição humana.” (Moraes, 1998, p. 17)

Nesse novo modelo de sociedade, o professor precisa ser atuante, inovador, pesquisador, criativo e deixar de lado a educação reprodutora.

A alteração da relação de produção do conhecimento estimula e necessidade

1 Vale reforçar ainda com a citação de BEHRENS (1996, P. 60): “O discurso e a fala dos educadores apontam para os desafios urgentes na modernização do ensino calçado na reprodução, mas as ações concretas se diluem num complexo ambiente escolar que perpetua o passado.”

e de transformação social como uma nova característica para a Educação que, impulsionada pelos avanços tecnológicos, leva a um questionamento acerca da preparação do professor de matemática e da construção de uma ação docente que atenda aos anseios dos educandos.

O momento atual, início ao novo milênio, vem acompanhado de novos e emergentes paradigmas, que exigem uma redefinição da atuação do professor de matemática frente às novas situações e à criação de novas formas de ação pedagógica.

No intuito de redefinir o papel da escola na sociedade brasileira e orientar os professores de matemática para a construção de uma prática que favoreça o acesso ao conhecimento matemático, surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental² destacando que a matemática está presente na vida de todas as pessoas e que é fundamental superar a aprendizagem centrada em procedimentos mecânicos, e aqui, leva-se em conta a importância de se incorporarem ao seu ensino os recursos tecnológicos da comunicação.

Para PIRES³, “... a reorientação da formação do professor é condição essencial para que o ensino de Matemática em sala de aula realmente se transforme e para que a implementação de propostas contidas em documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais, possa ocorrer, de fato.”

Destaca-se, aqui, a importância do conhecimento, por parte do professor, das diferentes concepções de matemática, para que ele possa refletir sobre suas próprias concepções e supere suas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo FIORENTINI, “... o professor que acredita que o aluno aprende Matemática através da memorização de fatos, regras ou princípios transmitidos pelo professor ou pela repetição exaustiva de exercícios, também terá uma prática diferenciada daquele que entende que o aluno aprende construindo os conceitos a partir de ações reflexivas sobre materiais e atividades, ou a partir de situações-problema e problematização do saber matemático.”(Fiorentini, 1995, p.5)

O professor que se propõe a refletir sobre sua *práxis*, estará mais próximo de uma proposição docente inovadora, que contempla uma visão holística, numa abordagem progressista, para atender às exigências da sociedade do conhecimento. Com esta proposição, objetiva-se uma aprendizagem colaborativa, que utilize a tecnologia inovadora como instrumento de acesso às informações e como veículo para a produção do conhecimento com autonomia, iniciativa, criatividade, solidariedade, enfatizando a formação de um cidadão humano, ético e sensível

2 Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.

3 Texto retirado do artigo, Parâmetros Curriculares Nacionais de matemática e formação de professores, escrito por Célia Maria Carolino Pires – Membro do Comitê Assessor Nacional do Pró-Matemática e autora dos PCNs.

com ele mesmo e com os seus semelhantes.

4 AS NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO⁴

O tema da incorporação de novas tecnologias e suas linguagens na Educação deixou de ser polêmico e está na pauta das discussões mundiais. Mas surge, agora, a questão de como os atores educacionais vão se apropriar dessas novas tecnologias, não só do ponto de vista de seu manuseio mas, principalmente, de sua utilização pedagógica, para que elas possam provocar impactos positivos na escola.

Acredita ser possível caminhar em direção a uma mudança no paradigma educacional vigente, fazendo uso dos recursos da informatização das escolas. Para que isso aconteça, fazem-se necessárias mudanças nas práticas pedagógicas, mediante a construção de ambientes de aprendizagem informatizados, em que o computador estabelece um diálogo horizontal, permitindo as trocas simbólicas com o sujeito.

Partindo das interações professor-computador-aluno, é possível testar, verificar e manipular a própria representação do conhecimento e a organização do raciocínio, levando o aluno a pensar e a aprender.

Pesquisas realizadas no Brasil afirmam que os computadores são ferramentas capazes de promover diferentes níveis de reflexão, de aumentar a motivação, a atuação autônoma e a concentração do educando, permitindo-lhe descobrir que pode manipular a sua própria representação quanto à representação do conhecimento e aprender, efetivamente, a fazê-lo.

Para justificar que o uso do computador pode auxiliar no desenvolvimento de competências e habilidades, TAJRA (1998, p.6), apresenta alguns exemplos: os softwares abertos, mais especificamente os editores, são importantes para desenvolver atividades que exigem recursos lingüísticos; os softwares de simulação e de programação para o aprimoramento das habilidades lógico-matemáticas e de resolução de problemas; o computador em si, por sua característica interativa com os demais recursos tecnológicos, como recurso para implementar e desenvolver projetos, verificando sua viabilidade; a internet, considerada o instrumento que mais cresce nos últimos anos e tende a ser a mídia mais popular, possibilitando os diversos tipos de comunicação de integração entre culturas.

Para TAJRA (1998, p. 27), a superioridade do computador em relação a outros recursos tecnológicos educacionais como o giz e quadro, rádio e televisão,

4 Eduardo Chaves, em um de seus artigos publicados, define "Tecnologia na Educação" como sendo algo muito mais abrangente que "Informática na Educação", pois segundo ele, o termo "tecnologia" inclui, também, o uso da televisão, do vídeo, e do rádio, na promoção da educação. Vale salientar que o presente texto está direcionado, mais especificamente, ao uso do computador na escola.

está na sua característica de interdisciplinaridade, que traria grandes benefícios à aprendizagem individualizada.

Uma outra justificativa sobre a importância do computador é expressa por MORAES (1997, p.190): "(...) queremos salientar a importância de todas as tecnologias da informática, em particular dos computadores e das redes telemáticas como recursos instrucionais do novo paradigma educacional, meios com características, peculiaridades e possibilidades próprias e que, adequadamente utilizados, poderão colaborar para promover mudanças fundamentais na educação. Isso porque o computador, usado como prótese da inteligência investigadora e como prolongamento da mão, é uma ferramenta de produção, investigação e criação do conhecimento."

Na visão da autora, esta é uma possibilidade de ter o foco da educação voltado ao indivíduo, tendo em vista o sujeito coletivo.

A informática, com suas características peculiares, pode colaborar para mudanças significativas quanto ao conceito do próprio "erro", pois o educando percebe que o "erro" é parte integrante do processo humano de descobrir, compreender e conhecer.

Neste contexto, a criação de novos ambientes de aprendizagem, mostra-se essencialmente necessária, dando oportunidade de aprender, com o uso dos recursos da informática.

Não é objetivo deste trabalho tecer profundas reflexões sobre os efeitos da tecnologia nos diversos setores que compõem a sociedade, mas mostrar que elas devem estar presentes para impedir a supremacia dos produtos ou de grupos, em nome da modernidade, sobre os recursos de melhoria da qualidade de vida, de forma justa, de todo ser humano. Em relação ao tema, D'AMBRÓSIO (1997-b, p. 146) assim se expressa: "As novas tecnologias – sobretudo a informática e as telecomunicações – não podem ser operativas na criação de novas estruturas político-sócio-econômicas sem a dedicação plena de todos os envolvidos. As novas tecnologias exigem o despertar de uma nova consciência."

Essa visão educacional mais ampla requer um pensamento voltado às potencialidades das inovações tecnológicas, no sentido de criar uma nova consciência de que educar para uma cidadania global é desenvolver a compreensão de que é impossível desacelerar o mundo mas que se pode adaptar a forma de educar às mudanças que estão acontecendo nesse final de milênio.

5 CONCLUSÃO

Com a celeridade em que as profundas transformações ocorrem no mundo em que vivemos, urge discutir e reavaliar os novos paradigmas sobre o ensino aprendizagem, na disciplina de matemática. As mudanças acontecem muito

próximas a nós, em nossos lares, em nossos ambientes de trabalho, enfim, em todo o nosso cotidiano.

Diante da celeridade das transformações tecnológicas e do surgimento de uma nova sociedade do conhecimento, a educação deverá integrar-se a estes novos paradigmas. Os paradigmas do ensino tradicional foram quebrados pela sociedade do conhecimento. A educação escolar terá que integrar-se aos avanços científicos. Fatalmente a educação escolar deverá passar por três momentos distintos: integrar-se às informações científicas; multiplicar as informações; distribuir o conhecimento criado na escola.

A disciplina da matemática é fundamental na inserção do educando aos novos paradigmas tecnológicos. Não há mais lugar para um ensino da matemática meramente reprodutivo, mas sim, que possibilite uma simbiose entre, o cognitivo, o criativo, o inovador e o tecnológico.

O professor da disciplina da matemática necessita urgentemente redefinir seu papel de educador. Sua *práxis* pedagógica deverá inserir-se em conceitos de reflexão, criatividade, inovação e problematização do saber matemático. Urge tal prática pedagógica inovadora, visto que, os novos paradigmas tecnológicos no mundo que nos cerca já foram quebrados há aproximadamente uma década.

Concluimos que o professor da matemática tornar-se-á obsoleto, caso não venha integrar-se à nova sociedade do conhecimento. Para integrar-se plenamente, deverá reavaliar conceitos e concepções do ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEHRENS, Marilda Aparecida. **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues Zaia (Org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996.
- BUGAY, Edson Luiz; ULBRICHT, Vânia Ribas. **Hipermídia**. Florianópolis: Bookstore, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental – Matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. A educação matemática - Entrevista. **Educação Matemática em Revista**, v.6, n.7, p.5-10, 1999.

_____. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Athena, 1997.

FAGUNDES, L. Informática e processo de aprendizagem. **Revista Psicologia: reflexão e crítica**. Porto Alegre: UFRGS, v.5, n.1, s.d.

FIORENTINI, D. Alguns modos de ver e conceber o ensino da matemática no Brasil. [s.l.]: **Zetetiké**, v.3, n.4, p.1-37, 1995.

GARDNER, H. **Estruturas da mente - A teoria das inteligências múltiplas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

GRAJEW, O. Educação para a cidadania. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 jan. 1997. Tendências e Debates, Caderno 1, p.3.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. São Paulo: Papyrus, 1998.

TAJRA, S. F. **Informática na educação: professor na atualidade**. São Paulo: Ática, 1998.

ABSTRACT

This paper aims at showing the advantages of the use of hypermedia and other technologies, and they should be used in the classroom. The main purpose is to demonstrate how the new technologies may benefit mathematics students, avoiding the traditional teaching model, quite outdated nowadays. With these new systems, students may get closer to a more modern and practical reality, optimizing the learning capacity and the acquisition of mathematics subject matters.

Key words: technologies, hypermedia, education, mathematics.



REFLETINDO SOBRE ARTE

ANA INÊZ KIENEN SCHREINER

Graduada em Educação Artística - Desenho, pela UDESC/Florianópolis. Especialista em Educação, pela FAFI de União da Vitória. Professora de História da Arte, na FACE e de Artes no COLTEC.



ABSTRACT

The aim for this paper is to make a concept of Art, relating it to culture in general, to harmony between Art and nature in spite of the apparent disorder of contemporary art. The intention of art and its values according to the historical period.

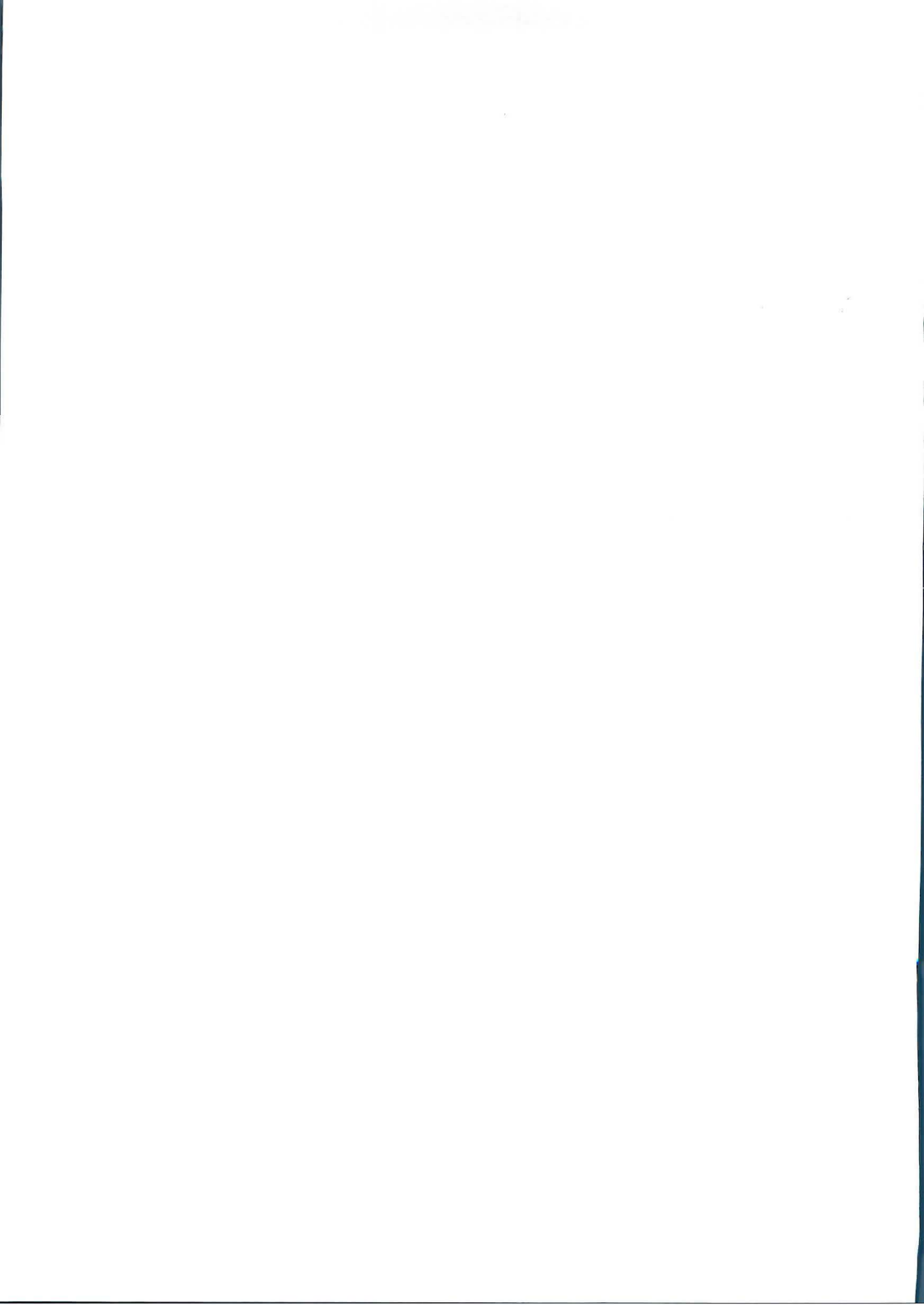
Key words: art, expression, knowledge, culture, artistic and aesthetic conception, mimesis, artistic doing, fruition.



RESUMO

O objetivo deste texto é conceituar arte relacionando-a à cultura em geral, a sua universidade. Mostrar a harmonia entre a arte e natureza, apesar da desordem aparente da arte contemporânea. Pretende-se realçar sua função social e valores vigentes conforme a época.

Palavras-chave: Arte, expressão, conhecimento, cultura, concepção artística e estética, mimese, fazer artístico, fruição.



Fala-se muito que arte é expressão de sentimento. A arte expressa só sentimento? Então chorar dolorosamente é arte. É uma profunda expressão de sentimento. Arte é de concepção humana intencional. E um objeto ou imagem maravilhosa, sem contexto, mas belíssima, é uma obra de arte? A arte perde muito o sentido sendo vista apenas como bela. O poeta Vinícius de Moraes falou da beleza: "senão é como amar uma mulher só linda, e daí?" É preciso algo mais do que beleza.

Techné chamavam-na os gregos: a maneira correta de realizar uma tarefa. O termo alemão para arte, *kunst*, compartilha com o inglês *know*, com o latim *cognosco* e com o grego *gignosco*, a raiz gno refere-se a saber teórico e prático (conhecer). A palavra latina, *ars*, está na raiz do verbo articular, fazer juntas entre as partes do todo. Alfredo Bosi (2000) afirma ainda que arte é produção, presume trabalho. Movimento que arranca o ser do não ser, apresenta a forma do amorfo, é o ato da potência, mostra o cosmo do caos.

Todas as culturas humanas expressaram-se por meio da arte, não são conhecidas culturas que não fizeram uso da arte. Talvez as primeiras imagens representadas tenham sido um sol ou uma lua na terra ou na areia. As mais remotas culturas têm na produção artística o registro de sua existência. Sem registro não como conhecer uma cultura, só suas ossadas. Mas a intenção de quem produz objetos apreciados esteticamente nem sempre é fazer arte.

Na pré-história, a intenção de fazer artístico dos homens das cavernas era representar os animais que seriam abatidos. Pinturas rupestres imensamente apreciadas atualmente por suas qualidades estéticas produzidas num meio agressivo ao extremo para a vida. Com argilas coloridas, misturas orgânicas, sulcos nas paredes, contornando animais com vários metros em painéis, meses de trabalho para representar o temido e desejado animal. E segundo uma das teorias mais aceitas a respeito dos desenhos pré-históricos, esse animal alimentaria a tribo com sua carne, sua força e agilidade (Fayga Ostrower, 1991) por que, alimentando-se do animal, a tribo possuiria os poderes desse animal. Fosse ele um cavalo ou um bisonte. Não havia intenção de fazer arte, nem mesmo a palavra arte existia.

A arte tem sua função em todas as culturas. Ela documenta os fatos, estabelece os valores e o estágio de civilização de quem a realizou. A máquina fotográfica documentou e documenta os fatos. Mas surgiu apenas por volta de 1850, quase 17000 anos depois das primeiras pinturas rupestres conhecidas. "As

grandes nações escrevem sua autobiografia em três volumes: o livro das ações, o livro das palavras e o livro de sua arte... nenhum desses três livros pode ser compreendido sem que tenham sido lidos os outros dois, o único em que se pode confiar é o último.” Ruskin, apud GRAÇA PROENÇA(1995, p.7) fala do contexto social da arte. O trabalho artístico é uma carta aberta da cultura, dos valores, um olhar para uma determinada sociedade. A mímesis, representação realista oferece a todos a oportunidade de ler e saber sobre histórias da comunidade. A mímesis conta a história de uma tribo para qualquer pessoa que queira compreender e principalmente para seus próprios descendentes, sendo é fonte de leitura e interpretação universal. Um povo que não conhece a sua história não tem memória. É facilmente dominado por outro que se valoriza. Na arte bizantina, a mímesis foi usada para contar a vida de Cristo. Os signos da arte cristã são elementos do dia-a-dia. Quanto mais conhecido o objeto retratado maior a capacidade de representação estilizada, sugerindo, com algumas pinceladas, a figura humana, o peixe, o pão, cenas da comunidade.

Arte é resultado de trabalho, bem realizado, com eficiência e habilidade dando formas redundantes em beleza decorativa em relação a necessidades puramente práticas. Para Harold Osborne (1990) este é o conceito clássico de arte. As esculturas gregas mostram um homem preocupado com o corpo. E este corpo deveria ser saudável fisicamente, indicando a mente intelectualmente ativa. Em Roma, o conhecimento artístico grego serve ao império, deixando bustos de seus imperadores pelos domínios romanos. A arte cristã primitiva tem a sua disposição todo conhecimento e técnica, e não deseja a representação da realidade no estilo grego, idealizado e clássico. Quer nos traços a essência das coisas, seus signos e significados.

A questão do valor da arte no mundo hoje, para muitos, ainda é o conceito clássico de arte. E livros e mestres ensinam a olhar em obras de arte o valor máximo: a composição, o movimento, a unidade, o equilíbrio, a cor, o clima. A estrutura da composição é importante e apreciada. É o caminho pelo qual o artista chegou àquele resultado. Gombrich (1999) que vê a arte de outra maneira: “Nada existe realmente a que se possa dar o nome Arte. “ e continua “Existem somente artistas. “ ele explica sua teoria “Outrora, eram homens que apanhavam um punhado de terra colorida e com ela modelavam toscamente as formas de um bisão na parede de uma caverna; hoje, alguns compram suas tintas e desenham cartazes para tapumes; eles faziam e fazem muitas outras coisas. Não prejudica ninguém dar o nome de arte a todas essas atividades, desde que se conserve em mente que tal palavra pode significar coisas muito diversas, em tempos e lugares diferentes, e que Arte com A maiúsculo não existe. Na verdade, Arte com A maiúsculo passou a ser algo como bicho papão, como um fetiche. Podemos esmagar um artista dizendo-lhe que o que ele acaba de fazer pode ser excelente a seu modo, só que não é “Arte”. E podemos desconcertar qualquer pessoa que esteja contemplando

com deleite uma tela, declarando que aquilo que ela tanto aprecia não é Arte, mas uma coisa muito diferente.” Ele pede, para ver a arte, olhos despidos de preconceito, que fruam a arte. Deixar as percepções individuais aparecerem. A estrutura da composição é a teoria, o que se observa na arte é o saber teórico, científico ou empírico, num contexto cultural.

Olhar sem pré conceito. Impossível. Medir e analisar culturalmente tudo que se observa é característica quase biológica. Mas é só lembrar, alguém (como eu, você) que vive, pensa, sente, percebe e conhece produziu aquela imagem. Cada pessoa estabelece para si o sentido das coisas, do que produz e do que observa. Em algumas coisas são mais em outras menos significativas.

Fazer arte é viver. Decidir sobre técnicas, cores, processos, temas, é pesar valores pessoais. A arte explora a capacidade de usar os conhecimentos adquiridos, pois precisa da experiência de vida e do conhecimento do autor; quanto maior envolvimento entre o autor e sua obra, mais significativo será o seu trabalho. O artista pode servir a sua cultura, como no Egito por 3000 anos a arte se prestou à religião, ou criticá-la como Picasso, mostrando uma sociedade caótica, na visão particular de um homem, num mundo confuso, buscando tirar do caos a ordem. R. Arnheim (2000) afirma ainda que é impossível comunicar todas as coisas visuais através das palavras, é uma limitação. Arte é produto de organismos e não é nem mais nem menos complexa que estes organismos. Expressão artística é expressão de conhecimento. Leonardo da Vinci, apud BOSI (2000, p.35) dizia que as artes da pintura e do desenho são ciências da visão, forma nobre do conhecimento. O olho do ser humano alerta, pensante, inteligente faz da pintura “cosa mentale”.

Pode-se dizer, segundo Gombrich (1999, p.73), que nenhuma obra de arte foi produzida na intenção de ser obra de arte, mas pelo desejo do artista de fazer o trabalho não belo, mas certo. O homem é extremamente conservador e o artista apresenta idéias novas, recusadas por contestarem o que está acontecendo. Os padrões sociais mudam hoje com muito mais rapidez que no passado, pelos meios de comunicação.

É difícil encontrar um sentido para a arte, na sociedade contemporânea. Valores numa sociedade em crise. E a arte hoje preocupa-se com o belo? e o que é o belo? A beleza exerce poder sobre os homens, o reconhecimento desta beleza depende da cultura. Cada época tem seus ideais, seus critérios de beleza. Bruno Munari (1968) diz que “Cada um vê aquilo que sabe” porque as formas representadas, objetos esculpidos são cheios de significados nas interpretações feitas deles, a partir do conhecimento de quem observa. Arte é expressão de vida, de conhecimento teórico e prático.

A arte no mundo, hoje, procura novamente seu valor, seu sentido. Assim como a humanidade. Uma não existe sem a outra. O destino da humanidade é tema, ou melhor, preocupação de artistas plásticos. Franz Krajcberg, apud GRAÇA PROENÇA (1995), polonês de nascimento, naturalizado brasileiro, mostra no seu

trabalho de escultor, a relação do homem com a ecologia. Usando elementos da natureza por meio de diferentes técnicas, nunca depredando, sempre reaproveitando estes materiais, uma escultura que dá vida ao que aparentemente morreu.

O ser humano encontra-se na arte, por ser ela uma mimese, da realidade que o cerca e do seu infinito íntimo. Alfredo Bosi (2000) conclui que a arte do século XX explora dois extremos o máximo da verdade interior e o máximo da pesquisa formal. E como Wassily Kandinsky, apud BOSI (2000, p.65) declarou sobre a arte, “todos os procedimentos são sagrados quando interiormente necessários”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNHEIN, Rudolf. **Arte e percepção visual**. 13.ed. São Paulo: Guazzelli, 2000.

BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre arte**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2000.

GOMBRICH, E. H. . **A história da arte**. 16.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MUNARI, Bruno. **Design e comunicação visual**. Lisboa: Edições 70, 1968.

OSTROWER, Fayga. **Universos da arte**. 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

PROENÇA, Graça. **História da arte**. 6.ed. São Paulo: Ática, 1995.

ANÁLISES DAS CARACTERÍSTICAS DA DEMANDA TURÍSTICA DO ANO 2000

**Sandra Aparecida de Paula e
Souza**

Graduada em História e Geografia pela FAFI/UVA-Pr, Especialista em Geografia Física pela UFPR. Especializanda em História Social, pela FAFI/UVA. Cursando Mestrado Internacional em Turismo, pela UNICENP/ Curitiba em convênio com a Universidade de Las Palmas de Gran Canária, Técnica Pedagógica da Equipe de Ensino do Núcleo Regional de Educação de UVA-Pr. Professora dos Departamentos de Economia, Turismo e Licenciatura em Informática da FACE/UVA; Professora do COLTEC/UVA.



RESUMO

A sociedade atual presencia um momento de mudanças aceleradas. Cabe-nos entender essas transformações e especialmente reconhecer a atividade turística como um entre vários fatores propulsores da atividade econômica, que poderá proporcionar o desenvolvimento de inúmeros segmentos que a atividade turística pode impulsionar. O turismo evidencia o movimento de pessoas. É considerado um fenômeno social, visto, registrar o deslocamento de gente. A preocupação na elaboração deste estudo, ficou restrito a dez pontos de relevância, mencionados no texto de Análises das Características da Demanda Turística para o ano de 2000. O estudo foi complementado com pesquisa bibliográfica. Este estudo poderá ser utilizado por professores e acadêmicos de turismo, prováveis profissionais da área, podendo propor para o futuro, que a atividade turística deixe de ser um privilégio de minorias e possa atender um público maior.

Palavras-Chaves: Mudança, lazer, cultura, férias, natureza e qualidade.



O Turismo, desde o final do milênio passado, aparece na liderança da economia mundial, registrando altas taxas do crescimento econômico em número de turistas e consumo realizado em todos os locais por eles visitados.

Na atualidade, o turismo como atividade econômica, desempenha papel importante na geração de renda, oferta de emprego, além de mobilizar mais de 50 setores produtivos de bens de serviço. Este impulso é verificado através das necessidades dos seres humanos por estarem se movimentando e gostarem de preservar seu bem-estar. Afinal, todo ser humano necessita de repouso merecido, após desempenhar as tarefas impostas pelo trabalho do cotidiano. Para tanto, torna-se necessário escapar da rotina diária, com horas exaustivas de trabalho, para ir ao encontro de novos prazeres e descobrir novos horizontes.

O objetivo do presente trabalho é comentar dez pontos de relevância no texto: "Análises de Las Características de La Demanda Turística Del Año 2000". (PALOMO, citado por CABALLERO, 2000, p.65-72)

Para os peritos em turismo, a atividade turística durante o ano 2000 seria mais ativa. Essa mudança foi constatada através da própria atividade, em que os próprios turistas, desenvolvem papéis importantes nesse contexto.

É constante, na virada do milênio, o processo de mudança que está acontecendo rapidamente e em todas as direções. Tanto os cidadãos quanto as empresas ficam ansiosos pelo que os espera. Essa preocupação, deve-se ao fato de que as mudanças estão ocorrendo em uma velocidade muito acelerada. Portanto, diante desse panorama, só nos resta aceitar esse momento de mudanças e nos adaptarmos a ele. Melhor ainda, seria, aproveitarmos-nos dessa mudança e transformá-la em uma oportunidade.

Outro aspecto relevante, quanto ao turista do ano de 2000, é de sua **preferência pela prática esportiva**. Desde a antiguidade, os homens já praticavam alguma modalidade esportiva, contudo, nos dias de hoje, é quase que indispensável qualquer prática esportiva, visto que os exercícios físicos proporcionam a garantia de uma vida mais saudável. Nota-se uma nítida tendência para o Turismo Esportivo.

Para que esta atividade turística seja explorada, é necessário que haja dois grupos principais: os consumidores, aqueles simpatizantes da atividade esportiva e os que gostem da prática esportiva.

Podemos, exemplificar o exposto, com a Reportagem "Brasil possui 30

milhões de pescadores”.

Essa reportagem, ressalta que no Brasil a pesca esportiva está em crescimento significativo. Essa atividade milenar foi praticada desde o início das sociedades humanas. Contudo, hoje, há a preocupação com a preservação do meio ambiente, o que proporcionou a implantação dos primeiros pesque-e-pague, sobretudo nos Estados Unidos, durante a década de 70.

Reportando-se ao Brasil, a matéria evidencia que, na virada do século, os praticantes da pesca esportiva ultrapassaram 30 milhões de pessoas, e só o Estado de São Paulo já havia construído mil e quinhentos espaços “pesque e pague”. Isso comprova que, em primeiro lugar, o Brasil, de acordo com seu potencial de recursos hidrográficos, poderá expandir essa atividade. Podemos registrar, que além do Estado de São Paulo, os Estados da Região Sul poderão aderir à mesma prática, visto possuímos todas as condições próprias, como: relevo, hidrografia, etc. Em segundo lugar, todos os veículos de comunicação, divulgam a importância do lazer para a sociedade atual, em que as pessoas, com exaustivas jornadas de trabalho, necessitam recarregar suas energias, para poderem dar continuidade a sua vida pessoal e profissional.

Havendo a divulgação dessas práticas e de suas condições, desde a econômica até a de saúde ou lazer, elas são muito bem aceitas. É o que comprova a reportagem de Santos (citado por VAZ, 1999, p.184).

Contudo, afirmamos serem indispensáveis as férias, não encaradas como meramente válvula de escape para alienação. Enfim, todo ser humano necessita de descanso, para sua satisfação.

Continuando as análises referentes às preferências do turista do ano 2000, está evidente que haverá uma **inclinação para o turismo cultural**.

No entanto, percebe-se, a mudança do perfil deste apreciador. De mero observador, o turista passa a ser um intérprete, um crítico ou, até mesmo, um estudioso.

Essa atividade, oportuniza o aparecimento de uma gama de atrações, por meio de modalidades artísticas, compreendendo vários níveis ou origens diversas de expressão.

Contudo, destacamos a classificação defendida por VAZ (1999, p.168), referente a essa atividade; dividida em: popular, de massa, erudita, urbana, rural, nativa, etc.

Levando em consideração o interesse dos apreciadores, essa atividade turística poderá compreender diferenciação na oferta de programas de modalidades artísticas diversas, poderão escolher entre: visita a museus, construções de arquitetura de grandioso valor, como palácios ou igrejas. Outro aspecto, que poderá ocorrer, no turismo cultural é uma mescla desencadeada, a partir, do interesse estético ou histórico, juntamente com o interesse recreativo e de lazer, em que a participação é por puro divertimento. Este cruzamento poderá ser percebido na

atividade cultural folclórica.

Podemos citar, como exemplo, o Carnaval. Hoje, o carnaval no Rio de Janeiro atrai centenas de pessoas de diferentes lugares do mundo; no início, esta festa folclórica, era considerada manifestação “bruta”, violenta. Reafirmamos ser o carnaval, hoje, uma manifestação folclórica conhecida mundialmente, atraindo adeptos de diversos países. É grandioso e espetacular.

Outra manifestação que se expande por numerosos países é o **sentimento de respeito à natureza**. Para o futuro, tornar-se-á importante o componente ecológico ou turismo verde.

De acordo com a EMBRATUR, (citada por VAZ, 1999, p.185): “O conceito de turismo ecológico está ligado à utilização dos patrimônios; natural e cultural dentro de um princípio de preservação ambiental e de respeito do ecossistema”, que não promova o comprometimento de sua potencialidade geradora do desenvolvimento econômico. Esta definição, no entanto, deverá adaptar-se a qualquer ambiente, pois esse segmento turístico, corresponde a uma tomada de postura e, não, ao segmento propriamente dito. A postura que acabamos de mencionar está relacionada à preocupação que hoje existe em defesa do meio ambiente. São visíveis, os abusos cometidos contra o meio ambiente, sem análise da intensidade da destruição, provocada pelo próprio homem. Em defesa ao meio ambiente e com protestos a esses abusos, surgem os chamados grupos ambientalistas, que erguem a bandeira da luta pela sensibilização de toda a sociedade humana, em nome da preservação do meio que habitamos, e uma nova postura das diversas classes sociais. Preservar hoje, para ter amanhã.

Na Reportagem “Ecoturismo, de Antônio Paulo Pavone, percebemos, que o Brasil oferece lugares com cachoeiras, paisagens lindas, paz e sossego. Essas características poderão, entre outros lugares, ser encontradas na Serra da Bocaina, entre São Paulo e Rio de Janeiro, e na Chapada Diamantina, na Bahia. Pavone afirma que “Há alguns anos, fazer ecoturismo era quase sinônimo de embrenhar-se no mato abrindo picada a facão”; circunstâncias desconfortáveis.

Contudo, nos dias atuais, encontramos lugares com excelente estrutura turística, cuja beleza continua atraindo a atenção, devido permanecerem como há 200 anos.

Concluimos que este segmento necessita, além da conscientização ambiental que não é unicamente uma responsabilidade do turista, um cuidado com os “furões” nesta atividade. Devemos promover, sintonia entre investimento e atendimento, de acordo com as necessidades dos consumidores.

Fica registrado um desafio: descobrir o significado da palavra ecoturismo, na prática. Deixamos uma sugestão: a reportagem da agência Harpija – Serviços Ambientais, sediada em Santos, assume a importância referente à preservação e conscientização ecológica. Seus roteiros são especializados e oferecem caminhada de 12 quilômetros, percorrendo uma reserva indígena na Serra do Mar. Fazendo

esse percurso, a pessoa poderá passar por rios com correnteza, rios rasos ou fundos. Evidenciamos, desta forma, um convite para pessoas que gostam de desafios.

Podemos, afirmar, com base na posição de muitos estudiosos da área, que o segmento de turismo de aventura, poderá apresentar alguma ligação com o turismo ecológico ou ao esportivo de ação, considerados eficazes contra o stress e que poderão, em dose certa, proporcionar muitas aventuras, emoção e a auto-estima de todos os praticantes. Dez são os esportes considerados esportes de aventura, esportes radicais:

1. Trekking, caminhada por trilhas, matas e rios;
2. Rafting, desafio de vencer as corredeiras;
3. Ciclismo, pedalando, por exemplo, na Europa;
4. Canijoning, aventura descendo cachoeiras;
5. Esqui, deslizando pela neve na América;
6. Espeleologia, explorando grutas e cavernas;
7. Mergulho, ação e emoção dentro d'água;
8. Off-Road, desafiando trilhas com um jipe
9. Pára-quedismo, vôo e emoção nas alturas;
10. Cavalgada pela Serra Gaúcha.

Concluimos que o turismo radical, poderá levar seus praticantes a testarem, ao máximo, sua resistência e competência, durante a atividade preferida. É o que comprova a reportagem de Marcos Silveira. (1998).

Havia, para Palomo, cinco características, conforme os peritos em turismo, com relação ao **fluxo turístico do Mediterrâneo** para o ano 2000. Eram elas:

1º O grupo de aventureiros nessa região chegaria a 12%, isso, registra um decréscimo quanto aos pretendentes;

2º O grupo de adeptos das férias de verão, que buscam sol, mar e praia, chegariam a 40%, podendo se manter com essa porcentagem, desde que fossem efetivadas ações eficazes por parte dos Estados; que certamente, levaram em consideração a preferência desse grupo;

3º Os pretendentes ao segmento cultural chegariam a 30% e a taxa poderia continuar em crescimento, se as atuações estatais deixassem de romper as tendências atuais que reconhecessem esse grupo como praticante por um momento de fuga. Deverão, no entanto, impulsionar o segmento para a continuidade de troca de valores culturais;

4º O grupo de adeptos ao esporte da região, chegaria, a 10% do total, no entanto, poderia crescer, com base nas tendências favoráveis ao crescimento;

5º O grupo que preferia atividades organizadas, animação ou espetáculos, em geral, marcaria uma tendência com possibilidades de crescimento, atingindo

24%. Este grupo poderia participar de encontros, reuniões de trabalho ou estudo e até intercâmbios.

Dos grupos acima expostos, **os adeptos das férias de verão** predominariam de maneira contínua e permanente, em todos os países do Mediterrâneo. Este segmento, continua prevalecendo de maneira notável no Mediterrâneo. Podemos agora, referir-nos ao Brasil, que, com quase 8 mil quilômetros de litoral, certamente, poderá oferecer belíssimos lugares para as férias de verão.

Um exemplo típico dessa atividade turística, aqui no Brasil, é a Linha Verde, divulgada no Suplemento Especial Diga Lá SENAC, Natureza, desenvolvimento e turismo, que promove a Bahia, com inúmeras belezas naturais. Basta procurar e se encontram, mar calmo, águas mornas, areias brancas e a temperatura estável durante o ano. Contudo, registramos que uma das preocupações relevantes nesta reportagem é a promoção do desenvolvimento regional, com menos impacto possível de depredação do meio ambiente. É responsabilidade de todos preservar, hoje, para usufruir amanhã.

Verificamos, na seqüência, que a **oferta hoteleira** não está alojando suficientemente os turistas que, durante os meses de verão, na Europa, elevam a demanda. Contudo, essa mesma demanda reduz durante os meses de inverno. Isto ocasiona uma redução na rentabilidade de todos os investidores do segmento de hotelaria nos meses de inverno.

Percebemos, além do aspecto econômico, que o segmento hoteleiro, deverá reconhecer que o turista, quando distante de sua moradia, deseja permanecer ou estar acomodado num lugar que lhe ofereça pouca diferença de seu habitat de origem.

Entretanto o hotel, além de oferecer status ao cliente, poderá oferecer aos turistas hóspedes, socialmente, as mesmas condições de vida do local de origem deles, para que tenham segurança, conforto e sobretudo um sentimento de confiança e bem-estar. Acreditamos serem indispensáveis tais serviços, para que os turistas sempre tenham vontade de voltar a esse lugar, devido ao bom atendimento e à valorização do sentimento humano; pois estando distante de seus familiares, necessitam do calor humano.

Nos registros da Organização Mundial de Turismo - OMT, o segmento hoteleiro chegou ao índice de 15% de crescimento, durante o ano de 1998. Em nosso continente, sobretudo, México e Brasil, essa atividade apresenta os maiores índices na estada dos turistas, no chamado tempo compartilhado, que está vinculado à comparação entre o "lar" e o "similar".

Quando analisamos a sociedade moderna, reconhecemos que o hotel é definido como uma habitação básica de serviços de alojamento e presta uma série de serviços complementares, que abrangem desde a lavanderia até salas próprias para realização de congressos e convenções. Percebemos um grande avanço na infra-estrutura das cadeias hoteleiras, as quais não desejam perder a demanda

turística.

É comum diversas cadeias hoteleiras da atualidade premiarem seus hóspedes, com hospedagens gratuitas ou milhas em companhias aéreas, objetivando seu retorno. E diversas empresas estão realizando reuniões, em que seus clientes apreciam vistas deslumbrantes, em substituição aos escritórios sombrios das cidades grandes. Essa característica referente ao segmento hoteleiro foi impulsionada pela urbanização, tornando as cidades locais extremamente congestionadas, e considerando que os seres humanos precisam ter momentos de reflexão e descanso. Nada melhor do que estar diante de lugares belíssimos. Um hotel com essa oferta, certamente, estará com as reservas esgotadas.

De acordo com a análise de Palomo, não é inteligente conceber que o turismo possa ser uma **indústria de transporte**, alojamento e restauração. Em sua descrição, o analista considera ser evidente que o turismo do futuro se afastará dessa concepção, com base na afirmativa de que o turista exigirá muito mais do que os elementos citados.

Consideramos que, para haver um desenvolvimento ótimo para a atividade turística, torna-se indispensável incorporar atividades complementares. Em primeiro lugar, haverá necessidade de valorizar o transporte turístico, a fim de oferecer aos turistas serviço de qualidade e conforto.

Para viagens, a longa distância ou internacionais, o meio de transporte mais utilizado é o avião. Levando em consideração o mencionado, reportamos à Revista Você S.A., na matéria Prazer, Lazer e Saúde, com o título "Apertem os cintos, o bilhete sumiu", onde estão registradas as últimas novidades pelos sites de viagens com os e-tickets, emitidos sem usar papel. Essa matéria demonstra a agilidade em adquirir, através de um site um bilhete virtual; o cliente estará de posse de uma senha, e, no dia do embarque, bastará fazer o check-in, sem ter de apresentar passagem alguma. No Brasil, as empresas que vendem ou vão vender em breve passagens virtuais são: Lokau, TAM, Transbrasil, Reserve, Varig e a Vasp. Quanto às agências estrangeiras, elas simplesmente passam aos seus clientes uma senha. É incrível. Essa tendência entrará em cena nos meios de transportes, estamos falando do comércio eletrônico. Tal característica evidencia que estamos testemunhando um período de transição, enfim, é a evolução da sociedade e da capacidade humana.

Outra oferta complementar que deverá ser desenvolvida para impulsionar a atividade turística, como indústria, é a criação de **Centros Educacionais Informais**, sobre tema culturais, históricos, artísticos que, poderiam oferecer aulas livres e permitir aos turistas satisfazer algumas de suas inquietudes e colaborar ao mesmo tempo com a formação adicional do turista. Esse aspecto torna-se interessante, devido estarmos vivendo num período em que a educação é considerada indispensável para todos. Aproveitamos o momento para demonstrar

que, pequenas ações são possíveis e quase dispensam investimentos financeiros, bastando, ter boa vontade e idéia para valorizar o potencial cultural das comunidades, cidades ou vilas receptoras de turistas.

O jornalista Fessianos, conta, em sua Reportagem, que, no ano de 1997, a teoria, somente, não bastava. Decidiu fazer um trabalho de campo, para conhecer mais sobre a relação que existe entre o homem e a urbe. Ele define como urbe a cidade. Essa reportagem relata sua experiência de jornalista na cidade de Curitiba. Surpreendeu-se quando entrevistou um senhor que relatara com animação seus passeios pelo exterior. Mas, quando indagado sobre sua cidade, especificamente sobre a rua que passava atrás de sua casa, respondeu que não conhecia. Fessianos concluiu: "Temos tempo para conhecer o mundo, mas não temos tempo para conhecer o que está próximo". O repórter chama a atenção para que todas as pessoas valorizem sua comunidade, visto possuímos valores, que muitas vezes, estão escondidos. Não precisaríamos ir tão longe ou além de nossas fronteiras para prestigiar uma manifestação artística ou folclórica. Em nossa terra, a nossa gente tem história para contar.

Diante das características comentadas, centros Educacionais Informais e a Relação do homem com sua cidade, reconhecemos que, um processo educativo deverá tornar as pessoas ligadas ao turismo, sensíveis às normas de procedimentos, compreendendo a sua natureza e necessidade. Com isso, ocorrerão, benefícios ao bem-estar do cliente.

Citamos primeiramente a importância da **Qualidade no Turismo**, que deverá tornar desejável a presença do turista, mobilizando toda a comunidade para melhor receber esse visitante, esforçando-se ainda para tornar agradável sua permanência.

Segundo a OMT, a França recebeu em 1998, 70.000 mil pessoas e teve uma receita de U\$\$ 29.700 milhões de dólares estando em primeiro lugar, entre os locais que recebem maior número de visitantes durante o ano. Esse país não era agradável ao seus visitantes. Com base nessa afirmação, o governo organizou uma campanha de conscientização no país, sobre a importância da presença do turista. Organizaram um trabalho comunitário, visando reconhecerem a importância da hospitalidade, objetivando tornar suas receitas compatíveis com o número de turistas que recebem durante o ano.

Citaremos outro exemplo, o das ilhas de Aruba e Bali, que já promoveram um trabalho objetivando a qualidade nos serviços de atendimento ao turista através da cultura comunitária. Essa atitude, comprova o sucesso que vem aumentando a captação dos turistas. Comprovando sua eficiência, em Aruba, todas as placas dos veículos possuem a expressão, "Bon Bin", que quer dizer bem vindo.

Em Bali, o trabalho desenvolvido pelos guardas de um batalhão especial é não deixar que os turistas, ao experimentarem os veículos com os volantes à esquerda, cometam infrações. Estando sempre a postos, atendem, com muita

gentileza, os turistas que se aventuram a guiar um veículo, e se perdem no trânsito invertido, por falta de experiência.

Reconhecemos que os lugares insulares, como Aruba e Bali, orientando a comunidade a não aceitar gorjetas pelos serviços prestados, consideram importante a qualidade dos serviços turísticos.

A característica, que acabamos de comentar, nos faz reconhecer que o turista do ano 2000 deixaria de ser passivo, para se transformar em um **turista ativo**. Estamos deixando para trás a *Era da Informação* e entramos na *Era do Conhecimento*.

Segundo estudiosos, vivemos hoje a Terceira Onda, e somos testemunhas das mudanças rápidas na economia, nas técnicas, que acabam modificando toda a organização social.

O turismo acaba entrando nessa onda, pois é através do conhecimento que os turistas acabam conhecendo todos os seus direitos e passam a reivindicar serviços de qualidade.

Por essa razão, o turismo, como já citamos, desenvolve nova realidade mercadológica como uma indústria. Dessa forma, com oferta e procura, o Marketing turístico deverá operar efetivamente.

Para os estudiosos da área, o marketing deverá, desenvolver diversas atividades para facilitar no mercado turístico, uma troca entre os diversos agentes relacionados a esse mercado.

Toda atividade turística necessita do marketing, no entanto, não deverá privilegiar pessoas que tratam de negócios relacionados com o mercado do turismo. Evidenciamos ser imprescindível o reconhecimento do mercado turístico e todas as trocas realizadas nesse mercado.

Nesse ponto, ressaltamos que as localidades devem preocupar-se em realizar um trabalho de divulgação adequado. Essa medida deverá evitar que ocorra frustração ou supervalorização que não seja condizente à realidade. Seria frustrante haver grupos de turistas informados erroneamente. Tal atitude desencadearia a não-valorização do local, seria uma propaganda negativa.

Finalizamos nossa análise, esperando que todos os destinos turísticos nacionais ou internacionais, explorem adequadamente seus potenciais turísticos, visto estarmos participando de uma sociedade em plena transição, impulsionada pela globalização, que provoca transformações sociais e econômicas jamais vistas, e exige que estejamos atentos à realidade que está a nossa volta.

Como sugestão, propomos aos admiradores do turismo, dedicação, pois essa atividade exige de cada um de nós, que estamos direta ou indiretamente vinculados ao seu desenvolvimento, ações positivas e construtivas, se desejamos aprimorar constantemente nossa competência para contribuirmos com o crescimento efetivo de nossa comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSARAH, Gomes dos Reis. **Turismo segmento de mercado**. São Paulo: Futura, 1999.

CABALLERRO, Mariano Chirivella. **Marketing de destinos turísticos**. Curitiba: Unicemp, s.d.

FESSIANOS, Eduardo. Urbeguia, o profissional do conhecimento e da aventura. **Revista Diga Lá** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Rio de Janeiro, n.17, p.2-5, nov./dez. 2000,

NATUREZA, desenvolvimento e turismo - Oito exemplos brasileiros. **Revista Diga Lá** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Rio de Janeiro, p.85-96. Suplemento especial.

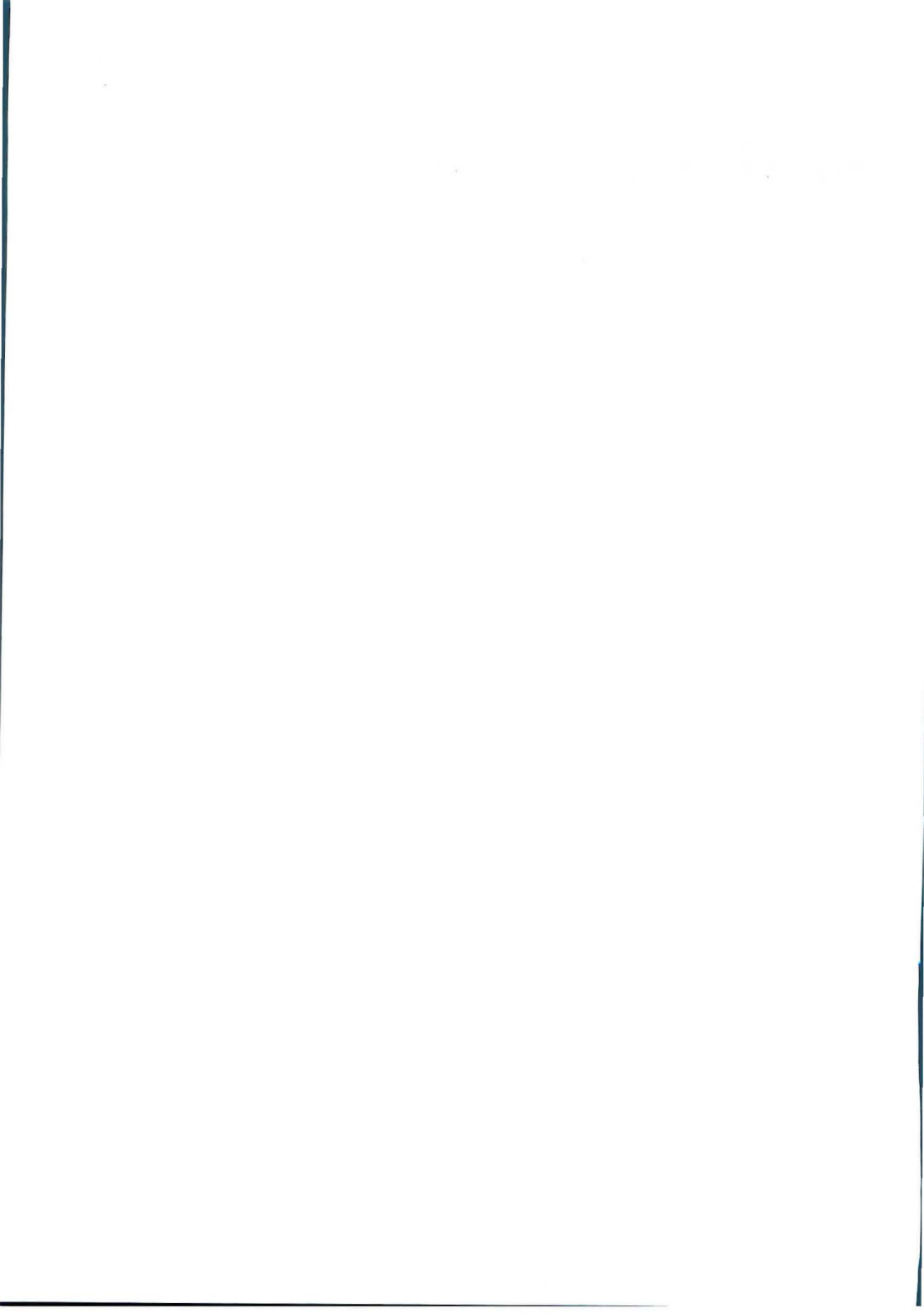
ALFREDO, Alexandre. Apertem os cintos, o bilhete sumiu. **Você S.A.**, São Paulo, n.21, p.134-5, mar. 2000.

NALIO, Alessandra. Uma aventura de perder o fôlego. **Você S.A.**, São Paulo, n.5, p.119-123, nov. 1998.

PAVONE, Antônio Paulo. Ecoturismo. **Você S.A.**, São Paulo, n.4, p.124-130, out. 1998.

SILVEIRA, Marcos. Radicalize. **Você S.A.**, São Paulo, n.2, p. 140-6, ago. 1998.

VAZ, Gil Nuno. **Marketing turístico**: receptivo e emissor. São Paulo: Pioneira, 1999.



ABSTRACT

In the present time, society is going through a moment of fast changes. It is up to us to understand these transformations and recognize the tourism industry as one among several propelling factors of the economic activity which may provide the development of numberless segments that the tourism industry may stimulate. Tourism makes the movement of people evident. It is considered a social phenomenon, because it records the movement of people. The preoccupation in the elaboration of this study was restricted to ten points of relevance, mentioned in the text of Analysis of the characteristics of the tourist demand for the year 2000 (Análises das Características da Demanda Turística para o ano 2000). The study was complemented with bibliographical research. This study may be used by teachers and students of Tourism, probable professionals of the area, who may have in view, for the future, that the tourism activity stops being a privilege for just a few people.

Key words: Changes, leisure, culture, holidays, nature, quality.



A AFETIVIDADE E COGNIÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

ROSANA BEATRIZ ANSAI

Graduada em Pedagogia, Habilitação em Orientação Educacional pela FAFI/UVA, PR, Especialista em Fundamentos, Teoria e Análise do Processo Educacional pela UFPR, Mestre em Educação com Área de concentração em Formação de Professores pela FAFI de Palmas, PR. Professora do Departamento de Educação da FAFI de União da Vitória, PR, do Departamento de Licenciatura em Informática da FACE de União Da Vitória, PR e Orientadora Educacional da Escola de Educação Básica Prof. Balduino Cardoso.



RESUMO

No presente estudo buscar-se-á o desenvolvimento da idéia de que as relações entre afetividade e cognição do sujeito aprendente são tributários de uma concepção de desenvolvimento e aprendizagem influenciados pelo paradigma cartesiano. Neste contexto são examinados a influência deste paradigma na educação escolar. A partir da relação entre afetividade e cognição na educação escolar são analisados esses conceitos e a forma como são desenvolvidos no sistema escolar. Conclui-se que, fruto de uma educação racionalista e mecanicista, o processo educativo está voltado para o desenvolvimento cognitivo do sujeito aprendente, porém pouco ou nenhuma atenção dá-se a uma promoção efetiva aos aspectos afetivos na relação educativa.

Palavras-chave: Afetividade, cognição, educação escolar, paradigma cartesiano, dimensão afetiva e sujeito aprendente.



1 INTRODUÇÃO

Embora o entender a relação entre o afetivo e o cognitivo na educação escolar tenha sido uma preocupação constante há muito pesquisada, intuitivamente se percebe que o fazer pedagógico do passado e do presente, tem como eixo norteador a ênfase no conhecimento e no desenvolvimento do intelecto do sujeito aprendente. A adoção deste modelo de prática educativa tem-se provado insatisfatória hodiernamente. O presente estudo tem o objetivo de fornecer algumas reflexões ao leitor interessado, sobre a influência do paradigma cartesiano na educação escolar e algumas relações que se podem estabelecer entre o desenvolvimento da dimensão afetiva e cognitiva do sujeito aprendente.

O atual curso dos acontecimentos converge para a constituição de um novo meio de comunicação, de pensamento e de trabalho para as sociedades humanas. (...) Na economia do futuro, o capital será o homem total".

Pierre Lévy, 1998.

2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A BUSCA DA SUPERAÇÃO DO PARADIGMA CARTESIANO

A evolução cultural humana é um mecanismo que está em contínuo movimento, porém, como observa Capra (1997), o processo civilizatório do ser humano está enfrentando uma grande crise nestas últimas décadas. Complexa e multifacetada, esta crise atinge as dimensões intelectuais, morais e espirituais, transformando-se, segundo este filósofo, numa “*crise de escala e premência sem precedentes em toda a história da humanidade*” (Ibidem, p.19).

Em tempos de grandes mudanças culturais, os paradigmas (do grego “paradeigma”: padrão) estão sendo transformados pela grande mutação do mundo moderno. Na análise de Capra (1997, p. 28) o paradigma dominante está sendo transformado, pois “*compreende um certo número de idéias ou valores (...) que estiveram associados a várias correntes da cultura ocidental, entre elas a revolução científica, o Iluminismo e a Revolução Industrial. Incluem a crença de que o método*

científico é a única abordagem válida do conhecimento(...)”.

A visão de mundo a partir da racionalidade da ciência passou a vigorar a partir da revolução científica do século XVI e, no século XIX, passou a fundamentar também as emergentes ciências sociais.

A abordagem teórica de Descartes (1595-1650) que se encontra sintetizada no célebre enunciado *“Cogito, ergo sum”* - “Penso, logo existo”, teve como consequência científica e filosófica, a concepção racionalista de que o espírito e a matéria se encontram divididos, deduzindo-se que a essência do ser humano se encontra em sua mente. Portanto, o que é importante para a ciência, a partir deste paradigma que tornou-se dominante, é a mente racional, sendo que o estudo do organismo como um todo é desconsiderado, uma vez que Descartes defendia que nada tinha valor se não fosse explicado à luz da razão. Na análise de Warschauer (1997, p. 25), *“a idéia do mundo (...) cognoscível apenas através de sua decomposição nos elementos que o constituem, transformou-se na grande hipótese universal da ciência moderna: o mecanicismo”*. Sob a luz deste paradigma tudo é, em princípio, previsível e controlável.

A divisão espírito/matéria levou a sociedade ocidental a pressupor que o universo é um sistema mecânico e fragmentado. Esta concepção mecanicista passa a determinar fundamentalmente a interpretação de todos os fenômenos naturais; para se conhecer um fenômeno é necessário dividi-lo e classificá-lo para depois determinar as relações que o separaram. O paradigma cartesiano, considerado por Capra (1997) como sendo a fundamentação teórico metodológica quase unânime da maioria da ciência Ocidental, continua a ser um fator preponderante em muitos aspectos da nossa vida cotidiana. De acordo com o Cardoso (1995, p. 31) *“o paradigma cartesiano-newtoniano orienta o saber e a ação primordialmente pela razão e pela experimentação, revelando assim o culto do intelecto e o exílio do coração”*.

O cientificismo impregna nossa cultura fazendo com que ela seja dominada pelo pensamento racional, pois, de acordo com a análise de Cardoso (1995, p. 25), foi do paradigma racionalista-mecanicista que *“emanou um novo saber com dois grandes pilares epistemológicos: a razão e a sensação”*. Sendo assim, a importância atribuída ao racionalismo cartesiano prevalece em toda a sociedade ocidental, inclusive nas escolas. O que, no entanto, pode-se observar atualmente é que os clássicos conceitos da lógica cartesiana parecem já não bastar para explicar a ampliação dos espaços de conhecimento do momento atual. Algumas implicações desta visão de mundo racionalista-mecanicista podem-se encontrar na seguinte citação de Moraes (1999, p.39):

(...) a valorização das qualidades primárias da matéria trouxe grandes benefícios para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, mas como tudo na vida tem dois lados, esse fato acarretou também um pesado ônus, que provocou uma significativa perda para a raça humana em termos de sensibilidade estética,

sentimento e valores ao direcionar atenção e importância para tudo que fosse mensurável e quantificável. O mundo foi ficando árido, morto, incolor, sem paladar, cheiro, consciência e espírito.

Esta realidade cientificista tem seus reflexos no sistema educacional. A escola que está presente em todos os tipos de sociedade, e que tradicionalmente é a instituição que tem a incumbência de transmitir o saber historicamente acumulado às futuras gerações, por ser a instituição que desenvolve uma prática educativa planejada e sistemática, enfrenta muitos desafios. A questão que parece angustiar os profissionais da educação, atualmente, é a seguinte: Que tipo de educação poderá fazer eco à formação do capital intelectual do cidadão dos dias atuais?

A análise de Fullat (1995, p. 17) sobre o que acontece ao processo educativo parece explicar o porquê dos muitos desafios da sociedade lançados ao sistema escolar, uma vez que, para este filósofo *“o processo educacional é claramente ambíguo, sendo ao mesmo tempo produto e produtor da sociedade na qual é produzido”* e também não se pode deixar de levar em conta que a nova realidade mantém uma relação estreita entre a transformação das pessoas, empresas e nações e a educação. Neste sentido, para transformar-se e acompanhar os avanços da sociedade do conhecimento, a escola tem que colocar em pauta de discussões permanentes, segundo a análise de Warschauer (1997, p. 24), o que se constitui no *“desafio de formar homens criativos, críticos e conscientes, capazes de dialogar com pessoas diferentes; enriquecendo-se com a diversidade, no sentido de criar soluções para os problemas atuais, que são diferentes daqueles com os quais a ciência, antigamente, se preocupava”*.

Entende-se que a escola, para avançar nos seus propósitos educacionais hodiernamente, deve reconhecer que o paradigma fragmentador do conhecimento não mais contribui para a associação, entre o que é ensinado e as condições concretas da vida do sujeito aprendente. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1999, pp. 25-27) *“não há o que justifique memorizar conhecimentos que estão sendo superados ou cujo acesso é facilitado pela moderna tecnologia. O que se deseja é que os estudantes desenvolvam competências básicas que lhes permitam desenvolver a capacidade de continuar aprendendo”*.

Para a superação destas dificuldades, é necessário que o sistema educacional volte-se para *“uma ação educativa dinâmica e dialética, visando desenvolver entre seus participantes, a consciência da realidade humana e social, da qual a escola faz parte, mediante uma perspectiva globalizante”* (Lück, 1998, pp. 31-32). Portanto, entende-se que a maneira sistêmica do fazer e do pensar dos profissionais da educação permite uma percepção mais acurada dos processos de aprendizagem que sustentam o sistema escolar atualmente.

3 AS RELAÇÕES ENTRE A AFETIVIDADE E COGNIÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Diversas pesquisas têm sido levadas a efeito entre os estudiosos, buscando identificar qual dos dois aspectos - afetividade ou cognição - constitui-se no ponto de partida para o desenvolvimento humano. O estudo dessas variáveis do processo de desenvolvimento psíquico são de suma importância para o processo educativo, pois, por meio destes fatores, efetuar-se-á a otimização do desenvolvimento integral do educando. (Lück e Carneiro, 1985)

A partir das reflexões de Fontana (1969) pode-se estabelecer um paralelo comparativo entre os aspectos cognitivo e afetivo do ser humano. Com relação ao nosso estado efetivo, este autor nos diz que ele é pessoal, pois depende da sensibilidade que temos sobre o que pode ser definido como agradável ou desagradável, segundo as impressões internas e externas que recebemos do meio ambiente. Portanto, pode-se inferir que a variável cognitiva é objetiva, enquanto a variável afetiva é subjetiva, isto porque, segundo Aduz Fontana (idem, p. 314), *“o fato afetivo além de apresentar a tonalidade, maior ou menor intensidade, apresenta a variabilidade - o mesmo estímulo pode afetar de modos diversos vários indivíduos [enquanto que] os fatos cognitivos, por sua subjetividade são fixos, invariáveis e recebidos com serenidade pelo sujeito”*.

No intuito de esclarecer o conceito da cognição, tomamos por base as reflexões de Weisntein e Fantini (1973, p. 37-38) que definem a cognição como sendo *“o ato de processar a informação recebida e desenvolver ordens superiores de abstração e conceituação”*. Deste modo, pode-se inferir, a partir das reflexões de LeDoux (1998), que os limites da cognição são mutáveis, uma vez que recebem e emitem as informações recebidas a partir do pensamento, do raciocínio e da inteligência.

No que se refere ao desenvolvimento do aspecto cognitivo na educação escolar, Weistein e Fantini (1973, p. 38) esclarecem que *“a função cognitiva do ensino está orientada para a conquista e comunicação do conhecimento [e] abrange tanto a assimilação imediata dos objetos por meio dos sentidos como os processos de abstração mediante os quais o intelecto elabora suas idéias (...)*.

O desenvolvimento dos aspectos cognitivos na educação escolar, segundo Weistein e Fantini (1973) está voltado para a aquisição e a comunicação do conhecimento no que se refere às noções objetivas das ciências e suas relações. Inclui a percepção e os processos dos estímulos por meio dos sentidos e o seu processamento intelectual, através de abstrações como, por exemplo, as idéias, os conceitos e os julgamentos.

A função afetiva na educação escolar, segundo a análise de Weistein e Fantini (1973) está relacionada à vida prática. Neste sentido, a afetividade abarca

as relações com “*as emoções, com as paixões, com os estados anímicos, com a motivação, com a sensibilidade moral e estética com a capacidade de experimentar sentimentos, inquietudes, interesses ou desinteresses, simpatia, empatia e apreciações*” (Ibidem, p. 38). Portanto, a afetividade não se restringe somente a um sentimento ou emoção intensa, pois “*ela é também uma expressão das forças básicas que dirigem e governam o comportamento*” (Id. Ibidem, p.38). Por outro lado, a aprendizagem cognitiva é uma forma natural de aumentar a capacidade de satisfação das necessidades interiores de uma pessoa, pois segundo esclarecem estes autores, à medida que a capacidade de análise e julgamento aumentam, supõe-se que a pessoa tem a sua disposição mais meios de interpretar seus sentimentos e inquietudes.

A excessiva importância que se atribui ao desenvolvimento cognitivo na educação escolar se constitui numa variável interveniente, que isola o desenvolvimento dos aspectos afetivos e podem, segundo Weinstein e Fantini (Ibidem, p.42), vir a “*plantar na sociedade a ameaça de que a escola possa oportunizar a formação de indivíduos frios e indiferentes às causas humanitárias [uma vez que] o conhecimento pode gerar sentimentos mas são os sentimentos que geram a ação*”. Estes autores são enfáticos ao afirmarem que é absolutamente indispensável estabelecer-se um vínculo afetivo e emocional com o educando, pois a construção do conhecimento tem que estar em conexão com o estado afetivo do aluno.

O desenvolvimento das capacidades cognitivas do educando é uma forma natural de aumentar os limites do pensamento, do raciocínio e da inteligência e, como conseqüência, supõe-se que este adquira uma maior sustentação emocional-afetiva, uma vez que, no decorrer deste processo, busca-se “*estabelecer-se uma harmonia entre ambos de maneira tal que sigam a mesma direção*”(Weinstein e Fantini, 1973, p.39). Neste sentido a atuação do professor deve também levar em consideração o papel determinante para o êxito escolar dos alunos da qualidade das relações afetivas que permeiam as interações sociais, que são oportunizadas pelo convívio escolar e pelas situações de aprendizagem (Referenciais para formação de professores, MEC, 1999).

Quanto à correlação entre o domínio afetivo e cognitivo, Lück e Carneiro (1985) apresentam três posições básicas sugeridas pelos pesquisadores para identificar estes comportamentos: a primeira indica a interdependência do domínio afetivo e cognitivo através da vivência de aprendizagens gratificantes em sala de aula. A segunda constitui-se de um movimento pendular das experiências de aprendizagem que oscilam, hora para o lado de atitudes e interesses positivos, hora para as manifestações negativas destes comportamentos por parte dos alunos. Quando a manifestação destes comportamentos são favoráveis, a aprendizagem cognitiva é efetivada. Ao levar-se em consideração a influência das manifestações positivas e negativas do aluno com relação à sua aprendizagem na escola, Seber

(1997, p.216), explica que estas situações têm que ser manejadas pelo professor de modo que

(...) não devem ser muito conhecido, nem muito novo: se muito conhecido, há chance de haver desinteresse; em contrapartida, se a novidade estiver muito além do nível de desenvolvimento da criança, isto é, se a organização intelectual ainda não estiver em condições de assimilar o fato exterior, o desinteresse aparece também.

Por fim, Lück e Carneiro (1985, p.23) apontam uma correlação negativa entre o desenvolvimento de comportamentos afetivos e cognitivos quando, por exemplo, o domínio de determinado conhecimento sobre algum fenômeno pode levar à diminuição das emoções relativas a ele, *“pois em vez de uma relação positiva entre o crescimento de comportamentos cognitivos e afetivos, é possível haver uma relação inversa, denominada negativa”*.

Embora afetividade e cognição sejam consideradas por Weinstein e Fantini (1973, p. 48) como forças complementares e jamais antagônicas, elas não têm desempenhado um papel equivalente na educação porque, segundo esclarecem estes autores, *“a afetividade tem recebido um escasso reconhecimento e não tem sido objeto de experiências e práticas adequadas”*.

4 A ESCOLA E O DESENVOLVIMENTO DA DIMENSÃO AFETIVA DO SUJEITO APRENDENTE

Partindo do conceito de Woodworth e Marquis (s/d. p.346) que definem a aprendizagem como sendo *“o processo de aquisição de novos conhecimentos e novas reações”* pode-se inferir que, de modo geral, todo educador que pretenda lograr êxito em seu trabalho, questiona-se constantemente: Qual o conteúdo que devo ensinar aos meus alunos? De que maneira vou motivá-los para ensinar-lhes este conteúdo? Sob o ponto de vista destes questionamentos o que se verifica é o movimento pendular que oscila entre a preocupação, ora com os métodos de ensino, ora com os conteúdos a serem ensinados. Porém, a de se concordar com Weinstein e Fantini (1973, p.29) quando advertem que, *“nenhum método de ensino pode dar resultados efetivos se o conteúdo for de escasso interesse para a classe”*.

Na dimensão do sistema educacional que se apresenta posta observa-se que há uma lacuna entre os conteúdos programáticos e os fins educacionais, pois segundo a cultura escolar dominante, os programas de ensino, freqüentemente privilegiam situações de aprendizagem que estão voltadas para o desenvolvimento de conteúdos e raramente estão projetados para auxiliar o estudante a desenvolver-se em termos pessoais e holísticos. É necessário salientar todavia, que, conforme esclarecem Weinstein e Fantini (1973, p. 31):

Um estudo adequado de programa de ensino começa com a exposição dos objetivos educacionais (...). A educação em uma sociedade livre deve conter um amplo enfoque humano, que se vê favorecido por objetivos educacionais projetados sobre bases pessoais e interpessoais e vinculados com as preocupações dos alunos.

Na busca do enlace entre o afetivo e o cognitivo e a sua influência no processo ensino-aprendizagem julga-se importante destacar conforme Radecki (1961, p.206), as diferenças descritas por este autor entre a vida intelectual e a afetiva e que são variáveis que afetam o desenvolvimento destes aspectos em sala de aula, constituem-se em:

I - Falta de clareza do fenômenos afetivos, em comparação com os intelectuais.

II - Antagonismo qualitativo: os sentimentos oscilam entre contrastes máximos (positivo ou negativo).

III - O sentimento é subjetivo.

IV - O sentimento não pode ser localizado.

V - Os sentimentos, ao contrário dos estados intelectuais, se debilitam pelo hábito.

VI - Os sentimentos se caracterizam pela sua “intensidade central”: a imagem intelectual é mais frágil que a sensação, enquanto a imagem afetiva contém força igual, comparada à do próprio sentimento.

O que se observa é que a educação escolar não se preocupa em fomentar a harmonia entre o desenvolvimento afetivo e cognitivo. Uma das razões encontradas para esse vácuo educacional é apontada por Weinstein e Fantini (1973) como sendo de cunho político e educacional, uma vez que é muito mais fácil e produtivo trabalhar-se os objetivos cognitivos do processo ensino-aprendizagem do que os afetivos, principalmente no Ensino Fundamental. Neste grau de ensino, é mais fácil trabalhar-se o desenvolvimento cognitivo do que o comportamento afetivo, porque, segundo os argumentos desses autores, o ensino sobre as bases cognitivas tem melhor êxito nesta faixa etária por serem mais fáceis de serem trabalhados. Além disso, há uma razão bem mais importante a ser considerada: *“a opinião generalizada que as crenças, atitudes, sentimentos e preocupações do estudante são particulares e não devem ser abordados na escola”*. (Ibidem, p.39)

Neste cenário, desenhado pelas políticas educacionais, a paisagem do sistema escolar está impregnada pelos caracteres do desenvolvimento cognitivo: as notas, as promoções e os estímulos, por exemplo, possuem as cores cognitivas. Até a definição operacional de aprendizagem como sendo “uma mudança de comportamento” é interpretada, segundo analisam Weinstein e Fantini (1973), sob a ótica cognitivista. Observa-se que esta “mudança de comportamento” é avaliada por intermédio de exames orais e escritos que, segundo a análise de Restrepo (1998, p.23), *“são incapazes de captar as tonalidades afetivas que dinamizam ou*

bloqueiam aprendizagem". Neste sentido, Restrepo (Ibidem, p.32) critica esta posição do sistema educacional afirmando que *"ao negar a importância das cognições afetivas a educação se afirma com um pedantismo do saber que se mantém subsidiário de uma concepção de razão universal e apática, distante dos sentimentos e dos afetos"*.

Porém há que se reconhecer que os educadores estão compreendendo, cada vez mais, que a forma de trabalhar a educação escolar está intimamente relacionada com o que se pretende ensinar, pois, segundo a análise de Weinstein e Fantini (1973, p.31), *"a educação em uma sociedade livre deve ter amplo enfoque humano que se vê favorecido por objetivos educacionais planejados sobre bases pessoais e interpessoais e vinculados com as preocupações dos alunos"*.

E, segundo esses autores, as preocupações, desejos, interesses, temores, ansiedades, alegrias e outras emoções e reações manifestados pelo ser humano, contêm a semente da motivação. No campo da motivação e sua estreita relação com o comportamento emocional, estes aspectos são decorrência das necessidades humanas básicas. No que se refere à educação escolar, Pretto (1978, p.05) esclarece que estes aspectos são trabalhados centralizados *"de preferência nos aspectos técnico-pedagógicos e [muito pouco tem sido realizado] nos aspectos pessoais e humanos da educação"*. O professor interessado em conduzir a otimização do trabalho pedagógico é o profissional que, segundo esclarece este autor tem que perceber que ele

(...) é uma pessoa que, pela função que exerce, influencia grandemente a vida de seus alunos, podendo contribuir consistentemente para o seu amadurecimento emocional e o desenvolvimento pessoal, levando-o à descoberta de suas aptidões, interesses e capacidades, incentivando-os à própria realização como indivíduos geradores também de crescimento social. (Pretto, 1978, p. 04)

Na educação escolar, a afetividade pode vir a ser um conteúdo significativo, se o professor ocupar-se das inquietudes íntimas da criança, reconhecendo e respeitando os seus sentimentos. Sob ao ponto de vista de Weinstein e Fantini (1973), ao validar as experiências e sentimentos da criança, o professor está reconhecendo que seu aluno *"sabe algo"*. Segundo estes autores, o reconhecimento por parte dos educadores dos sentimentos dos seus alunos constitui-se numa boa oportunidade para *"vincular-se um conteúdo significativo ao conceito de si mesmo"*.(Ibidem, p.43)

Sabe-se que para educar o ser humano a condição *sine qua non* é conhecê-lo, para que, conseqüentemente, o seu desenvolvimento seja respeitado. Para que se estabeleça a relação educativa na escola, a base é a percepção correta que o professor tem desse processo. Neste sentido, Saltini (1977, p. 73) é convicto de que:

O professor (educador) obviamente precisa conhecer a criança. Mas deve conhecê-la não apenas na sua estrutura biofisiológica e psicossocial, mas também na sua interioridade afetiva, na sua necessidade de criatura que chora, ri, dorme, sofre e busca constantemente compreender o mundo que a cerca, bem como o que ela faz ali na escola. Quando uma criança vai para a escola, não vai apenas para aprender, mas também para vivenciar o aprendizado como um todo e quem assim a percebe poderá então orientá-la rumo ao amanhã.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura ocidental, em algum momento de sua história, relegou a segundo plano a dimensão afetiva do ser humano na educação escolar. Neste sentido, concorda-se com a análise de Lück e Carneiro (1985, p.12), quando afirmam que *“não são estabelecidos de maneira significativa, em seu contexto (escola) situações, condições e recursos necessários à valorização e promoção do desenvolvimento afetivo do aluno de maneira intencional, sistemática e eficaz”*.

Fruto de uma educação racionalista-mecanicista o processo educativo está voltado para o desenvolvimento cognitivo do sujeito, porém pouca ou nenhuma atenção dá-se a uma promoção adequada aos aspectos afetivos na relação educativa. Conseqüentemente, a formação do sujeito aprendente é fragmentada, uma vez que estes são trabalhados nas escolas, somente da “cabeça para cima”, segundo afirma Rogers (1975). Com isto, os rápidos e inexoráveis avanços no campo do conhecimento acarretam a percepção de que o homem navega seguro e tranqüilo no oceano do conhecimento, porém, no que se refere ao desenvolvimento afetivo, seu barco ainda se encontra em riachos pequenos e limitados.

A estrutura do sistema educacional composta por normas e leis que fundamentam os currículos, os programas, as forma de avaliação e os planos de aula, dependem da tessitura teórico-metodológica articulada pelo paradigma dominante que privilegia, como já se afirmou anteriormente, o desenvolvimento do domínio cognitivo.

Por estas razões, pode pairar entre os profissionais da educação, um sentimento de impotência, pois muitos são os riscos, as dificuldades e as incertezas. Porém, dificilmente se encontrará um terreno tão profícuo como o da escola para experimentar a desafiante e prazerosa aventura que é a de se propor um “educar da Pessoa Humana”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para formação de professores**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. Rio de Janeiro: Cultrix, 1997.
- CARDOSO, C. M. **A canção da inteireza: uma visão holística da educação**. São Paulo: Summus, 1995.
- FONTANA, Dino F. **História da filosofia, psicologia e lógica**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1969.
- FULLAT, Octavi. **Filosofias da educação**. Tradução Pe. Roque Zimmermann. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LE BOUX, Joseph. **O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional**. 2 ed. São Paulo: Objetiva, 1998.
- LEVI, Pierre. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Loyola, 1998.
- LÜCK, Heloísa; CARNEIRO, Doroty G. **Desenvolvimento afetivo na escola: promoção, medida e avaliação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teóricos-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. 3.ed. Campinas: Papirus, 1999.
- PRETTO, Siloé Pereira Alves. **Educação humanista: características de professores e seus efeitos sobre alunos**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- RADECKI, Waclaw. **Tratado de psicología**. 2.ed. Buenos Aires: Artes Gráficas, 1961.
- RESTREPO, Luis Carlos. **O direito à ternura**. Tradução Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ROGERS, Carl. **Liberdade para aprender**. 3.ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.
- SEBER, Maria da Glória. **Piaget: o diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio**. São Paulo: Scipione, 1997.
- WARSCHAUER, Cecília. **A roda e o registro**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

WEINSTEIN, G.; FANTINI, M.D. **La enseñanza por el afecto**: vida emocional y aprendizaje. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1973.

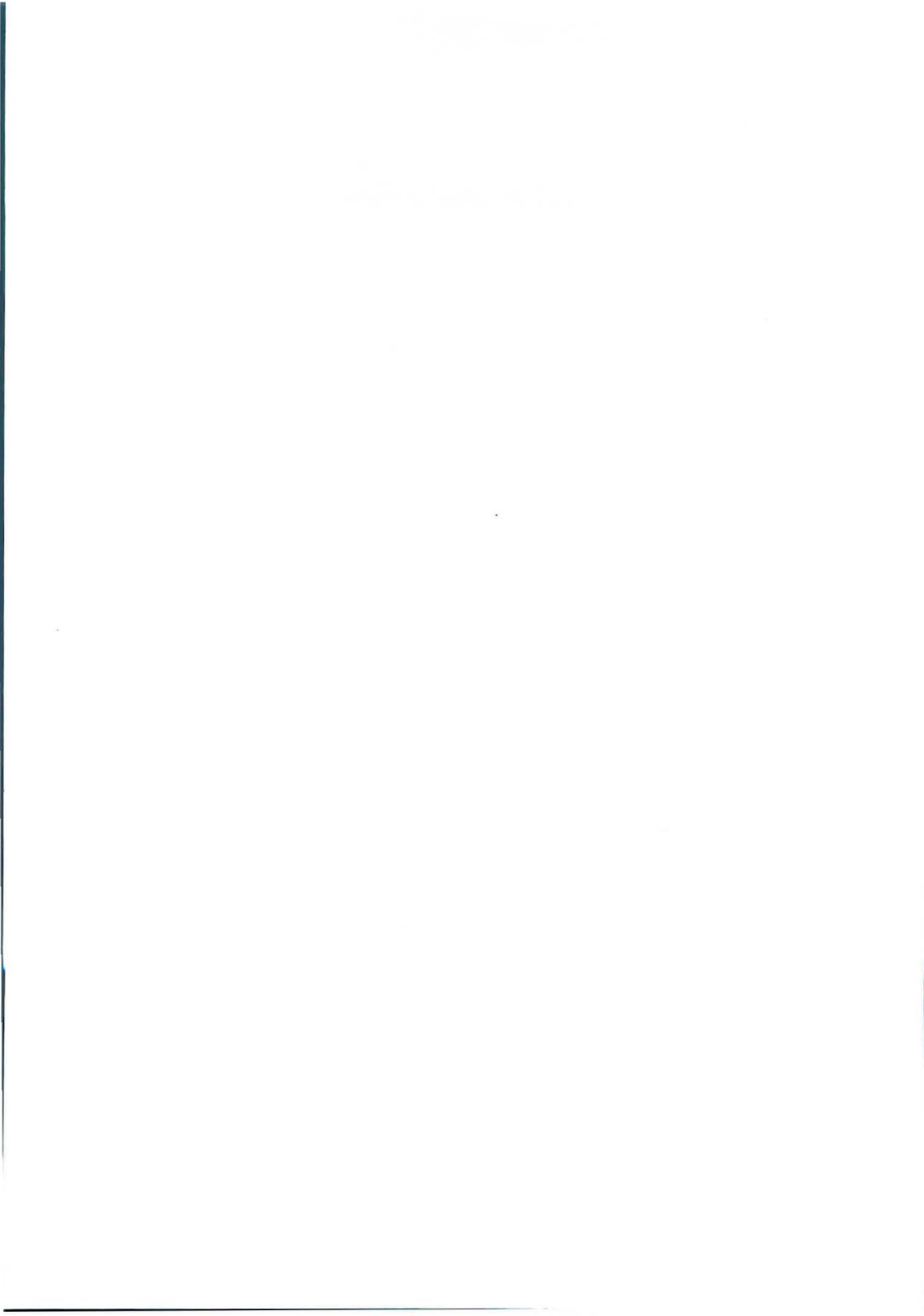
WOODWORDT, Robert; MARQUIS, Donald. **Psicologia**. 5.ed. São Paulo: Moderna, [s.d.].



OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS SEGUNDO TOURAINÉ E GUATTARI

Gígi Anne Horbatiuk Sedor

Mestre em Filosofia – Epistemologia, pela
UFSC Doutoranda em Filosofia pela USP





ABSTRACT

The present study will develop the idea that the relations between affection and cognition of the learning subject are tributary of a conception of development and learning influenced by the Cartesian paradigm. In this context the influence of this paradigm in schooling is examined. These concepts and the way they are developed in the school system are analyzed from the relation between affection and cognition. It is concluded that, fruit of a rational and mechanical education, the educational process is turned to the cognitive development of the learning subject. However, little or no attention at all is given to an effective promotion to the affection aspects in the educational relation.

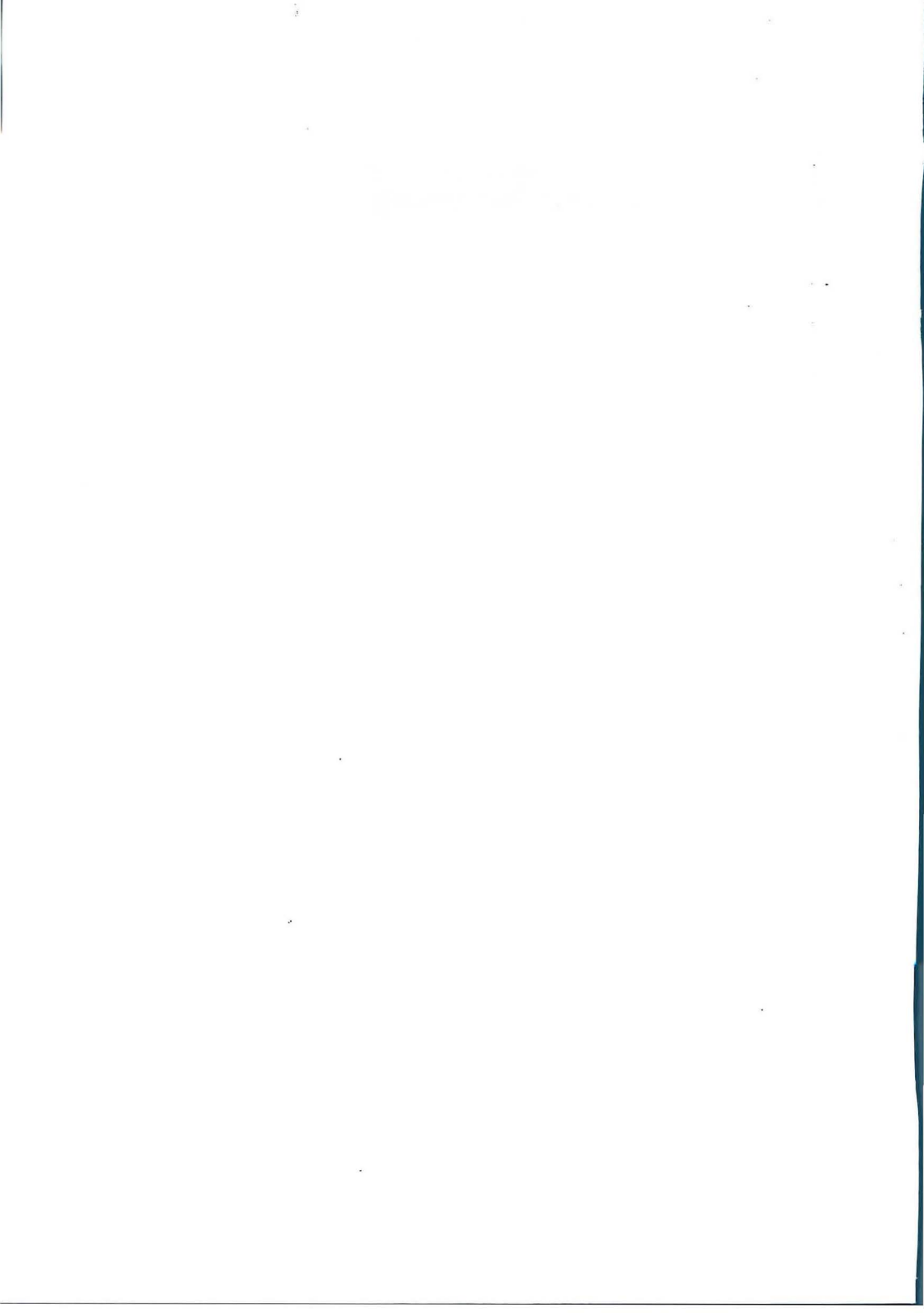
Key words: affection, cognition, education, Cartesian paradigm, affection dimension, learning subject.

RESUMO

Neste artigo relacionamos as posições dos Sociólogos A. Touraine e F. Guattari, acerca dos novos movimentos sociais, focando sua análise da motivação, estrutura e características desses movimentos.

Os dois autores apresentam uma crítica semelhante à sociedade atual, fortemente marcada pela tecnologia. Apontam a tendência e enfatizam a vantagem dela sobre as formas de movimentos sociais anteriores que é a de buscar uma democracia de base, em que vigorem a autogestão e a organização em pequenos grupos.

Palavras-chave: movimentos sociais, democracia de base, autogestão, organização em pequenos grupos.



Na atualidade, constata-se o surgimento de novos movimentos sociais, cuja relevância merece estudo. Teriam eles características e força capaz de dar novas respostas, eficazes, aos problemas atuais em sua imbricada complexibilidade? Que características de nossa época fazem com que os antigos movimentos se tornem inócuos?

Em que sentido há uma concordância entre o pensamento de Touraine e Guattari sobre as características básicas e o futuro dos novos movimentos sociais e do social como um todo?

No cenário da sociologia contemporânea, Alain Touraine é um dos destacados estudiosos dos movimentos sociais. Para ele “falar de movimentos sociais é construir a sociologia e defender os povos contra os deuses e príncipes” (TOURAINÉ, 1976, p. 158)

Segundo Touraine (In: SCHERER-WARREN, 1984, p.90-3), os movimentos sociais são objetos da sociologia, por considerá-los como as forças centrais da historicidade. A história não é uma história natural, mas a história dos movimentos na produção do social.

Touraine, em sua obra “O Pós-Socialismo”, tece dura crítica ao movimento socialista, principal movimento de esquerda no quadro político europeu, que é por ele analisado. Segundo ele, o socialismo está superado, por suas características já não darem mais conta da tarefa de transformação, de luta pela mudança que o inspirava e lhe dera sentido. A sociedade está em mutação, o mundo europeu (e os demais países, se bem que em ritmo mais lento e sutil) está saindo da fase industrial para uma pós-industrial, a sociedade programada. “Estamos ainda na sociedade industrial, mas já as mudanças que nela se operam e sofreremos só podem ser entendidas pela formação da sociedade programada” (TOURAINÉ, 1988, p. 98); novas formas de organização econômica e, conseqüentemente, novas relações de classe surgem nas sociedades industrializadas.

A sociedade industrial nasce com a entrada do investimento na organização do trabalho, a organização passa a ter papel central na produção e a hierarquização social está diretamente vinculada a ela. O nível de autoridade do indivíduo, no processo de produção executante ou executiva, determina seu nível social; “é uma sociedade de empreendedores e chefes”, mesmo a imagem do consumo se transforma no modelo da poupança: não consumir para investir. Esse é o quadro social em que o movimento socialista tem lugar, segundo Touraine.

O momento atual, para Touraine, é de crise e transição, nossa sociedade tem ainda características da fase industrial, mas já há muitos fatores de diferenciação, de mutação. A sociedade pós-industrial ou, como Touraine a denomina, sociedade programada, já se anuncia.

Mas o que caracteriza essa nova sociedade? O que tem de novo em relação à Industrial? Por que Touraine a chama de Programada?

Touraine afasta as definições tecnicistas, como a de Zbigriew Brzczinski, que chama a sociedade Pós-industrial de “tecnocrônica”; para ele não se pode “reduzir a sociedade ao conjunto das conseqüências de uma causa Primeira”, no caso a tecnológica, pois isto vai contra as características de uma sociedade que é produzida por sua ação sobre si mesma, não pela ação particular de fatores materiais ou ideais.

Para ele, a sociedade programada tem como principal característica a passagem de um conhecimento técnico ao tratamento da informação, a análise global do sistema de produção e não mais das partes isoladas.

“A sociedade pós-industrial concebe as interdependências entre os elementos de um sistema e transforma esse conhecimento em programas e roteiros. Ele não se preocupa em estabelecer uma relação direta de um contexto, mas em definir os encaminhamentos que permitem conduzir um conjunto complexo a um determinado estado. É por isso que a sociedade pós-industrial deve ser chamada de sociedade programada.” (TOURAINÉ, 1988, p. 101)

Aparentemente, a tecnologia é o aspecto dominante da sociedade pós-industrial, mas isto se deve à ordem de desenvolvimento dos aspectos da nova sociedade, onde a instalação tecnológica precedem sua organização econômica e social.

Na sociedade programada, a informática tem papel importante, pois o espaço desta sociedade é o do sistema de produção, um conjunto de informações. Com a tarefa de manipular informações, de se tornar um instrumento de gestão nas empresas, na saúde, ou no ensino, aumentando os meios de detecção e de controle, a informática aumenta os meios de intervenção da sociedade sobre si mesma, especialmente eficaz.

A organização não deve mais criar a ordem, mas favorecer a mudança. A hierarquização não se baseia mais na organização do trabalho, como na sociedade industrial, agora são os detentores da informação, e não os organizadores, que se colocam no alto da escala; conseqüentemente, prevalece a “meritocracia”. A produção comanda o consumo; não se podem mais separar as atividades produtivas e não-produtivas.

“Essa sociedade programada não substitui uma só vez a sociedade industrial; mistura-se primeiro com ela, da mesma forma que a indústria fora criada ao

abrigo da sociedade mercantilista, mas a complexidade das transformações históricas não deve impedir o reconhecimento da passagem de um tipo de sociedade a outro.” (TOURAINÉ, 1988, p. 107)

Segundo Touraine, a sociedade programada pode surgir tanto no modelo capitalista de desenvolvimento quanto no modelo socialista. O capitalismo é um modo de desenvolvimento e de propriedade que pode ser encontrado na sociedade programada, bem como na industrial; a sociedade programada, portanto, não é pós-capitalista; capitalismo e sociedade programada não são categorias exclusivas, pois pertencem a conjuntos diversos.

Analisando a sociedade programada, Touraine estuda cuidadosamente sua economia, as relações de produção que nela se criam e os movimentos sociais que as manifestam. Não pinça um fator único como guia da análise, Na busca uma visão de conjunto, procurando levar em conta todos os componentes da realidade social.

“Um sistema social não é um trem que se equilibra sobre os trilhos da história e vem puxado por uma locomotiva; fator dominante ou “última instância”, ele deve ser analisado em termos de ação social e de relações entre atores orientados, ao mesmo tempo, socialmente frente a seus parceiros e culturalmente por finalidades valorizadas por uns e outros.” (TOURAINÉ, 1988, p. 109)

Segundo Touraine, a sociedade programada formou-se sem rupturas, apesar dos importantes conflitos sociais ocorridos nos últimos decênios, a inovação cultural foi mais rápida.

Novo conhecimento e modelo cultural foram criados, as idéias morais e a representação do mundo e da sociedade transformaram-se bem mais rápido que as lutas sociais e respectiva estabilidade; a sociedade programada tem um clima de liberalismo e permissividade, a contrário do que ocorreria se sua formação tivesse sido forçada pelo Estado mais do que pelas suas mudanças próprias.

A classe dirigente utiliza o conhecimento, investimento e modelo cultural em função de seus interesses, provocando o aparecimento das relações de dominação e os conflitos sociais próprios à sociedade programada.

A nova sociedade estrutura-se em grandes organizações, cujo governo é a tecnologia; o tecnocrata é a figura central desta sociedade e não está subordinado a ninguém, ao menos, em nosso tipo político de sociedade.

Todos os aparelhos dirigentes das grandes organizações devem gerar sistemas políticos internos, redes de influência, e se preocuparem com suas relações com o Estado e com os subordinados a sua autoridade.

A estratificação social modifica-se aos poucos; a distinção entre operários e empregados perdeu o sentido. Pode-se distinguir na nova sociedade outros componentes:

“Os tecnocratas, que participam da definição das finalidades da organização; os burocratas, que escolhem, controlam e impõem os meios para atingi-los; o conjunto dos operadores, que não participam da escolha, nem das finalidades da organização, dividindo sua sorte, constantemente protegidos por seu poderio; os auxiliares, que não são protegidos por um estatuto da empresa, incluindo-se aí, em particular, os trabalhadores temporários e os assalariados das empresas empreiteiras; e, finalmente, os especialistas, que se definem por pertencerem não a uma empresa, mas a uma profissão que ostenta uma conseqüência socialmente reconhecida.” (TOURAINÉ, 1988, p. 114)

Para Touraine, a dominação exercida pelos sistemas sobre a sociedade se dá mais pela produção de modelos de comportamento que de bens, criam mais cultura do que máquinas. O poder se ocupa constantemente em emitir mensagens e o público é reduzido à massa de consumidores espectadores.

“As decisões são tão complexas, levam a um futuro tão longínquo, são tomadas a tanta distância de cada um de nós que não cogitamos mais poder influenciá-las.” (TOURAINÉ, 1988, p. 155)

O poder dos dirigentes é tal que os tecnocratas produzem a demanda de consumo e a adequam à oferta, que eles mesmos controlam. A dominação é sobretudo ideológica, a ideologia do normativo estende suas redes “de malhas cada vez mais finas, aumentando seu espaço de atuação e interiorização da sanção da norma.

“O poder está em toda parte, e não escaparemos dele apelando aos deuses, ao homem ou à história. Só podemos contar com nossas próprias forças, com nosso desejo de liberdade e com os movimentos sociais por ele estimulados.” (TOURAINÉ, 1988, p. 116)

Se os interesses da classe dirigente da sociedade industrial produziu, visando a novos lucros e a uma saída para a crise e esgotamento de seus potenciais, mudanças que provocaram o surgimento da nova sociedade, já é tempo de as forças de oposição perceberem que as lutas de classe não estão ultrapassadas, mas que surgem com nova forma e que é necessário que se constituam novas forças de oposição social e política, os novos movimentos sociais, mesmo que tardios e pouco numerosos.

Quando a sociedade industrial se desagrega e se forma a sociedade programada, o movimento operário se decompõe, deixa de ser um movimento social, passando ao papel de força política, torna-se partido e até mesmo tem o poder de Estado, como nos países comunistas. As organizações políticas esvaziam-se; as

relações econômicas separam-se do poder, outras forças surgem nesse espaço.

Novas formas de miséria se colocam em nossa sociedade, não muito diferentes das precedentes, mas que exigem novos meios e atitudes para combatê-las. Touraine resume suas facetas diversas na fase mercantilista, na industrial e na programada, dizendo que o mal é o mesmo, a “miséria da dependência.”

“Como definir a infelicidade de hoje? Pelo vazio interior e pela inquietação exterior. O vazio de quem não tem mais identidade pessoal e coletiva, que não é senão alvo para os empreendimentos comerciais, políticos ou administrativos; a inquietação de todos estes sinais: ordens que proíbem a iniciativa, informações desvinculadas de qualquer comunicação. O trabalho torna-se cada vez mais penoso, mais vazio do que esgotante, e sentimos que, de ora em diante, fazemos a engrenagem rodar com mais eficácia, não em nossas atividades profissionais, mas em nossas atividades mais pessoais, em nosso lazer, no cuidado que tomamos com nossa saúde. Para quem? Para quê? Os centros de decisão estão sempre mais distantes, as relações sociais rompem-se uma-a-uma; os adversários não estão mais sequer ao alcance de nossa voz. Corremos o risco de afundar numa vida infra-social, hiperestimulada, incessantemente modernizada, manipulada, privada de sentimentos e de iniciativa, saturada de sexualidade e desprovida de amor, desperdiçando mercadorias e triste.”
(TOURAINÉ, 1988, p.120-21)

Nesse quadro de opressão, de sofrimento, de recusa dos valores industriais e da procura de uma nova maneira de viver é que se formam, segundo Touraine, os “novos movimentos sociais”, a partir de reações e de lutas, que deverão ser superadas. Três domínios são considerados principais para ele: o movimento das mulheres, os movimentos regionais e os movimentos antinucleares.

Touraine diferencia duas orientações do movimento de protesto das mulheres, denomina a uma “feminismo” e à outra “movimento de mulheres”; embora se assemelhem e lutem contra a imagem que o homem tem da mulher como sendo a que tem filhos e os educa, que agrada e nutre os homens, que lhe prega os botões e consola, seduz e satisfaz.

O feminismo se caracteriza pela reivindicação de “liberdade e igualdade para as mulheres”: direito de voto, igualdade de salários e oportunidades profissionais. Inicialmente eram reivindicações radicais, mais de recusas que de afirmações, de separação que de participação.

A campanha pelo direito à contracepção apressou as transformações das idéias e dos costumes, foi uma ação modernizadora, que suprimiu alguns obstáculos sociais e culturais; apesar disto, tratou-se mais de uma mudança de um antigo regime do que de um movimento social.

A mulher ganhou espaço no mercado de trabalho e participação na vida pública. Suas exigências agora são por oportunidades iguais de acesso a profissões

de nível elevado e fim da separação entre profissões masculinas e femininas, bem como o fim da sua relegação aos trabalhos de manutenção da casa, à educação dos filhos e aos serviços pessoais. Essa ideologia feminista se adapta às necessidades da produção comercial, de forma que essa ação das mulheres pode até ter efeitos bem distanciados dos objetivos do feminismo. Em relação à sexualidade, o esfacelamento da tradição e dos preconceitos pode até mesmo transformar a mulher em simples corpo, em mercadoria, objeto da pornografia. Desse modo a exortação das mulheres pela liberdade e igualdade torna-se ambígua.

Algumas feministas formam uma “burguesia feminista” que amplia suas próprias vantagens e privilégios; outras associam-se a lutas operárias e socialistas, denunciam seu papel de reprodução gratuita de força de trabalho e de “vítimas” de uma dupla exploração.

“O feminismo acompanha mudanças sociais de capital importância, mas não é, em si mesmo, um movimento social. Produz-se pelas mudanças advindas na economia e pelas descobertas científicas que desembocaram na invenção e difusão da pílula.” (TOURAINÉ, 1988, p. 125)

Vê-se que Touraine considera o feminismo um movimento importante, mas não lhe dá o status do “movimento de mulheres.”

“O movimento das mulheres se constitui para além dos limites e contradições do feminismo, como a luta contra uma relação de dominação e como a defesa daquilo que a própria dominação destrói. Essa dominação não se identifica, no chamado movimento das mulheres, com a tradição, como acontece no feminismo. Quanto mais a condição feminina se desagrega em sua especificidade, mais a mulher tende a ser inferiorizada como mulher e em sua própria sexualidade.” (TOURAINÉ, 1988, p. 125)

Segundo Touraine, o movimento de mulheres fala politicamente a linguagem da sexualidade, porque se opõe a uma dependência que está na raiz da cultura. A partir de grupos e comunidades pequenas pode-se elaborar um movimento social por meio do qual as mulheres querem transformar o conjunto da sociedade.

Para que isto possa ocorrer é necessário que se assumam a

“condição feminina, definida por sua inferiorização e a transformação em contestação: sentimento contra razão, vida contra máquina, diálogo contra poder.” (TOURAINÉ, 1988, p. 126)

O movimento de mulheres luta para recriar relações normatizadas pela dominação; conduz a uma luta geral pelo direito à relação com o outro. Não busca só quebrar com uma tradição através de uma modernização liberal e luta por direitos

iguais aos dos homens. Movimento das mulheres é mais amplo, contesta o poder da tecnocracia.

O ponto que ainda enfraquece o movimento de mulheres é que ele ainda toma o homem como adversário, de modo que não aparece a natureza social da relação de dominação. O movimento de mulheres tem ainda predominantemente um caráter de movimento cultural e não de movimento social; visa mais a uma transformação de valores que a uma mudança social.

Os movimentos regionais e nacionais são frutos da vontade de escapar da crise e da decomposição; pretendem-se modernizadores e procuram no renascimento de sua língua ou na independência uma forma de criar uma vontade coletiva de progresso, mantendo-se fiéis ao passado, mas abertos a idéias mais novas.

O regionalismo pode ser conservador ou contestador. Primeiramente era contestador, progressista, em luta contra uma direita que defendia tradições e crenças; nessa época, a escola ajudava as crianças a ultrapassarem os conhecimentos mais próximos, de seu meio e galgaram conhecimentos e princípios universais, para bem servir ao Estado. Numa fase seguinte, os valores se invertem; "o que era tradicionalismo faz-se identidade." O nacionalismo torna-se um valor de esquerda contra um direita colonialista.

O momento progressista do regionalismo corresponde a uma necessidade de vencer a ordem imposta pelo Estado; nos países anticolonialistas, torna-se necessário defender a identidade contra o estrangeiro dominador (2º momento do regionalismo, o conservador).

Touraine, analisando as oscilações e ambigüidades dos movimentos regionais pergunta-se se Louis Queré tem razão ao afirmar que é a crise das nações que os movimentos regionais indicam:

"Uma vez reconhecido o arcaísmo do Estado administrativo, centralizador e burocrático, que sufoca as iniciativas e destrói as especificidades culturais, podemos, perguntar-nos se não é essa crise das nações que os movimentos regionais traduzem, em vez de manifestarem uma vontade e uma capacidade de mudança coletiva." (TOURAINÉ, 1988, p. 130)

É natural que o dominado se defenda de seu opressor usando os recursos que lhe são próprios. Mas a ação defensiva deve seguir-se de uma contra-ofensiva e de luta pela mudança da situação.

O essencial é a natureza da relação de dominação; quando se trata de uma relação social, o apelo à defesa da identidade pode ser o primeiro momento de um movimento social, o defensivo; no caso das lutas nacionais o apelo à identidade pode tornar-se forte se a ele se seguir um momento de ruptura e libertação nacional.

Os movimentos regionais não querem, em geral, deixar de ser movimentos

de defesa nacional; uma saída é defini-los como “nacionalitários”, colocando como objetivo criar ou recriar uma nação e não um Estado. Touraine, explicita essa situação de forma incisiva:

“Se eles se transformam em movimentos de libertação nacional, não podem ser ao mesmo tempo, movimentos sociais, mas devem, como todos nacionalismos, afirmar e fazer respeitar a prioridade da luta nacional sobre as lutas sociais. Se, ao contrário, se definirem como movimentos de autonomia e de desenvolvimento regional, correm o risco de ser apenas um aliado secundário de movimentos organizados em escala mais ampla e que extraem na força principalmente do centro do território mais industrializado. Nos dois casos, existe um importante risco de heteronomia.” (TOURAINÉ, 1988, p. 133)

Touraine não considera suficientemente forte e organizado nem o movimento das mulheres, nem o movimento das regiões ou nações para combater a classe dirigente da sociedade programada, mas ambos, juntos, podem servir de fundamentos de sustentação de um movimento social central capaz de contestar a nova força opressora.

Touraine denomina o movimento antinuclear de (“Antidemocrático”)? Ou ainda, de “Ecologia Política”. Considera-o, entre os novos movimentos sociais, um dos mais destacados, pois tem seu adversário bem definido, o que o torna apto para a luta social e política, além de contestação cultural.

No início, a ação do movimento antinuclear é defensiva, protestos contra a instalação de usinas nucleares ou campos militares, em geral, movidos por grupos locais, comunitários. Questionam os valores industriais, os efeitos benéficos da ciência e da tecnologia e o perigo da energia e da tecnologia e o perigo da energia nuclear.

Em pouco tempo, ligando-se a ecologistas políticos, cientistas e sindicalistas, o movimento antinuclear ultrapassa o nível limitado de sua ação, transformando sua luta contra a energia nuclear num movimento contra o “poder” nuclear, denunciando as conseqüências sociais da energia nuclear, a concentração do poder e dominação da tecnocracia.

Com um adversário definido, “os nucleocratas e a tecnocracia em geral”, o movimento antinuclear passa a ter uma ação contra-ofensiva, além da defensiva, que envolve a luta por uma sociedade que tenha maior participação na condução da mudança.

Um problema se apresenta ao movimento antinuclear; apesar de ter um adversário bem definido ele não tem ainda uma definição precisa de quem está defendendo; não há como no movimento operário, um classe formalizada a quem defender e comandar; trata-se de um grupo generalizado, difuso. Surge, então, a pergunta: seria necessária uma organização política que antecederesse o movimento social? Seria essa organização política capaz de ajudar o movimento social a se

constituir? E difícil constituir uma ação social independente e, ao mesmo tempo, com uma significação mais abrangente.

Segundo Touraine, o movimento antinuclear ou ecologia política deve agora traçar objetivos mais “instrumentais” e preparar-se, pois a luta entre tecnocratas e os grupos contrários à imposição de um modo de vida e de um modo de uma dança social pelo poder administrativo será longa e central na sociedade programada.

Touraine situa os três movimentos: o das mulheres, o regional e o antitecnocrático, num mesmo estágio de desenvolvimento, apesar das pequenas diferenças de organização. Então, segundo ele, todos num momento de passagem da fase defensiva para a de contestação de um poder, de um período de afirmação de uma identidade para um de denúncia das relações de dominação. Tais características nos mostram que esses novos movimentos estão apenas no início de sua constituição, bem como a sociedade da qual são a forma de reação, de contestação, a sociedade programada.

“Estamos nos primórdios da sociedade programada e a crise da sociedade industrial ainda pesa duramente sobre nós. Os movimentos sociais que se estão formando ainda estão em seus primeiros passos: forte pela novidade de seus discursos; frágeis pela difusão de seus objetivos.” (TOURAINÉ, 1988, p. 138)

Além das características já enumeradas dos novos movimentos sociais, Touraine aponta mais algumas, gerais, que os diferenciam dos antigos movimentos sociais.

A existência de movimento social subentende que haja, além de um conjunto de objetivos, uma ação coletiva dos indivíduos que o compõem. Esses novos movimentos têm sua força no fato de buscarem a autogerência, sem submeter-se a partidos ou a teóricos, e sua fraqueza porque são dispersos.

Os novos movimentos não têm mais “militantes”, os participantes querem viver e organizar-se segundo sua proposta de vida social; para o grupo, mais vale uma mudança de comportamento que uma mudança de idéias.

Buscam organizar-se sem centralismo, sem submeter-se a um partido político ou a uma ideologia. Lutam por manter a autonomia e a iniciativa, tentando viver uma democracia de base, bem diversa da dos movimentos operários que terminavam por vincular-se às decisões de um partido político.

Para Touraine existe, ainda, uma outra mudança significativa: a do discurso dos novos movimentos passa pela explicação, buscando reforçar a convicção mais do que provocar a mobilização, têm uma linguagem “mais afetiva ou carregada de humor.”

Os participantes dos novos movimentos sociais tendem a romper com o aspecto comum, buscam a diferença, contestam permanentemente qualquer forma de organização.

“Não há movimento cultural ou social importante que não crie um jeito de falar, de se vestir, de se comportar.” (TOURAINÉ, 1988, p. 140)

Outra característica interessante nos novos movimentos sociais é quanto ao tempo e espaço de sua ação, os quais, comparados aos dos movimentos pré-industriais e industriais, mostram-se muito diversos.

“Quanto aos atuais movimentos, o das mulheres, nacionalistas, ecologistas, antinucleares, estes vivem no imediato, decididamente no fim do mundo: é agora que é preciso pôr termo ao poder nuclear; amanhã será muito tarde. Os movimentos sociais são planetários; seus militantes, nômades e cosmopolitas. A ecologia ensinou-lhes a extrapolar os limites das sociedades humanas e a refletir sobre as condições de sobrevivência do ecossistema no qual se situa nosso sistema social.” (TOURAINÉ, 1988, p. 140)

Nova também é a idéia de que os contestadores não aspiram ao poder, não querem passar de dominados a dominantes, não ambicionam tornar-se governantes. Os novos movimentos não crêem mais no fim da luta de classes ou no fim da história, não lutam por um amanhã feliz, mas por um hoje melhor.

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS SEGUNDO FÉLIX GUATTARI

Félix Guattari é um teórico social, analista e militante dos novos movimentos libertários.

Enquanto teórico, trabalhou minuciosamente conceitos de Marx, Freud, Proust e dos estruturalistas. Com Deleuze faz uma revisão de Freud, criando uma nova teoria psicanalítica, na qual o principal conceito é o de inconsciente maquínico.

No seu trabalho de análise do social, desenvolve também uma teoria de análise nova, baseada no conceito de inconsciente maquínico, associando as questões políticas aos desejos mais profundos do homem. Sua linha mestra de desenvolvimento da teoria social é via abertura à subjetividade individual. A história para ele é feita de momento de subjetividade, não só por atividades grupais.

Sua sugestão para que a subjetividade tenha espaço em todos os momento do social, é que se faça a revolução através das minorias, em luta por seus objetivos – a revolução molecular.

Chama de ecosofia à articulação ético-política entre os três registros ecológicos (o meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) com o fim de compreender a problemática dos perigos que ameaçam a vida sobre a terra, tratados muito superficialmente, numa perspectiva tecnocrática. A resposta à crise ecológica exige uma revolução política, social e cultural.

"Esta Revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo." (GUATTARI, 1991, p. 9)

Para modificar as relações de força é necessário, conforme Guattari, que se renovem os modos de luta social, através da inserção da libido transformada em objetivos de luta social, inserindo os desejos mais íntimos do indivíduo nos objetivos da coletividade. Para que a transferência do desejo subjetivo para o coletivo não se perca em organizações centralizadas e extensas, Guattari propõe que os grupos de ação sejam pequenos, que as minorias se organizem e lutem por seus objetivos, podendo posteriormente aliar-se a outros grupos que tenham objetivos semelhantes.

"Cada um com seu grupelho! Em cada fábrica cada rua, cada escola. Enfim, o reino das comissões de base! Mas grupelhos que aceitassem ser o que são, lá onde são. E, se possível, uma multiplicidade de grupelhos que substituiriam as instituições da burguesia: a família, a escola, o sindicato, o clube, esportivo, etc." (GUATTARI, 1987, p. 17)

Chama de revolução molecular a esse trabalho dos pequenos grupos. Mostra-se otimista quanto à possibilidade de mudanças da sociedade, sugerindo que com o trabalho de ecologia social as sociedades capitalistas da era da mídia passem a uma era pós-mídia, significando uma reapropriação de mídia por parte de uma multidão de grupos – sujeito.

Os fatores que embasam seu otimismo podem ser assim resumidos:

- a) As súbitas tomadas de consciência por parte das massas;
- b) A queda das grandes organizações de poder autoritário, dando lugar a novas lutas e outras formulações sociais;
- c) O barateamento e a popularização dos recursos de mídia, devido a seu constante aperfeiçoamento tecnológico, possibilitando o uso por parte dos pequenos grupo em prol de seu objetivos;
- d) A urgência de renovação dos processos de trabalho dos sistemas de produção pós-industrial que exige uma subjetividade criativa, tanto no trabalho individual como no coletivo.

A questão da passagem da sociedade da era da mídia para a pós-mídia tem a ver com a nova teoria que Guattari desenvolve para análise do social, que tem como base o conceito de inconsciente maquínico, que considera central na compreensão da sociedade pós-industrial, em que a força maior de dominação é da informação dos meios de comunicação social.

A partir do conceito de inconsciente desenvolvido por Freud, Guattari desenvolve o seu conceito de inconsciente esquizoanalítico ou maquínico, conforme

razões assim explicitadas:

“Maquínico porque não está essencialmente centrado na subjetividade humana, mas participa dos mais diversos fluxos de signos sociais e fluxos materiais.” (GUATTARI, 1987, p. 167)

O inconsciente moderno é bombardeado pelos vícios de comunicação social e pelas instituições e não se pode mais entendê-lo levando apenas em consideração a subjetividade intrapsíquica. Embora não deixe de ser pessoa, o inconsciente maquínico abrange as forças sociais e as realidades históricas. Passa do domínio exclusivo da Psicologia a envolver também o da Sociologia, porque sua problemática inclui escolhas da sociedade, básicas, como por exemplo: como viver num mundo maquínico em que a tendência é eliminar a singularidade?

Como diz Guattari, o inconsciente não é um universo secreto:

É um nó de interações maquínicas através do qual somos articulados a todos os sistemas de potência e a todas as formações de poder que nos cercam. Os processos inconscientes não podem ser analisados em termos de conteúdo específico, ou em termos de sintaxe estrutural, mas, antes de mais nada, em termos de enunciação, de agenciamentos coletivos de enunciação. Estes, por definição, não coincidem com as individualidades biológicas. A enunciação maquínica circunscreve conjuntos – sujeitos que atravessam ordens muito diferentes umas das outras (os signos, a “matéria”, o espírito, a energia e a “mecosfera”, etc.) (GUATTARI, 1987, p.171)

A partir do inconsciente maquínico, chega-se ao conceito de agenciamentos maquínicos.

“Nunca é um homem que trabalha – e pode-se dizer o mesmo quanto ao desejo –, mas agenciamento de órgãos e máquinas”. (GUATTARI, 1987, p.181)

As pessoas já não se comunicam diretamente com o seu semelhante, há entre elas um conjunto de cadeias semióticas e um cruzamento de fluxos materiais e sociais. Por exemplo: o sistema de mídia cria na população a necessidade de consumir os produtos que a indústria produziu aleatoriamente às reais necessidades do consumidor. A demanda e o consumo são controlados pelos agenciamentos maquínicos da indústria e da propaganda.

A análise da composição dos agenciamentos maquínicos, é fundamental segundo Guattari, para a constituição, organização, direção e ação das lutas micropolíticas do desejo. Significa voltar-se para uma re-singularização individual ou coletiva, para os grupos de produção de subjetividade. Tal proposta não exclui a definição de objetivos unificadores, só se deixam para trás as análises estereotipadas, reducionistas.

Guattari coloca a problemática ecológica não como coordenadora dos

diversos movimentos minoritários, mas como uma direção capaz de perpassar a todos eles em seus objetivos e problemas por seu caráter universal. A esse movimento ecológico-ético-político denomina ele de ecosofia, resultado da articulação de três aspectos ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana, pois as relações de humanidade com a sociedade, com sua própria psique e com a “natureza” tendem a se deteriorar pela ação negativa objetiva e mesmo pela alienação dos indivíduos e dos poderes com respeito a essas questões vistas em conjunto.

A ecosofia ambiental é a que mais popularidade tem alcançado através de diversos movimentos ecológicos. Mas esse tipo de movimento só pode alcançar seus objetivos se levar em conta a ecosofia social e a ecosofia mental.

A ecosofia social consistirá em desenvolver novas relações no meio social, na família, no trabalho, no casal, através de novas práticas. Trata-se de reconstruir o conjunto das maneiras de ser – em grupo.

A ecosofia mental buscará reinventar a relação do sujeito com o corpo, com o inconsciente subjetivo, com o tempo e os mistérios da vida e da morte. Buscará antídotos para a ação dos agenciamentos maquínicos sobre o inconsciente individual-coletivo.

Através destas três ecologias pode-se repensar e reaprender o mundo, procurando libertar-se da perspectiva da mídia ou dos poderes institucionalizados.

Para que a ciência e a tecnologia se reorientem, visando mais à humanidade, é necessária uma participação e consciência maior de todos, via autogestão coletiva. É preciso organizar-se para opor-se aos tecnocratas dos aparelhos estatais. Os novos movimentos sociais também devem passar por uma recomposição dos objetivos e dos métodos de ação social.

Os novos movimentos sociais devem conduzir-se por duas vias: uma de homogeneização e outra de heterogeneização. Os grupos-sujeito devem desenvolver seus objetivos e ações e, ao mesmo tempo, formar contratos de cidadania com os demais grupos-sujeito. Isso significa tentar coordenar a singularidade com uma ordem estatal o menos rígida possível.

A lógica ecosófica não mais impõe resolver os contrários como a dialética marxista e hegeliana, devem ser encontrados modos de coordenar a convivência interativa e dinâmica dos mesmos.

Guattari considera importantes os movimentos ecológicos ambientalistas atuais como anúncio de uma ecologia mais global, não ocupada apenas da preservação da natureza, mas dedicada a um projeto de futuro, envolvendo as questões sociais, ambientais e mentais.

“Em minha opinião a ecologia ambiental, tal como existe hoje, não fez senão iniciar e prefigurar a ecologia generalizada que aqui preconizo e que terá por finalidade descentrar radicalmente as lutas sociais e as maneiras de assumir a própria psique”. (GUATTARI, 1991, p.36)

Os agenciamentos maquínicos não excluem as singularidades, consideram-nas importantes, onde reside a possibilidade do criativo, do novo. É da heterogeneidade que podem surgir novas opções sociais.

“Só a singularidade é criadora de processo singular, isto é, da história”. (GUATTARI, 1987, p.163)

Tanto Touraine quanto Guattari apresentam uma análise da sociedade atual, apontando as mudanças em relação à chamada sociedade industrial, mostrando as novas características e as novas urgências.

Touraine coloca nos novos movimentos sociais toda a força de mudança, de autoconstrução da sociedade, sugerindo que os pequenos movimentos por objetivos grupais ou de minorias tenham mais chance de realizar uma sociedade mais equilibrada que os antigos movimentos de massa, partidários, que perdiam o sentido e a força de ação, pela falta de contato entre as lideranças e sua base.

Esses antigos movimentos eram a reação adequada contra a dominação das classes poderosas na sociedade industrial. E os novos movimentos são, por sua vez, a reação à sociedade programada que surge com suas peculiaridades. Os novos movimentos sociais são tentativas de libertação da sociedade programada, que é caracterizada principalmente pelo controle de informação, pela condução do comportamento da sociedade pela mídia, em que oferta e procura são controlados pelo mesmo grupo.

Touraine atribui grande valor aos novos movimentos, por considerar que os movimentos sociais são a força motriz da sociedade. Através deles elas se constroem e reconstroem, vencendo suas dificuldades e criando possibilidade de desenvolvimento econômico, ético, político, social e cultural.

Guattari é mais radical na crítica aos antigos movimentos sociais político-partidários e operários. Ele não afirma que eles estejam defasados por pertencerem a outro momento histórico, como Touraine, mas porque teriam um problema na sua constituição: eles não trabalhavam a base social, eram movimentos de massa, em que as decisões acerca dos objetivos e modos de ação eram tomados por grupos centrais que manipulavam a força política do restante do partido, o grupo centralizador do poder terminava por entrar no jogo das classes dominantes, negociando vantagens particulares, deixando de lado os interesses do grupo, num jogo de autoritarismo.

Como Touraine, Guattari vê como característica marcante da sociedade atual a manipulação da população pelos agentes maquínicos: econômicos, jurídicos, técnico-científicos e principalmente os comunicacionais. Tais agentes produzem, segundo Guattari, um inconsciente “maquínic”, coletivo, fruto da interação da força dos agenciamentos provindos da classe dominadora.

Esse inconsciente coletivo maquínico acaba por submeter o inconsciente individual, submetendo desse modo a subjetividade a um interesse falsamente

coletivo, pois se trata da emergência dos desejos da classe dominante para as outras classes.

Guattari valoriza e incentiva a criação de pequenos grupos-sujeito, reuniões de minorias guiadas por objetivos comunitários, que têm sentido para todos os participantes, num processo de autogestão. Crê que tais movimentos são capazes de atender as necessidades dos indivíduos e dar espaço aos mesmos para que façam a história.

Num cotejamento entre os dois autores podem-se observar algumas convergências:

- Os dois colocam uma visão da sociedade atual muito semelhante: a sociedade programada e a sociedade dos agenciamentos maquínicos;
- Os dois tendem a desenvolver uma visão sistêmica da sociedade e da realidade como um todo;
- Os dois traçam críticas contundentes aos sistemas autoritários: seja o capitalista, seja o socialista;
- Os dois autores indicam o movimento ambientalista como movimento atual principal por seus objetivos universais e por ter definido quem é seu adversário e os meios de ação, tendo meios, por isso, de conjugar a força dos diversos grupos minoritários visando compor uma nova esquerda, para sobrepor-se à esquerda antiga, temporariamente;
- Os dois são unânimes em colocar que o futuro da estruturação social está nos movimentos sociais de base, nos grupos-sujeito aos quais está ligada, intrinsecamente, a idéia de autogestão e democracia de base.

Verifica-se, por fim, que os dois autores apontam para o fato de que a cada nova forma de opressão, a sociedade e a humanidade têm capacidade de criar outras formas de reação, de libertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **As três ecologias**. 3.ed. Campinas: Papyrus, 1991.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**. Florianópolis: UFSC, 1984.

TOURAINÉ, Alain. **Cartas a uma jovem socióloga**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **O pós-socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.



ABSTRACT

In this paper we relate the opinion of the sociologists A. Touraine and F. Guattari on the new social movements, focusing their analysis of the motivation, structure and characteristics of these movements.

Both authors present a criticism which is similar to society in the present day, strongly marked by technology. They show the tendency and emphasize its advantage over the previous forms of social movements that is to get a democracy in which invigorate the auto-management and the organization in small groups.

Key words: social movements, democracy, auto-management, organization in small groups.



A LEITURA NO CONTEXTO ESCOLAR: REFLEXÕES E PROPOSTAS ¹

Acir Mário Karwoski

Mestre em Lingüística Aplicada pela Universidade de Taubaté - SP. Professor do Departamento de Letras da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória; professor do Curso de Bacharelado em Informática na UnC - Universidade do Contestado, núcleo universitário de Porto União.

¹ O presente texto é parte da dissertação de mestrado em Lingüística Aplicada apresentada ao Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté.



RESUMO

A crise de leitura na escola e na sociedade não é problema socioeconômico, mas cultural, pois a maioria dos brasileiros prefere o uso da cultura oral em detrimento da escrita. A escola, sendo agência formadora da cultura letrada, não dá conta de cumprir com o seu papel, devido às diferentes concepções e práticas de leitura que adota. O artigo apresenta reflexões sobre o ato de ler e sugere propostas para o trabalho no contexto escolar, defendendo o ponto de vista das atuais diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Palavras-chave: leitura, aprendizagem, escola.



Há muito tempo, a escola concebeu a leitura como decifração, fato que determinou muitas frustrações e desorientações ao ensino de um modo geral, pois os alunos sentiam-se cansados em decifrar códigos, num trabalho árduo, sem possibilidade de interagir de maneira crítica e criativa com o texto lido. Se para os alunos era uma atividade cansativa, imaginemos a figura do professor que, obrigado a fazer com que os alunos realizassem a tarefa da leitura proposta, ele próprio, realizava uma atividade cansativa, fingindo, aos olhos dos alunos, ser essa atividade prazerosa, tentando convencê-los de que, respondendo as perguntas formuladas por ele, professor, ou as contidas nos livros didáticos, o aluno estaria cumprindo a tarefa de “ledor” na escola, isto é, leitor-decifrador, em que o texto seria a única fonte do sentido, numa visão estruturalista.

A prática tradicional de leitura concebe o aluno como sujeito decifrador, sem nenhuma possibilidade de constituir-se interlocutor do processo, apenas um leitor literal, conforme Meserani (1998), *leitura letra a letra* ou *ao pé da letra*, fiel à superfície do texto; uma leitura com a finalidade de interpretar, traduzir, explicar, aclarar significados obscuros, sugeridos, expressos ou latentes. Seria a tradicional pergunta: o que o texto quer dizer? A explicação da leitura de um texto com o sentido de mostrar, aclarar, tornar compreensíveis as informações: interpretação de textos, comum em alguns livros didáticos de Língua Portuguesa. Infelizmente, muitas práticas de salas de aula ainda ocorrem dessa maneira tradicional.

Mendonça (1996) apresenta o resultado de uma pesquisa sobre leitura em livros didáticos, enfocando o silenciamento de sentidos que é produzido nos exercícios de leitura dos livros didáticos. Essa *censura naturalizada de sentidos*, como foi chamado pela autora, ao apresentar que *as formas de silenciamento corroboram a imposição de estruturas, isto é, cristalizam-se certas estruturas, esperando-se dos leitores uma (re)produção da estrutura de um texto padrão em textos que não o são* ou, ainda, formas de silenciamento que realizam uma *(re)produção de identidades negativas, incompetência, má capacidade de leitura*.

Embora as diretrizes pedagógicas recentes, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo, embasadas nas teorias do discurso, da enunciação e da pragmática, que defendem o caráter ideológico, contextual e discursivo dos sujeitos produtores e leitores de todo e qualquer texto, critiquem e relativizem a leitura decifração-interpretação de textos, ainda persistem muitas

práticas tradicionais de leitura, em que professores e alunos estão submissos ao discurso do livro didático e realizam atividades cristalizadas no contexto escolar, que tornam a visão de mundo do aluno mais reducionista, deixando-o acomodado, pois, geralmente, as respostas já estão prontas no livro didático e o aluno não precisa refletir para compreender os sentidos do texto.

Quando o livro didático apresenta-se como portador de normas lingüísticas, gramaticais ou dos padrões das classes dominantes, o autoritarismo se apresenta, segundo Zilbermann (1986) de forma mais cabal em que *a interpretação se imobiliza em respostas fechadas, de escolha simples, promovidas por fichas de leitura, sendo o resultado destas a anulação da experiência pessoal e igualitária com o texto*. Daí falar em memória de leitura, diários de leitura, prazer de leitura, como práticas atuais diferenciadas de trabalho com a leitura em sala de aula.

Numa outra postura, o ato de ler é concebido na escola como um processo de interação entre autor-texto-leitor e a compreensão do texto depende das relações que o leitor estabelece com o autor, durante a leitura do texto. A leitura como processo interativo, pois segundo Kleiman (1996),

"a relação que se estabelece entre leitor e texto é importante, porque ela determina maneiras de leitura diferentes, e por que tenta resolver o problema da indeterminação do texto do ponto de vista referencial, procurando estabelecer um equilíbrio entre a informação que o leitor deveria trazer e aquela que o texto deveria trazer. Nessa definição tanto sujeito como texto delimitam o leque de possíveis leituras de um texto: não há abertura total, porque hipóteses de leitura devem ser verificadas mediante a apreensão de aspectos formais, nem há apenas uma leitura, porque cada sujeito impõe a sua estrutura de conhecimento ao texto." (p. 39)

A autora afirma também que o papel do professor pode ser não o de simples mediador entre autor e leitor, mas o de fornecedor de condições para que se estabeleça a interlocução, pois a passividade do aluno, resultante da imposição de uma única leitura, muitas vezes a do livro didático - *processo de decodificação socialmente cristalizado* - prova ser formadora de alunos desprovidos de consciência crítica.

A intermediação do professor deve despertar o gosto, a motivação e o prazer pelo ato de ler, pois na opinião da autora, ninguém gosta de fazer aquilo do qual não consegue extrair o sentido. *Essa é a boa caracterização da tarefa de ler em sala de aula: para uma grande maioria dos alunos ela é difícil demais, justamente porque ela não faz sentido*.

Muitos contextos de sala de aula não propiciam a interação entre professor e aluno, pois o discurso do professor é dominante, ocorrendo a ausência do interlocutor (leitor) que é o aluno. O professor domina a discussão, monopoliza e, ao aluno, cabe apenas a função de responder as questões propostas. Na verdade, essa atitude do professor cria nos alunos um efeito negativo de falta de senso

crítico.

O ato de ler tem sido também vinculado à construção de sentidos, a partir de uma prática sociodiscursiva, promovendo a transformação de posturas e concepções de sujeitos, em que professor e alunos, constituídos ideologicamente, ganham espaço em sala de aula para interagir com o texto, ou jogar o jogo discursivo, conforme Coracini (1995). O sentido (ou sentidos) do texto estaria(m) ligado(s) às experiências de leitura, vividos e conhecimento de mundo do leitor, oportunidade, segundo Geraldí (1991), de um diálogo com o outro na busca de respostas, em que *o texto serve de meio para estimular operações mentais e não um meio de, operando mentalmente, produzir conhecimentos*. Nesse sentido, o autor afirma a leitura incidir sobre a palavra do outro, em que o leitor pode descobrir outras formas de pensar que, contrapostas, poderão levar à construção de novas formas, fazendo da leitura *uma verdadeira atividade de produção de sentidos*.

O texto passa a ser o centro do processo de interação entre autor e leitor. A produção do conhecimento e do sentido não acontece simplesmente no próprio texto, nem no autor, nem no leitor, mas no espaço criado entre esses três domínios, funcionando sempre polifonicamente e construído a partir de perspectivas diversas. Se o discurso pedagógico (da escola e do professor) caracterizar-se como tradicional-autoritário, tende a não acontecer a transformação do aluno em leitor e nem se permitirá que o aluno passe da fase da decifração, que é, por sua natureza, prática automática, para a fase da negociação de sentidos, um aluno capaz de saber-ler, conforme Foucambert (1994) pois

“ ser leitor é querer saber o que se passa na cabeça do outro, para compreender melhor o que se passa na nossa. Essa atitude, no entanto, implica a possibilidade de distanciar-se do fato, para ter dele uma visão de cima, evidenciado de um aumento de poder sobre o mundo e sobre si por meio desse esforço teórico. Ao mesmo tempo, implica o esforço de pertencer a uma comunidade de preocupações que, mais que um destinatário, nos faz interlocutor daquilo que o autor produziu. Isso vale para todos os tipos de textos, seja um manual de instruções, seja um romance, um texto teórico, ou um poema”. (p.30)

Daí a importância de o professor oportunizar ao aluno o acesso aos mais diversos **gêneros de discurso** os quais, segundo Bakhtin (1986) dividem-se em primários e secundários. Os primeiros dizem respeito ao nosso mundo cotidiano, tais como cartas, bilhetes, anúncios, receitas, instruções, bulas, contas, previsões, etc. Já os secundários são os que apresentam uma maior complexidade, pois ocorrem em circunstâncias culturais que exigem maior elaboração, tais como os **literários** (conto, crônica, romance, novela, poema, texto dramático, fábula, lenda, parábola); **de imprensa** (editorial, notícia, artigo, entrevista, reportagem, carta do leitor, charges, histórias em quadrinhos, *cartoons*, tiras); **de divulgação científica** (verbetes enciclopédicos e de dicionários, relatórios de pesquisa e experiências,

artigos científicos, resenha, resumo, textos didáticos, enunciadores de questões, síntese, memorial, ensaio); **de uso comercial** (ofícios, procuração, requerimento, memorando, curriculum vitae, abaixo-assinado, carta comercial, solicitação de emprego, contratos, regimento, edital); **de uso jurídico; publicitários** (propaganda, classificados) e outros textos que poderão ser utilizados pelo professor nas aulas de leitura, seja com finalidades específicas, leitura como busca de informações, pretexto gerador de outras atividades como a produção textual, debate, exposição oral ou realização de seminários.

Sabemos que a crise de leitura na escola é, antes de mais nada, um problema cultural, e não apenas socioeconômico. O brasileiro é, por natureza cultural, habituado à tradição oral, em que o falar ocupa o lugar do escrever. Um exemplo é o uso do telefone. Há tempos as *missivas* substituíam o que hoje conhecemos por *longas horas ao telefone*. Essa prática e hábito social tem grandes repercussões no âmbito escolar, em que a escola é, segundo Meserani (1998) uma *agência social da cultura escrita*.

Cada acontecimento histórico e social tem uma certa repercussão no âmbito da escola e exige do professor reflexão e postura crítica para ser tratado com os alunos. Cabe ao professor mediar a leitura dos alunos, sem tomar nas mãos as rédeas do processo, de forma autoritária, mas conduzir os alunos à construção dos sentidos do texto a partir da herança cultural acumulada socialmente.

Portanto, a leitura na escola deve constituir-se num processo de interação verbal e o trabalho de intermediação do professor deve partir da sua formação como mestre-leitor, pois compreender um texto exige pluralidade de processos, a partir da convivência do sujeito no meio social e na interdependência estreita dos elementos desse meio.¹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: Mec, 1999.

CORACINI, M.J.R.F. (Org.) **O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira**. Campinas: Pontes, 1995.

¹ Agradeço à professora Roseli Bodnar Rosalino, do Departamento de Letras da Fafi, Mestranda em Literatura na UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, pela leitura atenciosa, opinião crítica e sugestões.

FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1994.

GERALDI, J. W. (Org.) **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **Linguagem e ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

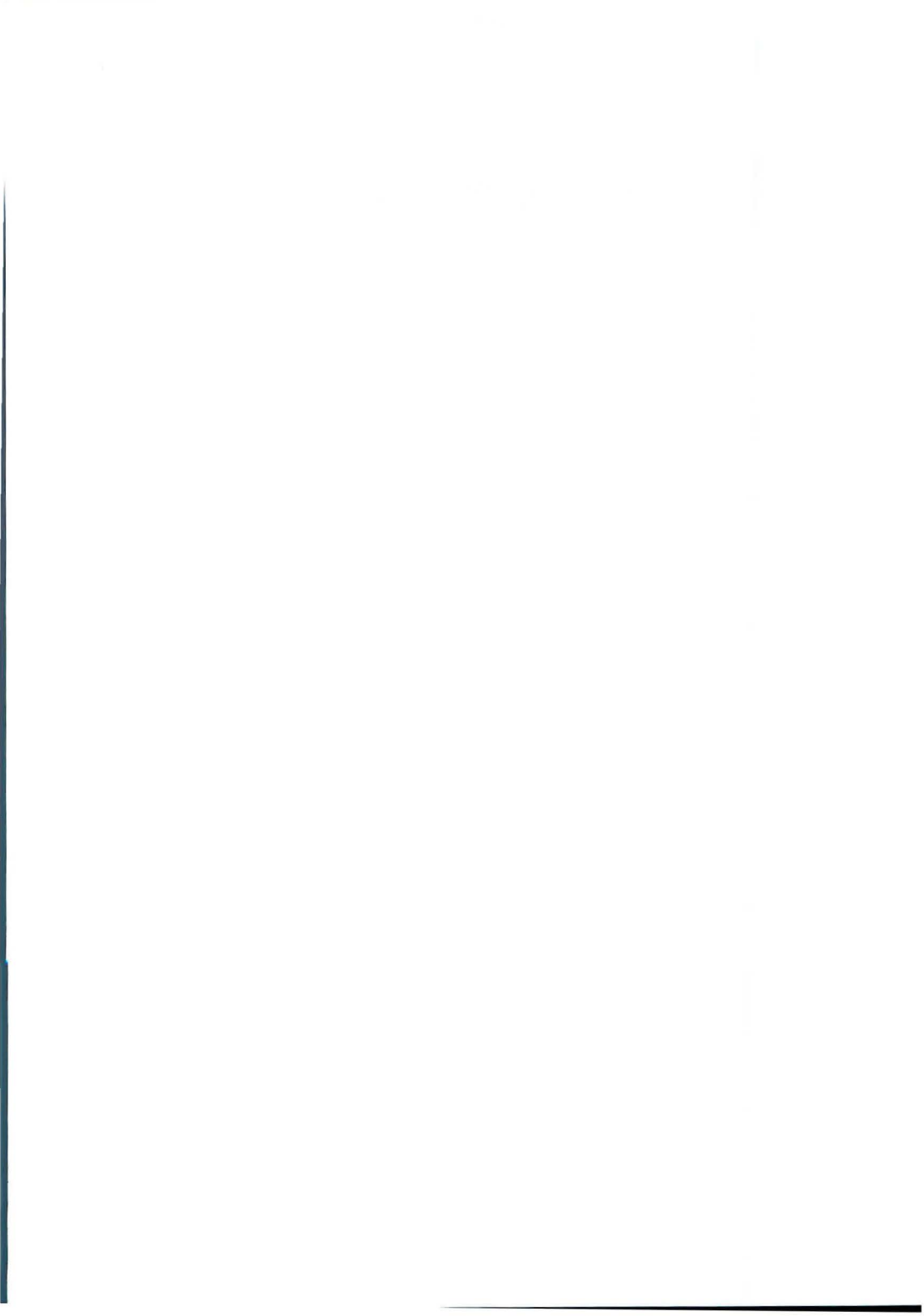
_____. & CITELLI, B. **Aprender e ensinar com textos de alunos**. São Paulo: Cortez, 1999. v.1.

KLEIMAN, A. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 1996.

MENDONÇA, M.C. Silenciamentos produzidos em questões de leitura. In: **Sínteses**, Campinas, n.1, 1996.

MESERANI, S.C. **O intertexto escolar**. São Paulo: Cortez, 1998.

ZILBERMAN, R. (Org.) **Leitura em crise na escola**: as alternativas do professor. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.



ABSTRACT

The reading crisis at school and in the society is not a socio-economical problem, but cultural, because most Brazilians prefer oral culture to written culture. the school, which is the formant agent of written culture, is not able to play its role fully, due to the different conceptions and reading practices that it adopts. this paper presents reflections on the act of reading and suggests ideas to work in the educational context, defending the point of view of the guidelines of the 'Parâmetros Curriculares nacionais'.

key words: reading, learning, school.



PERÍCIA CONTÁBIL

Daniel Mello

Bacharel em Ciência Contábeis, pela FACE/UVA. Pós-Graduado em Recursos Humanos, pela FACE/UFPR. Mestrando em Economia Industrial, pela FACE/UFSC. Perito Contador.



RESUMO

As atividades de perícia contábil são prerrogativas do contador e reguladas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que regulam a atividade do perito. A função pericial objetiva gerar informações fidedignas, visando pôr fim a controvérsias. A perícia está revestida de um profundo sentido social em seu bojo. A conduta do profissional, quando investido da função de perito, deve ser isenta e, acima de tudo, ética, no sentido pleno da palavra. O laudo pericial é o instrumento pela qual o perito faz seu pronunciamento acerca do objeto da perícia, baseado nos conhecimentos técnicos que detêm e nos fatos, eventos e documentos analisados. É sua conclusão, em termos técnicos, pela qual revela, de forma objetiva e fiel, a verdade dos fatos. É, pois, o perito, figura essencial ao bom convívio em sociedade, e fundamental à promoção da mais pura justiça aos homens.

Palavras-chave: Perícia contábil, profissional contábil, conduta profissional.



INTRODUÇÃO

Há indícios de execução de Perícias desde os primórdios da civilização, entre os homens primitivos, o líder era juiz, legislador e executor.

Registros na Índia, comprovam o surgimento do árbitro eleito pelas partes, que desempenhava o papel do perito e do juiz ao mesmo tempo.

Também há registros de perícias nos antigos registros da Grécia e do Egito, com o surgimento das instituições jurídicas, área em que, já naquela época, se recorria aos conhecimentos de pessoas especializadas, para auxílio na resolução de pendengas entre partes divergentes.

Porém a figura do perito, ainda que associada à do árbitro, fica definida no Direito Romano primitivo, no qual o laudo do perito constituía a própria sentença.

Depois da Idade Média, com o desenvolvimento jurídico ocidental, a figura do perito desvinculou-se da do árbitro.

A partir do século XVII, criou-se a figura do perito como auxiliar da justiça, e o perito extrajudicial, permitindo assim a especialidade do trabalho pericial.

No Brasil, a Perícia Judicial foi introduzida pelo Código de Processo Civil (CPC), em 1939, regulando o trabalho pericial.

A Perícia Contábil seria legalizada, no Brasil, em 1946, com a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que definiu as atribuições do contador.

Recentemente, mais precisamente em 1999, foram reeditadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por intermédio de resoluções, as Normas Brasileiras de Contabilidade, que discorrem sobre a atuação do profissional da perícia e das técnicas a serem empregadas no trabalho pericial.

PONTO DE VISTA

Por termos entendimento tal qual o do Sr. Salézio Dagostim, Contador – RS, autor da tese de que “Contabilista” não é profissão, e para que não provoquemos uma anarquia constitucional, uma indisciplina civil, por quebrar a hierarquia dos valores, o fazendo, desrespeitando assim a decisão do poder máximo do Judiciário brasileiro que determinou que “Contabilista” não é profissão, (STJ RESP. 112.190/RS – DJU 24/11/97. Min. Relator Humberto Gomes de Barros) vamos abster-nos

de usar o termo “Contabilista” como designativo de profissão no presente artigo. Mesmo porque trata-se de uma corruptela inadequada do adjetivo “contábil” pelo errôneo procedimento gramatical de acréscimo do sufixo “ista” a esse e, também pelo motivo de que não existe o curso de contabilista. E, em se tratando de uma profissão liberal, se não existe o curso, logo, não existe o profissional. Os cursos existentes são o de Técnico em Contabilidade, que forma profissionais técnicos em contabilidade (nível médio), e o de Ciências Contábeis, cuja titulação conferida ao profissional é a de contador.

Por conta da não utilização do termo “Contabilista” no artigo, estaremos, sempre que o mesmo for utilizado pelos autores citados, substituindo-o por terminologia compatível, sem que seja alterada a idéia que se quis transmitir.

A PERÍCIA

É todo trabalho de natureza específica, de notória especialização, que pode haver em qualquer área do conhecimento humano. É aplicada sempre que existir controvérsia ou pendência.

Feita com o objetivo de obter prova ou opinião técnico-científica, por meio de exame de documentos, investigação, diligências e, depoimentos testemunhais; examinando-se seus contornos e origens, com respectiva emissão de parecer, laudo pericial, ou relatório, devidamente fundamentados, mostrando a verdade, de forma imparcial e merecedora de fé, a fim de orientar uma autoridade formal, no julgamento de um fato.

Sua origem é no interesse público, com o mais elevado fim de prover justiça acerca de um julgamento. Denotando portanto, elevado cunho social em seu bojo.

Podemos classificar a perícia como:

- a) Perícia Judicial;
- b) Perícia Extrajudicial;
- c) Perícia Arbitral e,
- d) Perícia Administrativa.

Perícia Judicial – ocorre nos processos do Poder Judiciário, a solução das questões é requerida através da justiça. A perícia judicial assume forma solene e é determinada por um magistrado e sujeita-se a ritos judiciais estabelecidos em lei. Assim, o Juiz nomeia o perito que cumprirá o encargo num compromisso de bem servir e apresentar o resultado de seu trabalho, por meio de um laudo, elaborado de acordo com os quesitos formulados ou aprovados pela autoridade judicial.

Perícia Extrajudicial – é aquela realizada fora do Judiciário, neste tipo de perícia o profissional da contabilidade desempenha papel de informante e consultor, por vontade das partes. Seu objetivo poderá ser o de demonstrar a veracidade ou

não do fato em questão; de discriminar interesses de cada pessoa envolvida em matéria conflituosa; sendo a questão resolvida tendo por base o laudo do perito.

Perícia Arbitral – é realizada por um perito, e, embora não seja judicialmente determinada, tem valor de perícia judicial, mas natureza extrajudicial, pois as partes litigantes escolhem as regras que serão aplicadas na arbitragem. A arbitragem é, portanto, um método extrajudicial para solução de conflitos, cujo árbitro desempenha função semelhante à do juiz estatal.

Perícia Administrativa – é um exame decisivo de uma situação de contas, mais comum quando o administrador não confia em atos de seus subordinados, normalmente motivados por irregularidades, fraudes ou simulações supostas ou ainda manifestadas por erros ou vícios funcionais.

O PERITO-CONTADOR

O perito-contador deve ser um profissional pautado em conhecimento especializado, de integridade moral e habilitado pelo Conselho de Classe.

O perito, especificamente, o perito-contador, deve ser pessoa doura, versada, hábil, expert e experiente. É o encarregado de exercer a perícia mediante os exames, análises, investigações contábeis e diligências cabíveis e necessárias a fim de mostrar a verdade dos fatos trazidos pelas partes, por meio da prova contábil documental, constituindo um verdadeiro espírito e filosofia do trabalho.

O perito tem plena liberdade e dever de exercitar sua ação investigatória, pautado no conhecimento e experiências próprias, a vivência profissional é considerada em perícia com seu elemento fundamental. A perícia versa sempre sobre matéria de fato, que muitas vezes não é atingida apenas pelos conhecimentos teóricos da ciência contábil, ressaltando, desta condição, a integração entre conhecimento teórico e experiência profissional, sempre se fundamentando em normas legais, processuais e disciplinares, jamais afastando-se do comportamento ético.

A perspicácia e sagacidade, conforme o dicionário Aurélio, exprimem qualidades profissionais do Perito relativo a sua capacidade de observação, concentração para identificar adequadamente o objeto de estudo, examinando, analisando, estudando profundamente, sem se permitir desenvolver trabalho de forma superficial.

O profissional do desempenho da função pericial deve considerar os efeitos em benefício da sociedade, propiciando bem-estar a todos os que têm interesse no deslinde da controvérsia. As características de excelência moral, intelectual e técnica são condições essenciais para o encargo a ser confiado pelo juízo, ou mesmo por particular.

Entre as principais qualidades que formarão o conjunto de capacitação do perito, temos a ética, que conduz a um trabalho honesto e eficaz, decorrente de

uma formação sadia do profissional. É exigida, também, do perito, a capacidade de estar sempre atualizado, pesquisando novas técnicas e sempre preparado para a execução de trabalhos de boa qualidade. O principal lastro de sustentação da realização profissional constitui-se, basicamente, pelo compromisso moral e ético do perito com a sua classe profissional e, conseqüentemente, com a sociedade como um todo.

O mundo moderno tem mostrado que o “especialista” idealizado na economia norte-americana, no meio do século passado, produz resultados satisfatórios até o limite de sua própria limitação de entender o mundo que o cerca, dentro de seus conhecimentos específicos. No entanto, hoje, em especial para o profissional de contabilidade, mais especificamente o perito contador, há a necessidade do conhecimento holístico desse profissional, exigindo que este tenha conhecimento sobre todas as áreas que afetam sua especialidade. Sendo um ciência social, requer do contador conhecimentos gerais de matemática, especialmente a financeira, de economia, direito, lógica, língua universal (inglês) e principalmente da língua portuguesa.

As atividades de Perícia Contábil são prerrogativas do Contador e reguladas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e, Normas Profissionais do Perito, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A FUNÇÃO PERICIAL

A função pericial objetiva gerar informações fidedignas. Origina-se da discriminação e definição de interesses e de controvérsias entre litigantes, e requisitada pelas partes interessadas ou autoridades judiciárias.

Esta função é revestida de aspectos da discriminação de interesses, requisitos técnicos, legais, psicológicos, sociais e profissionais.

A perícia no campo técnico contempla o integral conhecimento da matéria, cujo exame e relato baseiam-se nos princípios da disciplina contábil e conhecimentos relacionados de Administração, Economia, Direito, Matemática e outros complementares.

Em termos psicológicos, tem o efeito de um juiz arbitral que, tendo fundamentos em princípios técnicos e, pelo critério da imparcialidade, acaba sendo acatado pelas partes interessadas e pelo julgador do litígio.

A perícia em relação à função social está ligada a valiosa contribuição na administração da justiça.

Analisando no aspecto profissional, considera-se o grau de formação exigido, pois nele se encontram os mais sólidos conhecimentos da disciplina e a orientação ética, dando assim, a necessária autoridade técnica para acatamento de sua atuação.

Segundo Francisco D'Auria, após conhecida a oposição de interesses pelas

quais as partes entram em litígio, cada uma defendendo os critérios próprios e de acordo com a sua conveniência, surgem, então, dúvidas, que somente serão dirimidas por uma apreciação imparcial, com um laudo em que as questões são colocadas em seus justos termos, discriminando e definindo os interesses das partes.

NORMAS ÉTICAS NA PERÍCIA CONTÁBIL

“Corretos todos devemos e podemos ser. Competentes nem todos conseguimos ser. O ideal seria que a correção fosse o primeiro mandamento do catecismo da vida profissional e que todos os observássemos espontaneamente”.

a) A conduta dos profissionais de contabilidade em relação aos colegas deve ser pautada pelos princípios de consideração, respeito, apreço e solidariedade, em consonância com os postulados de harmonia da classe;

b) o espírito de solidariedade, mesmo na condição de empregado, não induz nem justifica a participação ou conivência com o erro ou com os atos infringentes de normas técnicas ou legais que regem o exercício da profissão;

c) independência total no desenvolvimento dos trabalhos em todas as fases, não se deixando influenciar por fatores estranhos que caracterizem a perda da imparcialidade;

d) abster-se de dar parecer ou emitir opinião sem estar suficientemente informado e munido de documentos que fundamentem-nas;

e) comprometimento técnico-profissional, somente aceitando trabalhos que julgue estar capacitado totalmente de recursos para desenvolvê-los, recusando os serviços que não tiver capacidade de execução;

f) cobrança de honorários compatíveis com os trabalhos desenvolvidos, avaliada principalmente, a relevância e o vulto do serviço executado;

g) sigilo total das informações coletadas nos trabalhos de campo, somente divulgando-as a terceiros mediante autorização expressa da entidade, ou salvo quando houver obrigação legal;

h) abster-se de expressar argumentos ou dar a conhecer sua convicção sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo, mantendo o seu laudo no âmbito técnico e limitado aos quesitos propostos;

i) mencionar obrigatoriamente fatos que conheça e que julgue em condições de exercer efeito sobre peça contábil, objeto do seu trabalho;

j) assinalar equívocos em divergências que encontrar no que concerne à aplicação dos Princípios Fundamentais da Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

k) considerar-se impedido para emitir parecer ou elaborar laudos sobre peças contábeis, observando as restrições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

Apesar da extrema competição entre as pessoas, neste mundo cada vez mais globalizado, o que deve ficar claro na consciência e no coração dos profissionais é que nada justifica a falta de ética no desempenho das atividades de uma profissão, e que, na função de perito, os contadores devem ter em mente a sua responsabilidade social na execução e divulgação dos seus trabalhos.

Profissões consagradas no Brasil como sendo de “primeira linha”, como o Direito e a Medicina, reflexo de uma cultura “importada” da Europa, têm o seu código de ética muito divulgado, e mesmo aquelas pessoas que não entendem profundamente sobre as atividades desenvolvidas por estas profissões, o consideram extremamente importante, para que estes profissionais atuem em conformidade com o que emana o seu código.

Por serem profissões de grande apelo público, a ética está vinculada ao “*modus operandi*” com que cada profissional executa as suas atividades, e as pessoas leigas são capazes de distinguir os bons e os maus profissionais, mesmo sem reflexões técnicas sobre o código inerente a estas categorias.

Na área da Contabilidade, também possuímos um código de ética muito profundo, e que, às vezes, não é tão divulgado como deveria ser, principalmente nas Instituições de Ensino Superior.

Este código de ética está regulamentado, e atualizado, e todas as categorias desmembradas do curso de Ciências Contábeis, como a de Perito devem conhecer o que está escrito e seguir rigorosamente.

A perícia contábil é atividade de extremo envolvimento com estudos que visam proporcionar aos usuários dados gerados pela contabilidade, total transparência sobre os fatos, servindo de prova cabal.

A perícia contábil deve fornecer elementos com expressão da verdade absoluta, incontestáveis, em que as partes tenham em mente que os trabalhos foram desenvolvidos por profissional com independência de interesses sobre a matéria analisada, oferecendo segurança nas decisões.

É neste contexto que afirmamos que não é dado o devido valor pela grande maioria da sociedade aos trabalhos executados por esta categoria de Contador, pois as pessoas não conseguem vislumbrar as conseqüências desastrosas que um parecer ou laudo pericial mal estruturado pode trazer à sociedade.

Por ser profissão de envolvimento, quase que direto com conflito, de natureza técnica ou pessoal, é que a ética deve prevalecer sobre quaisquer interesses durante todas as fases de execução dos trabalhos.

Para que possamos entender o que venha a ser ética, é necessário antes de mais nada, observarmos a etimologia da palavra, que vem do grego “*etos-noos*”

que guarda estreita relação com o termo “harmonia do pensamento”.

Estar em harmonia com o pensamento é não deixar que fatos estranhos à matéria periciada influenciem na execução dos trabalhos, com o intuito de beneficiar terceiros.

Devemos difundir cada vez mais a ética entre as pessoas, e, principalmente, na categoria dos Contadores. É necessário incorporar a ética em todos os outros desmembramentos da profissão, edificante e necessária, para o desenvolvimento e organização das entidades.

LAUDO PERICIAL

“É o julgamento, ou pronunciamento, baseado nos conhecimentos que tem o profissional da contabilidade, em face de eventos ou fatos que são submetidos à sua apreciação”. (SÁ, 1994)

Terminadas as operações de averiguação e coleta das informações, dos documentos necessários, é chegado o momento de elaboração do laudo pericial.

O planejamento, a execução e a redação são de responsabilidade exclusiva do Perito. O laudo pericial é produto final da perícia, é a materialização do trabalho pericial desenvolvido pelo perito contador, e, tem por objetivo auxiliar as partes no entendimento e propiciar que justiça seja feita, é a própria prova pericial e, no mínimo, deve conter:

- a) cabeçalho – com identificação das partes, juízo se for o caso, e do processo;
- b) metodologia – formato no desenvolvimento dos trabalhos;
- c) quesitos – questionamentos oferecidos pelas partes e as respectivas respostas, de forma objetiva, clara, para não deixar dúvidas quanto à matéria, evitando respostas diretas, como “sim” e “não”.
- d) Conclusão técnica – sempre que possível.
- e) anexos – ilustram as respostas oferecidas aos quesitos, com o propósito de evitar que se tornem prolixas ou, então, para que reforcem o julgamento. Deve fazer isso de forma parcimoniosa, nunca no sentido de “inchar” o laudo pericial, admitindo-se a juntada de apenas alguns exemplares de vários documentos.
- f) Pareceres (se houver) – pareceres de outros especialistas ou de notáveis podem ser requeridos para efeito de reforço da opinião do perito ou até para suplementá-la e, nesse caso, apensos ficam ao laudo pericial.

A apresentação do laudo deverá ser feita dentro do prazo pré-estipulado. Entre as qualidades atribuídas ao perito, ressalta-se a importância de cumprimento fiel dos prazos legais fixados. A pontualidade na entrega do laudo pericial propiciará o andamento normal do processo, não ensejando oportunidade ou interesse em reter, retardar ou procrastinar o andamento dos trabalhos.

O trabalho pericial tem cunho eminentemente pessoal, o perito deve manter-se independente tanto do ponto de vista técnico como legal e moral. Além da necessidade de ser especializado no trabalho a ser executado e da habilitação legal, deve observar as demais condições estabelecidas pela lei civil e processual civil.

A importância da matéria ética no profissional contábil em especial à categoria dos peritos é notória, portanto, é essencial uma conduta respeitável e ilibada para manter-se à parte dos interesses pessoais ou das partes. Em momento algum o perito pode permitir a interferência de terceiros ou das partes no trabalho pericial, sem o que lhe afetará a qualidade e perderá a independência.

A perícia exige do contador, além de profundo conhecimento contábil, também o de outras áreas do conhecimento humano, assim como é importante ter conhecimento da organização do sistema judiciário e noções do seu funcionamento.

O contador que desejar dedicar-se à perícia deve estar atento para as situações conjunturais e lembrar que de todo trabalho profissional é esperada uma contribuição ao desenvolvimento social, em especial, a perícia assume uma característica de cunho extremamente relevante no âmbito social.

Todos temos obrigações com a justiça e com as partes, e, sendo assim, devemos agir em defesa da execução da mais pura justiça, o perito por estar diretamente relacionado com a decisão da lide, deve agir sempre com responsabilidade social redobrada, e estar sempre preocupado com seus conhecimentos, jamais deixando de aprimorar-se pessoal e profissionalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia contábil**. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Teoria da contabilidade** – São Paulo: Atlas 1998.

MAGALHÃES, Antonio de Deus F. **Perícia contábil**. São Paulo: Atlas 1995.

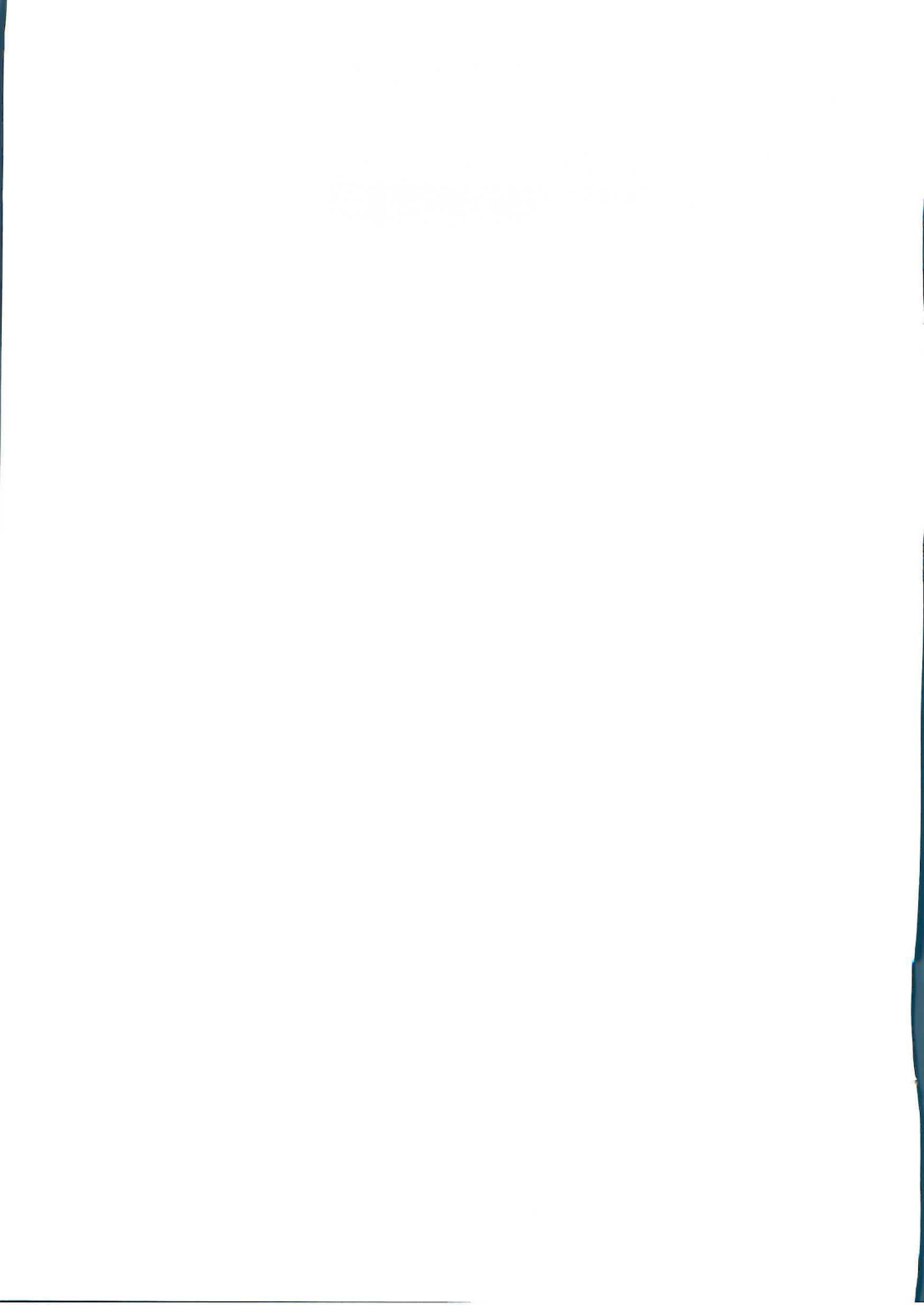
ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. São Paulo: Atlas 1996.

DAGOSTIM, Salézio. Contabilidade não é profissão. **Informativo Sindiconta**. Porto Alegre: Sindiconta, n.18, jan./fev. 1998.

NORMAS éticas na perícia contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, v.29, n.121, jan./fev. 2000. p.51-2

KRAMER, Maria E. P. O papel do profissional contábil no contexto organizacional. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, v.29, n.121, jan./fev. 2000. p.82-3

AMORIM, Genova Leme de. Normas brasileiras de perícia contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, v.29, n.125, out./nov. 2000. p.62-5.



ABSTRACT

The activities of public accountancy are a prerogative of the accountant and are regulated by the Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) and the rules of the Conselho Federal de Contabilidade that regulates the activity of the expert. The expertise function aims at generating reliable information, having in view the end of controversies. The behavior of the professional, when exercising the function of public accountant must be exempt and, above all, ethical, in the complete sense of the word. The report of a public accountant is the instrument through which the expert makes his pronouncement on the object of the analysis, based on the technical knowledge they have and in the analyzed facts, events, and documents. It is his conclusion, in technical terms, that reveals objectively the truth of the facts. It is, then, the expert, essential to a good sociability and fundamental for the promotion of fair justice to human beings.

Key words: public accountancy, accountant, professional behavior.



TRABALHO: IGUALDADE E DESIGUALDADE SOCIAL

IVONE DA COSTA MASNIK.

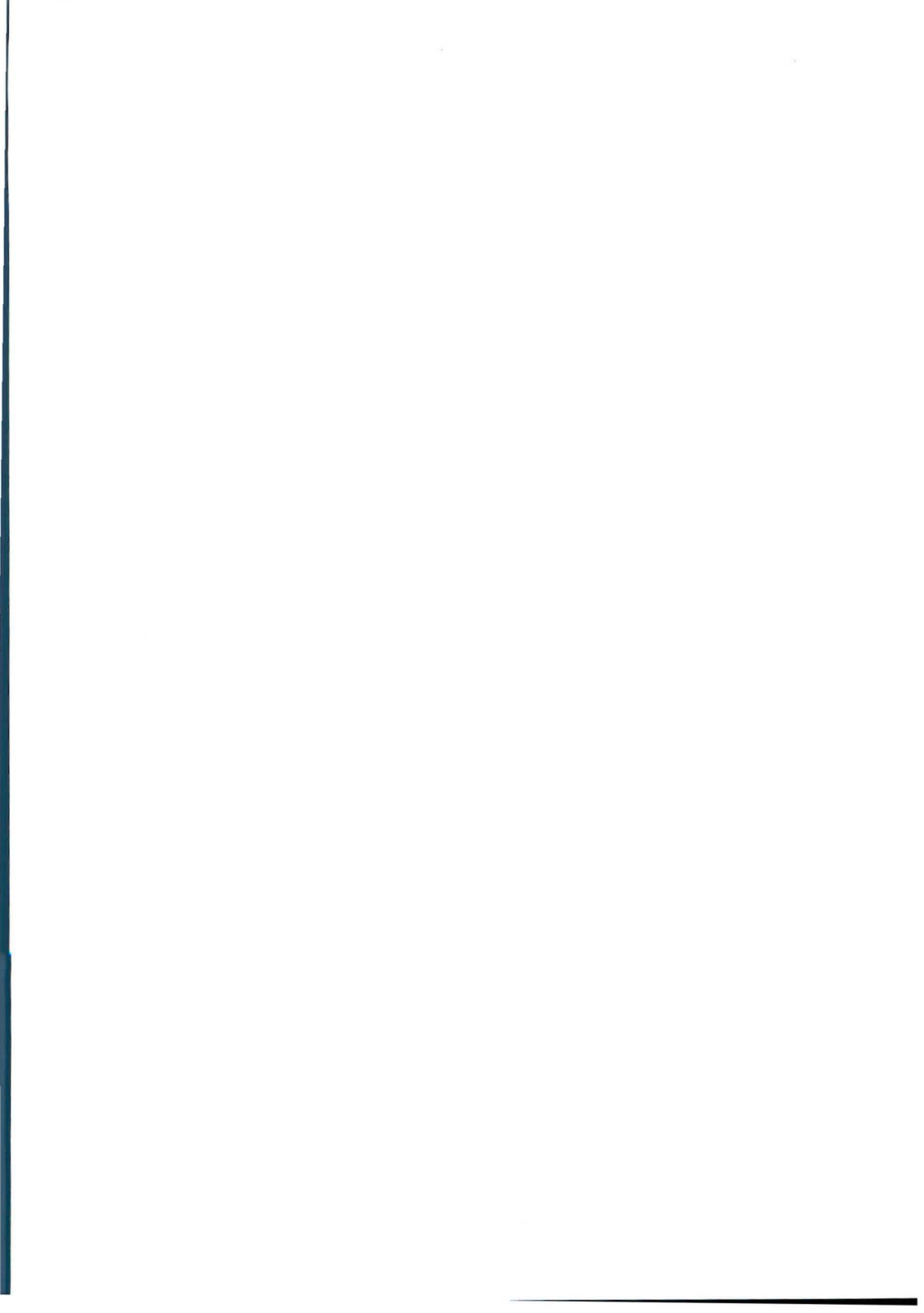
Mestre em Fundamentos da Educação pela UEM - Universidade Estadual de Maringá-PR e professora de História e Filosofia da Educação na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.



RESUMO

Discuremos, embasados na obra-prima de Tomas More - ou Morus, em latim - A Utopia, os pressupostos de que o trabalho gera igualdade ou desigualdade social, conforme sua organização sociopolítica - econômica. Para tal, iniciamos com uma síntese do conceito de trabalho e da realidade histórico-social, abordando, logo após, as concepções e aspectos geradores de igualdade e/ou desigualdade social, na sociedade inglesa e na sociedade utopiana.

Palavras-chave: Trabalho, igualdade, organização social.



INTRODUÇÃO

Em período de transição dos modos de produção, as mudanças sociais ocorrem em processo lento e são resultado da ação do homem, sujeito a múltiplas crises, paradoxos e conflitos.

Um período de crise e mutação dos modos de produção e das relações sociais vive Thomas More — ou Morus, em latim. Na obra A UTOPIA, aborda a questão da igualdade e desigualdade inerente à justiça social, através da concepção de trabalho e ócio, nas funções exercidas pelos homens e a obtenção da inserção nas categorias hereditárias de privilégios nobiliárquicos e destaques socioeconômico - políticos .

A obra A UTOPIA se compõe de duas partes: no livro primeiro, o autor descreve as condições de trabalho e do trabalhador na sociedade inglesa do século XV e do século XVI.

No segundo livro, descreve uma sociedade imaginária, igualitária, em que a **cellula mater** da organização social é o trabalho.

Discutiremos os pressupostos de que o trabalho gera igualdade ou desigualdade social, conforme sua organização socio político - econômica.

Para tal, iniciamos com uma síntese do conceito de trabalho e da realidade histórico-social, abordando, logo após, as concepções e aspectos geradores de igualdade e/ ou desigualdade social, na sociedade inglesa e na sociedade utopiana.

TRABALHO: REALIDADE HISTÓRICO - SOCIAL

O trabalho será abordado, neste item, sob o enfoque histórico - social, procurando - se apreender a dinamicidade dos aspectos, concepções e conceituação em diversos autores.

Conceituação

O trabalho ou ação trabalho foi e é objeto de estudo de diversos ramos ou áreas da ciência, buscando maior esclarecimento e aprofundamento, coerentes com a especificidade das concepções, clientela e campo de atuação dos ramos científicos.

Através desta premissa, a palavra ou ação trabalho e as múltiplas relações que a envolvem objetivam estudos diferenciados, desde a etimologia da palavra até

a apreensão socioeconômico - política das relações homem - trabalho - produção, contextualizando-os historicamente.

Os conceitos sobre trabalho, além de expressarem as concepções científicas, reproduzem as tendências ideológicas de seus autores.

Genericamente, trabalho é a **“aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim.”** (FERREIRA, sd., p.1393).

Para Engels, o trabalho **“é o fundamento da vida humana.”** (ENGELS, 1986, p.19).

O trabalho, para Freinet, é exigências do próprio corpo humano:

“não é uma coisa que se explique e se compreenda; é uma necessidade que se inscreve no corpo, uma função que procura satisfazer-se, músculos que funcionam, relações de íntima concordância que se estabelecem, trajetos que despertam e se reforçam.” (FREINET, 1974, p.125).

Segundo Marx, o trabalho **“é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana”.** (MARX, 1989b, p.50).

Morus, conforme inferimos, considera o trabalho um todo, que corresponde às necessidades naturais do homem, através da atividade física e intelectual, propiciando - lhe satisfação.

O indivíduo deve exercer suas funções conforme suas aptidões, visando ao bem comum.

Ao organizá-lo, o estado deve considerar a interdependência das diversas funções, dentro da valorização do trabalho ativo, utilitário e coletivo.

Portanto, o trabalho é força vital inerente ao homem, dinâmico, dialético e participativo.

TRABALHO: CONCEPÇÕES

Historicamente, as concepções de trabalho são geradas em épocas diferenciadas pelas necessidades sociopolítico - econômicas das civilizações, através das mudanças dos modos de produção e das relações de trabalho.

Assim, vejamos: o homem primitivo ou pré-histórico desenvolveu o trabalho espontâneo e coletivo.

*Segundo Engels, o trabalho foi agente determinante da transformação do macaco em homem, afirmando que **“o trabalho criou o próprio homem”.*** (ENGELS, 1986, p.19).

Nos primórdios da Grécia, Hesíodo demonstra o valor moralizador do trabalho,

através de máximas:

“Perses, rebento divino, trabalha para que a fome te deteste e a casta e bela Deméter te ame e encha de abundância os teus efeitos (...) O trabalho não é vergonha; a ociosidade, sim, essa é que é”. Se trabalhares, o ocioso te invejará pelos teus ganhos, aos quais se seguem respeito e consideração.

O trabalho é a única coisa justa.” (HESIODO, 1964, P.47-48)”.

No período Arcaico, com o desenvolvimento das cidades - estados e a estrutura sociopolítica, sistema de castas, reforça-se a depreciação do trabalho manual ou mecânico.

Neste sistema, quem os realiza são os escravos e homens livres de castas inferiores, cabendo ao cidadão o ócio — dedicação aos prazeres do corpo, à política, às artes e à filosofia; o cidadão estava isento e não devia exercer trabalho manual.

A concepção depreciativa do trabalho manual tem continuidade em Roma, pelo fato de a sociedade romana adotar o sistema de castas, similar ao grego, implantado ou importado da Grécia no período helenístico.

Com as novas conquistas territoriais, aumenta consideravelmente o número de escravos em Roma.

A agricultura e artesanato passam a ser função só destes, tornando-se degradantes, para o homem livre, por serem considerados trabalho de escravos.

Na idade Média, com a preponderância do catolicismo e sua mentalidade religiosa, o trabalho passa a ser considerado castigo divino.

O homem, Adão, ao ser expulso do Jardim do Éden — Éden significa delícias — é sentenciado: “tirarás dela (a terra) com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias de tua vida” (...) comerás o teu pão com o suor do teu rosto.”(GÊNESIS, cap. 3, v.17-19)”.

Interessante é observar também que o homem podia comer todos os frutos do Éden, mas é advertido: “não comas do fruto da árvore da ciência do bem e do mal.” (Id. Ibid, cap.2, v.17)

No período medieval, o trabalho agrícola e artesanal é desenvolvido pelos servos em suas segmentações funcionais.

Os senhores — nobres ou clérigos — usufruem e coordenam o trabalho dos seus subordinados.

Subordinação social, os servos, na maioria, vivem em condições miseráveis, apenas os vilões obtêm privilégios; econômica, os servos não recebem salário, trabalham para a subsistência e, quando muito, recebem ou dividem os víveres que produzem com o senhor; política, os servos não têm poder e nem direitos políticos.

Com o advento da dinamização do comércio e o desenvolvimento das cidades, surgem categorias fundamentais, tais como, os comerciantes e artesãos corporativos, que ocasionam maior divisão social do trabalho e mudanças na ordem

socioeconômico - política.

Com a valorização e acumulação do dinheiro, ocorrem a valorização e o poder do homem rico nobre, clérigo ou burguês.

Mudam as condições sociais de trabalho, o número de servos diminui consideravelmente, mas não as condições de vida do trabalhador agrícola ou artesanal, que são os que mais trabalham e menos recebem.

Com a crise do feudalismo e a implantação gradativa do capitalismo, as condições de trabalho tornam-se precárias, principalmente as do homem do campo.

Despojada a grande massa de trabalhadores de todos os bens materiais, mais tarde, torna-se ou produz a classe social que será denominada proletária; os operários das fábricas, oprimidos e subjugados pela classe social burguesa, que substitui os nobres do poder.

O trabalho será valorizado, principalmente, com Hegel, Marx e Engels, através das análises do conceito de trabalho e das condições de vida do trabalhador; das concepções de trabalho e alienação; trabalho e ideologia, trabalho e forças produtivas; trabalho e luta de classes.

DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

A divisão social do trabalho tem como característica a subjugação do trabalhador, ainda na pré-história, quando o homem, no período neolítico, deixa a vida nômade e começa a produzir para a subsistência, e surge, então, a agricultura.

O homem, ávido de conquistas, subjuga os povos de outras tribos e os torna seus servidores ou escravos.

Na história da Europa Ocidental, foi na Grécia antiga que ocorreu a divisão social do trabalho em trabalho manual, mecânico ou material, e trabalho intelectual.

Esta divisão do trabalho tem continuidade, em Roma, pelo fato de a estrutura social, dividida em castas, ser similar à Grega.

As sociedades greco-romanas assemelham-se quanto à divisão social do trabalho pelo modo de produção escravista. Os escravos é que realizavam os trabalhos materiais de subsistência e encontravam-se em situação social inferior à dos cidadãos.

Na Idade Média, era medieval ou feudalista, o trabalho é realizado pelos servos, que diferem do escravo greco-romano.

Este era propriedade do homem que o possuía.

O servo está vinculado à terra e só com ela é que pertence ao senhor feudal.

Este pode dispor de terra, não do servo.

A dicotomia trabalho manual e trabalho intelectual continua: uns pensam e outros agem, executando as ordens recebidas.

Com o desenvolvimento do comércio e a dinamização das cidades, ocorrem novas divisões sociais do trabalho material entre quem produz o artesanato e quem

faz o comércio.

A constante intensificação do comércio leva a mais uma divisão social do trabalho material em artesanato, produção, e comércio.

Com a expansão do comércio para novas fronteiras, ocorrem as diferenciações de produção entre cidades e, até, entre países.

A busca desenfreada de riquezas e sua acumulação levam o homem a um novo modo de produção, o capitalismo, que caracteriza o início da Idade Moderna, em que a dicotomia entre classes sociais é reforçada e intensificada, gerando a divisão social do trabalhador em proletário, o operário que executa sua função na fábrica, e burguês, proprietário dos meios de produção, da fábrica, e idealizador do trabalho.

Historicamente, o homem evoluiu, o tempo passou, novos modos de produção surgiram. Mas, a dicotomia da divisão social do trabalho continua sendo: uns pensam, outros agem; uns concebem as idéias e outros executam, tornando-se realidade, sob novas nuances, em contextos sociais diferenciados.

TRABALHO E SEGMENTAÇÃO SOCIAL

A segmentação social ocorreu desde a Antigüidade Clássica, com as sociedades de castas.

Durante o feudalismo, desenvolveu-se com os estamentos.

Na época, ano 1516, em que Thomas Morus edita **A UTOPIA**, obra geradora deste estudo, a sociedade inglesa encontrava-se socialmente fragmentada, multidivida em hierarquias, determinadas pelo nascimento ou função exercida.

As principais camadas sociais inglesas são a nobreza, o clero e os servos.

Ao lado destes, já havia grande movimentação dos burgueses comerciantes.

A nobreza, hierarquizada pelos títulos, era naturalmente segmentada.

A Dinastia Tudor e o combate que os monarcas Henrique VII e Henrique VIII empreenderam contra os nobres, aliando-se aos burgueses e os privilégios para enfraquecer politicamente os nobres, propiciaram o surgimento da pequena aristocracia rural, determinada não pelo nascimento, mas pela posse de riquezas.

Também o clero, além da hierarquia própria da igreja, neste período, estava dividida em alto e baixo clero.

Ao alto clero pertenciam os padres, com instrução adequada e diferenciada dos demais clérigos, destinados aos cargos eclesiásticos e sociopolíticos, tais como chanceler e conselheiro dos monarcas.

O baixo clero era constituído pelos párocos e servidores monásticos, vinculados aos problemas do povo.

Os servos, segundo Huberman, também estavam divididos em diferentes graus de servidão.

Havia os servos dos domínios, com trabalho integral e permanentemente

ligados ao senhor feudal; os fronteirços, camponeses paupérrimos, com pequenos arrendamentos; os aldeões, braços contratados em troca de comida; os vilãos, detentores de privilégios pessoais e econômicos. (HUBERMAN, 1986, p.7)

Nas cidades, conforme Marx, a ação burguesa de defesa dos ofícios, através das corporações ou guildas, gera a formação de uma camada social denominada plebe; seus integrantes, os plebeus, eram servos fugitivos dos feudos que nelas se asilavam; nesse meio, a organização das corporações os impedia de exercerem livremente seu ofício, ou a aprendizagem de um ofício.

Tornavam-se trabalhadores diaristas nas corporações, sujeitando-se às determinações destes, pois não tinham organização política para defender seus direitos (MARX, 1986a , p.81)

A burguesia, que está em transição de estamento para classe social, encontra-se dividida em alta e pequena burguesia: a primeira, composta pelos grandes comerciantes, mantenedores do poder hegemônico nas cidades e incentivadores do absolutismo; a segunda, integrada pelos corporativistas e pequenos comerciantes que sustentam o espírito revolucionário.

A fragmentação exposta, da sociedade inglesa, exemplifica e ratifica a conotação de que o trabalho mantenedor da ordem social e da subsistência humana é executado pelos menos favorecidos social, econômica e politicamente, isto é, detentores de riquezas e de privilégios políticos.

IGUALDADE E DESIGUALDADE SOCIAL

Há diversas categorias de igualdade.

Conforme Cuvillier, igualdade política, pela qual todas os cidadãos possuem os mesmos direitos cívicos de acesso a todas as dignidades, postos e empregos públicos, de acordo com as capacidade de cada um, em principio; igualdade civil, ou jurídica, pela qual todos são iguais perante a lei (isonomia); igualdade moral, que indica a mesma dignidade de pessoa humana e, em conseqüência, a igualdade de direitos naturais, igualdade física, imaginada entre homens com o mesmo vigor físico, a mesma saúde, a par da igualdade intelectual, considerada como a equivalência de inteligência, memória e de vivacidade. (CUVILLIER, 1961, p.191)

Estas conceituações contemporâneas demonstram que igualdade é uma noção relativa, classificada de várias formas, por diversos autores.

Muitos foram os estudiosos que buscaram a origem da igualdade social.

Entre eles Hobbes, Rousseau e Locke.

A inserção destes pensadores pertencentes ao período manufatureiro, portanto, posteriores ao período histórico de Morus, justifica-se pois aliam liberdade e igualdade à formação sociopolítica.

Concepções que se complementam e assemelham-se às proposições de

Morus na obra em estudo .

A igualdade, para Hobbes, é gerada pelo autopreservação ou, instinto de conservação da vida, inerente ao homem .

No estado de natureza, os homens são egoístas e possuidores do desejo de poder, é o que o leva ao contrato ou pacto social, sendo a razão que determina as leis. (HOBBS, 1983, p.19-25) .

Conforme Rousseau, a igualdade está relacionada às relações sociais e à concepção de liberdade .

Este é direito inalienável do homem — “todos nascem homem e livres” — e é o que fundamenta a moral e política. (ROUSSEAU,1987, p. 16-17).

Ao focar Rousseau, precisamos considerar que ele estuda mais detalhadamente as desigualdades sociais, e a sua linha de pensamento é humanista - renascentista, com influência da reforma protestante.

Para Rousseau, o homem é naturalmente bom, pensamento oposto ao de Hobbes, para o homem é naturalmente mau.

Segundo Locke, o homem gozaria a liberdade e igualdade no estado natural, em que todos os homens teriam o destino de preservar a paz, a humanidade, e evitar ferir os direitos dos outros.

Para conservar a liberdade e a igualdade perfeitas, o homem cria a sociedade política, através do pacto social entre homens igualmente livres, para harmonia geral, usando a força coletiva para a execução das leis naturais. (LOCKE, 1988, p.16).

É interessante observar que estes pensadores aliam a preservação da liberdade e igualdade do homem à formação da sociedade política .

Nossa atenção, neste texto, ater-se-á mais à igualdade social, inerente à justiça social, através das relações concretas entre os homens .

Nessa categoria a igualdade e a liberdade sociopolítica apresentam aspectos próprios de cada época, na realidade histórica.

Na Antigüidade clássica, a liberdade e a igualdade estavam relacionadas à racionalidade e à condição sociopolítica de vida do homem.

Conseqüentemente, quem gozava de liberdade e igualdade na sociedade greco-romana era o cidadão. Possuía a razão e usava a racionalidade para deliberar sobre os assuntos de interesse privado, ou particular, e interesses gerais, ou de ordem pública, como membro atuante da democracia. O cidadão não executava trabalhos manuais ou de subsistência, estes eram atributos dos escravos e castas inferiores; dedicava-se ao ócio, à vida contemplativa e à política.

Na Idade Média, imperou a concepção cristã, em que todos os homens são filhos de Deus, portanto, iguais .

As desigualdades da sociedade feudal, respaldadas pela Igreja, são justificadas pela diferença de capacidades e mérito.

Seu sustentáculo era o direito natural escolástico.

Com o advento do Renascimento na Europa, e a realimentação da leitura greco-romana, as concepções de igualdade e liberdade centram-se nos direitos individuais .

Precisamos considerar que as desigualdades sociais tornam-se constantes e mais exacerbadas que as igualdades no histórico-social .

A desigualdade, segundo Rousseau, fraca, quase nula no estado de natureza, é reforçada e desenvolvida pela sociedade.

A geradora das desigualdades sociais é a propriedade privada, que causa o aparecimento do rico e do pobre; para protegê-la e, ao defender seus direitos de posse, os homens formam a sociedade.

Cria as leis, e, ao colocá-las em prática, surgem os magistrados, que produzem o poderoso e o fraco.

Com a mudança do poder legítimo em poder arbitrário, temos o despotismo e o aparecimento do senhor e do escravo. (ROUSSEAU, 1987-88, p.12-16).

Apontando os malefícios da propriedade privada, Morus afirma: “onde a propriedade for um direito individual, onde todas as coisas se medirem pelo dinheiro, não se poderá jamais organizar nem a justiça nem a prosperidade social.” (MORUS, s.d., p.74).

Morus faz, inclusive, um relato dos males que a propriedade privada causa ao homem do campo, na sua época, ocasião em que proprietários expulsam muitos camponeses de suas terras, arrojando-os à miséria.

As leis são muitas, mas a injustiça impera, e pune-se, na maioria das vezes, a vítima e não o infrator .

A situação é calamitosa, os poderosos — acumuladores de riquezas, luxo e prazeres — oprimem os fracos e miseráveis, sendo o homem explorado no trabalho, e muitos não encontram nem esta subjugação, devido à escassez do trabalho ou oferta de trabalho .

Ao analisarmos o tema das desigualdades sociais, em Morus e Rousseau, pudemos notar que estes autores, mesmo não sendo contemporâneos historicamente, mas Rousseau posterior a Morus, seus parâmetros assemelham-se .

A grosso modo, podemos exemplificar, com o relato da realidade inglesa que Morus faz, no livro I de **A UTOPIA**, as concepções teóricas de Rousseau .

Os utopistas Platão, Campanella e Bacon preconizam a abdicação da propriedade privada. Os dois primeiros afirmam que ela, causa os males sociais, agressividade e a competição entre os homens. Os três pensadores eliminam a propriedade privada nas suas sociedade utopicas e planificam-nas como comunidades de bens, visando ao desenvolvimento e ao bem-estar do homem. Campanella e Bacon, a exemplo de Morus, ao eliminar a propriedade privada, tornam a sociedade igualitária.

Platão, ao abolir a propriedade privada, não a torna igualitária; sua sociedade

está segmentada em três categorias: povo, artesãos e agricultores; auxiliares militares; filósofos; governados por um filósofo - rei .

Ao abordar concepções de Hobbes, Locke e Rousseau, para respaldar ou ilustrar colocações de Morus, precisamos esclarecer que todos escreveram contratos sociais, desenvolvendo a tese do estado natural e do pacto social entre os homens.

Estes contratos sociais são considerados por Szacki, como **utopias políticas**.

O mesmo autor considera a A UTOPIA de Morus um projeto de constituição (SZACUI, 1972, p.3)

O princípio de liberdade e igualdade, como direito e exigência da própria natureza do homem, iniciada pelo humanismo renascentista, entre eles Thomas Morus, desenvolveu-se depois, no século XVII, com as teorias do direito natural, principalmente com Hobbes (absolutista) e Locke (liberalista) .

No século XVIII, Rousseau (democrata) contribuiu decisivamente para o princípio de liberdade, constituindo-o como norma e imperativo, concebendo o estado da natureza, como condição de liberdade e de igualdade, sendo o homem sujeito de todo direito, fonte e norma de toda lei .

Considera-se, ainda, que Bacon, Hobbes e Locke, segundo Marx, foram os pais do materialismo: Bacon de maneira ingênua e de desenvolvimento multilateral; Hobbes sistematizou o materialismo de Bacon, tornando-o unilateral; Locke fundamentou o princípio de Bacon e Hobbes, o princípio fundamental: o de que os conhecimentos e as idéias têm a sua origem no mundo dos sentidos . (MARX, In : ENGELS, 1989, p.9-10)

Portanto, estes pensadores se interligam, e complementam teorias em vários ramos científicos, mesmo vivendo em período históricos diferentes, em fases diferenciadas do capitalismo, passando do artesanato para as manufaturas, em que já há divisão social e técnica do trabalho .

A liberdade passa por mutação ou complementaridade, como expusemos, passa de direito natural pra direito de venda e compra das força de trabalho.

CONCLUSÃO

Thomas Morus, na obra **A UTOPIA**, demonstra que o estado é o gerador das desigualdades ou igualdades sociais. Portanto, as diferenças sociais são geradas pelo homem e não são naturais.

Demonstra ainda que, ao abolir a propriedade privada e a divisão social do trabalho, trabalho manual e trabalho intelectual, trabalho no campo e trabalho na cidade, eleva a condição do trabalho e do trabalhador, resgatando o seu valor real

e natural.

À semelhança de Engels e Marx, Morus considera elemento vital o **trabalho**, que é, também, moralizador, dinamizador e mantenedor da ordem sociopolítico-econômica igualitária da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUVILLIER, Armand. **Pequeno vocabulário da língua filosófica**. São Paulo: Nacional, 1961.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global, 1989.

———. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo: Global, 1986.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.].

FREINET, Célestin. **A educação pelo trabalho**. Lisboa: Presença, 1974. 2 v.

HESÍODO. **Los trabajos y los dias**. Madrid: Aguilar, 1964.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Os Pensadores).

HUBERMAN, Leo. **Historia da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores).

MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: _____. **O capital**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v.2.

———. **O capital**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989. v.1.

MORUS, Thomas, **A utopia**. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.] (Tecnoprint, 318).

ROUSSEAU, Jean - Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** São Paulo: Nova Cultural, [1988]. (Os Pensadores).

———. **Do contrato social.** São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

SZACHI, Jerzi. **As utopias ou a felicidade imaginada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.



ABSTRACT

Based on the masterpiece written by Thomas More - or Morus, in Latin - Utopia, we will discuss the presuppositions that work generates social equality or social inequality, according to its socio-political economical organization. To do so, we have started with a synthesis of the concept of work and the socio-historical reality, approaching, immediately after that, the conceptions and aspects which generate social equality and/or inequality, in English society and Utopian society.

Key words: work, equality, social organization



ESTUDOS DE CASO



A ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO NA ANÁLISE DE CRÉDITO

Suely Terezinha Martini

Bacharel em Ciências Econômicas pela FACE, Especialista em Marketing Empresarial pela UFPR e Mestranda em Economia Industrial pela UFSC/FACE de União da Vitória. Professora dos cursos de Ciências Econômicas, Administração de Empresas e Ciências Contábeis da FACE, Consultora de Empresas, Instrutora e Consultora terceirizada SEBRAE. Licenciada em Letras/Inglês pela FAFI.



RESUMO

Crédito é uma percepção que as pessoas têm das outras, baseada em comportamento passado e em perspectivas de comportamento futuro. A relação de confiança depende de percepções e expectativas compartilhadas. O processo de crédito, ou seja, a atividade desenvolvida pelas instituições financeiras ou outro agente está em emprestar dinheiro para empresas e pessoas físicas e é constituído e construído por informações. A análise do crédito, o estudo do risco/retorno envolve habilidades dentro de um cenário de incertezas, mutações e informações. O analista deve ter consciência desse macrossistema de informações e da complexidade da empresa como um todo. No âmbito das instituições financeiras, as informações imperfeitas têm papel de destaque e as decisões têm como base essas informações. No mercado de crédito os proponentes ou próprios devedores sabem mais acerca de suas possibilidades de pagar do que o analista de crédito, ou a própria instituição financeira. A instituição financeira busca resposta selecionando informações e analisando indicadores, portanto, quanto melhor a qualidade da informação melhor e mais eficaz será o trabalho do analista.

Palavras-chave: Crédito, risco/retorno, informação, assimetria da informação, análise de crédito, seleção adversa.



1 INTRODUÇÃO

O crédito é atualmente importante instrumento na vida das empresas e das pessoas e a atividade bancária concentra-se basicamente em emprestar dinheiro, seja para empresas ou pessoas físicas. No entanto, é perceptível no mercado a profunda crise no processo de gestão empresarial, particularmente no universo das micro e pequenas empresas e este é o principal público emprestador ou tomador de recursos emprestados.

O processo de crédito numa instituição financeira ou outro qualquer agente emprestador é fundamentalmente construído por meio de informações. Nesse processo há situações em que o volume de informações é relativamente escasso ou menos abundante do que o desejável. No sistema financeiro, a concessão de crédito é uma decisão tomada no momento presente, tomando por base informações sobre o passado e cujos efeitos se projetam para o futuro. Nosso propósito é o de evidenciar que a qualidade do crédito está relacionada à avaliação do grau de risco da empresa, sua capacidade de gerar lucros e suas potencialidades e, para que isso aconteça, a instituição financeira e o analista de crédito, para realizar uma análise consistente, dispõem de mecanismos de informação. Porém, é a assimetria dessas informações a razão pela qual o mercado de crédito apresenta substanciais falhas.

2 CRÉDITO

O significado da palavra crédito é amplo. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986, p.495) define como “Segurança de que alguma coisa é verdadeira; confiança; fé na solvabilidade”.

Crédito é um conceito presente no dia a dia das pessoas e empresas mais do que possamos imaginar, a princípio. Todos nós, tanto as pessoas, quanto as empresas, estamos continuamente às voltas com o dilema de uma equação simples: a constante combinação de nossos recursos finitos com o conjunto de nossas necessidades infinitas – existem mais maneiras de se gastar dinheiro do que de ganhá-lo – ou seja, a procura por crédito, para satisfazer ao elenco de necessidades, desde as mais elementares às mais ousadas e sofisticadas.

Crédito é todo o ato de vontade ou disposição de alguém de ceder temporariamente parte de seu patrimônio a um terceiro, com expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado.

No sistema financeiro, a concessão de crédito é uma decisão tomada no momento presente, tomando por base informações sobre o passado e cujos efeitos se projetam para o futuro.

3 A ANÁLISE DE CRÉDITO

A análise de crédito tem como objetivo identificar riscos e evidenciar conclusões quanto à capacidade de pagamento do tomador e fazer recomendações sobre o tipo de empréstimo a se conceder, tendo presente sempre as necessidades do solicitante, os riscos identificados e a maximização dos resultados da instituição emprestadora.

"A análise de crédito envolve a habilidade de fazer uma decisão de crédito, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações e informações incompletas. Esta habilidade depende da capacidade de analisar logicamente situações, não raro complexas, e chegar a uma conclusão clara, prática e factível de ser implementada".

Para quem atua na concessão de crédito, é fundamental ter o maior volume possível de informações sobre o tomador do crédito. (SCHRICKEL, 1998, p.27)

Para se proceder à análise, é necessário decompor um todo em partes, examinando, com minúcia, cada uma das partes em busca de explicações ou do entendimento do todo, da parte, ou de alguma característica ou anormalidade que se pretende identificar. No caso de análise de empresas, as razões mais freqüentes que nos levam a desenvolvê-la tendem a ser de caráter econômico-financeiro.

Historicamente, a análise financeira sempre esteve muito ligada à necessidade de identificação de solidez e da performance das empresas. Em meados do século XIX, razões como o surgimento das corporações nos Estados Unidos levou à separação das funções de dono e de administrador da empresa, o que passou a exigir um sistema de avaliação formal da performance da própria administração. Ao mesmo tempo, banqueiros e credores também começaram a usar formas de avaliação baseadas nas demonstrações financeiras. Ao longo do tempo, o processo de análise e avaliação de empresas vem recebendo valiosas contribuições de profissionais e estudiosos no desenvolvimento e aprimoramento de diversos índices com o objetivo de analisar as empresas, metodologias para identificação de fluxo de caixa e para determinação da necessidade de capital de giro das empresas.

4 A ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO

Segundo PINDYCK & RUBINFELD (1999, p.667), "A informação assimétrica é uma característica de muitas situações econômicas, pois administradores de empresas sabem mais a respeito dos custos, posição competitiva, oportunidades de investimento do que os proprietários ou acionistas. Frequentemente, o vendedor de determinado produto conhece mais a respeito de sua qualidade do que o comprador. Os trabalhadores em geral conhecem melhor sua destreza e habilidade do que seus empregadores".

No âmbito das instituições financeiras, as informações imperfeitas têm papel de destaque e as decisões têm como base as informações.

A teoria da escolha parte do princípio de que os atores econômicos vivem em um universo sem riscos e recebem informações completas, ou seja, têm certeza do resultado de qualquer decisão tomada. Contudo, os resultados das decisões tomadas com base em informações imperfeitas são mais arriscados.

5 A ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO NA ANÁLISE DE CRÉDITO

No mercado de crédito, os proponentes ou os próprios devedores, sabem mais acerca de suas possibilidades de pagar do que o analista de crédito, ou a própria instituição financeira.

A análise econômico-financeira de empresas é tarefa bastante complexa e de fundamental importância numa sociedade moderna. A análise é um processo de averiguação e de reflexão com determinado fim.

Diante de uma empresa que pretende realizar uma operação de crédito, uma instituição financeira terá de buscar resposta a muitos questionamentos. Para responder esses questionamentos, o analista deverá selecionar os indicadores que lhe permitam conhecer o desempenho da empresa no período, em face de suas atividades operacionais, bem como identificar quais as grandes decisões de caráter estratégico que afetaram significativamente sua estrutura de capitais.

O instrumento de trabalho do analista é a informação. Quanto melhor a qualidade da informação, melhor e mais eficaz, será o trabalho do analista. Parte das informações pode ser obtida pelo sistema contábil, enquanto muitos outros transcendem a esfera da contabilidade. O analista deve ter consciência desse macrossistema de informações e da complexidade da empresa como um todo. São vários os usuários das informações divulgadas nas demonstrações financeiras, bem como das informações provenientes da contabilidade. Há que se destacar que existem dois tipos básicos de informações. O primeiro objetiva o atendimento

aos dispositivos legais, enquanto o segundo estaria voltado para uma consciência da necessidade de comunicação entre as empresas e a comunidade de pessoas que necessitam dessas informações.

Os bancos e instituições financeiras, em geral, como emprestadores de dinheiro e financiadores de aquisição de bens pelas empresas, representam o principal grupo de usuários das demonstrações financeiras das empresas. O próprio desenvolvimento da análise financeira está associado ao sistema bancário internacional.

Cabe destacar que a abrangência e a utilidade das informações geradas pela contabilidade possuem limitações. As informações geradas pela contabilidade provêm de uma coleta de dados quantitativos, referentes à empresa. Essas informações, apesar de serem de grande utilidade para o processo de análise, não são suficientes, uma vez que não aparecem dados referentes a quem administra, qual a competência e idoneidade, quais as potencialidades e ameaças do mercado, vulnerabilidade em face de flutuações econômicas ou decisões governamentais. A mais forte argumentação, no Brasil, contra o uso da análise das demonstrações é no sentido de que, na grande maioria das empresas, as demonstrações contábeis não correspondem à realidade de suas operações. Esse tipo de argumentação aproxima-se da realidade à medida que diminui o tamanho da empresa, isto é, quanto menor a empresa, mais irreal tendem a ser as suas demonstrações financeiras. Há, ainda, muita resistência, por parte de alguns empresários, em prestar informações confiáveis.

“É geralmente aceito que o domínio da informação confere inequívoco grau de poder à pessoa que o detém. Informação e poder, neste sentido, estão associados. De fato, a informação confere prevalência a quem a detiver sobre quem não a tem. Com efeito, qualquer negociação (empréstimos decorrem de negociações entre prestador e o tomador) implica combinação de três elementos fundamentais: tempo, poder e informações”. (SCHRICKEL, 1998, p.99).

Um banco, ao emprestar dinheiro para suprir a necessidade de capital de giro de seu cliente, ou a aquisição de um equipamento, está fazendo uma aplicação de recursos e espera obter certo lucro, que é uma espécie de prêmio pelo risco que está assumindo, ou seja, o empréstimo é concedido mediante uma promessa de pagamento o que implica o risco de não receber. Os recursos captados de diversas fontes não podem ser aplicados em empreendimentos que não apresentem viabilidade econômica e solidez suficiente para garantir que tais recursos retornem.

“Os emprestadores, e entre eles os bancos, não perseguem o poder... logo, ter informações não é essencial para os emprestadores neste sentido. Uma eventual situação inversa é que deve preocupar os emprestadores: os riscos imponderáveis nas operações concretizadas sem o adequado apoio de informações consistentes. Daí ser imperativo saber fazer as perguntas certas na

análise de crédito, a fim de permitir a obtenção das informações, igualmente certas, as quais conduzirão para conclusões mais apropriadas a cada caso. Isto será possível quanto mais consistentes e relevantes forem as informações e ponderações” (SCHRICKEL, 1998, p.99).

O instrumento de trabalho do analista de crédito é a informação. Quanto melhor a qualidade dessas informações, mais eficaz será o seu trabalho. É baseado na informação que ele faz a sua análise para subsidiar a decisão de conceder ou não o crédito. É um caso que envolve claramente um problema de informações assimétricas, isto é, o proponente, proprietário e administrador possuem muito mais conhecimento acerca de sua capacidade de pagamento que o analista e a instituição financeira. Se em determinada empresa, o valor da conta “duplicatas a receber” cresce significativamente, a pessoa que estiver acompanhando poderá consultar a listagem de clientes para saber quais estão em atraso, ou conversar com o setor de vendas para apurar se houve crescimento de vendas ou dilatação de prazos de pagamento. No entanto, o analista externo, no caso o fornecedor de crédito teria maior dificuldade em apurar essas informações, além de contar com a possibilidade de receber informações não verdadeiras ou direcionadas para a obtenção do crédito pretendido.

No desenvolvimento deste trabalho podemos observar o fenômeno da seleção adversa, forma de imperfeição de mercado, resultante da informação assimétrica, e também do “Princípio dos Abacaxis” ou de produtos de qualidade duvidosa, a partir da hipótese de que a maioria das informações contábeis, principalmente das micro e pequenas empresas não corresponde à realidade de suas operações, gera a incerteza ou desconfiança de que todas assim devem ser consideradas e não inspira confiança em quem as utiliza, descaracterizando-as como ferramental de análise.

A instituição deve cobrar juros, a mesma taxa de todos, do tomador de crédito com baixo risco ou do tomador com alto risco. É uma consequência econômica que decorre da impossibilidade da análise, da avaliação de risco baseada em informações assimétricas, ter como certa a decisão. Todas as decisões na área de crédito estão baseadas na comparação entre o risco e o retorno. A unidade decisória envolve-se nesse dilema risco/retorno, cuja conciliação traz normalmente conflitos ao processo.

6 CONCLUSÃO

Emprestar é a função básica dos bancos. É nessa atividade que se concentra sua maior fonte de lucros. Porém, para que esse lucro aconteça é necessário que a carteira de empréstimos seja constituída por operações saudáveis, portadoras de desejável grau de certeza de seu recebimento nas datas apazadas.

Nesse contexto, os bancos necessitam tomar decisões seguras, baseadas em informações. Essas informações provêm da contabilidade da empresa e de quem a administra. Estamos, então, diante de informações assimétricas. O interessado tenderá a repassar informações que o favoreçam e que produzam efeitos positivos na análise de sua proposta, da mesma forma que o mercado de seguros envolve informações assimétricas, porque o comprador do seguro possui melhores informações a respeito do risco envolvido, e como também a informação assimétrica pode explicar a razão pela qual os mercados de trabalho apresentam substanciais níveis de desemprego, mesmo quando há trabalhadores procurando tenazmente empregos.

A assimetria da informação para a análise de crédito está no sentido de que num grande número de empresas as demonstrações contábeis não correspondem à realidade de suas operações ou são habilmente manipulados. Como as microempresas são desobrigadas de apresentar balanço à Receita Federal, é comum que a sua contabilidade seja restrita apenas ao livro-caixa. O seu faturamento é dimensionado normalmente aquém do real ou em importâncias supostas, não apresentando nenhuma consistência; soma-se ainda a resistência por parte dos empresários em prestar informações. As limitações verificadas na análise das demonstrações contábeis geram mais dúvidas do que certezas e a superficialidade das informações obtidas por esses meios convencionais torna temerária a inferência sobre a situação futura das empresas analisadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EATON, B. Curtis; EATON, Diane E. **Microeconomia**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

FERREIRA, Aurélio B.H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, D.L. **Microeconomia**.4.ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia, princípios básicos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

ABSTRACT

Credit is a perception that people have of each other, based on past behavior and on perspectives of future behavior. The relation of trust depends on shared perceptions and expectations. The credit process, that is, the activity developed by financial institutions or other agents is to loan money to companies or to people and it is constructed based on information. The credit analysis, the study of risk/return involves abilities in a scenery of uncertainties, mutation and information. The analyst must be aware of this information system and also of the complexity of the company as a whole. In the financial institutions, faulty information has an important role and the decisions have these pieces of information as a base. In the credit market the proponents or the debtors know more about their chances of paying than the credit analyst, or the financial institution itself. The financial institution searches the answer selecting information and analyzing indicators, so the better the quality of the information, the better and the more efficient the work of the analyst will be.

Key words: credit, risk/return, information, information asymmetry, credit analysis, adverse selection.



A ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E O RISCO MORAL MANIFESTADO NO MERCADO DE SEGUROS DE AUTOMÓVEIS

ARNALDO BERGER JÚNIOR

Graduado em Ciências Contábeis, pela UNISC/Santa Cruz do Sul - RS. Mestrando em Economia Industrial, pela UFSC/FACE de União da Vitória. Professor do Departamento de Ciências Contábeis da FACE/UVA.



RESUMO

O presente trabalho busca analisar aspectos dos mercados com informação assimétrica vistos no campo microeconômico. A importância do tema se dá em função de, muitas vezes, o consumidor confrontar-se com situações em que um mercado possui maior número de informações a respeito de um determinado produto em relação a outro mercado. É o caso dos vendedores em relação aos compradores de certo produto. O assunto que serve de base para a confrontação dos conceitos teóricos com fatos reais é a reportagem trazida a público pela revista Quatro Rodas, editada em junho de 1999, denominada "O preço do bandido". A essa reportagem tem seu conteúdo focado no mercado de seguro de automóveis, em que se observa um grande número de fraudes exitosas, ou não investigadas devidamente, o que acarreta em um aumento de até 30% no preço final do prêmio de seguro de veículos a ser pago pelo consumidor. Abordar-se-á inicialmente a conceituação teórica do assunto denominado Mercados com Informação Assimétrica, bem como o conceito de Risco Moral; posteriormente, passar-se-á ao relato da reportagem apresentada na revista Quatro Rodas.

Palavras-chave: Seguros - crimes, assimetria de informações, risco moral e mercado de seguro de automóveis.



MERCADOS COM INFORMAÇÃO ASSIMÉTRICA

Todo consumidor, ao desembolsar um recurso ou parte de sua renda, quer ter certeza de que está fazendo a aquisição de um produto que atenda a todas as necessidades a que se destina. Esta certeza vem em função da informação que ele possui em relação ao bem almejado. Estaria esta questão resolvida se não houvesse produtos de qualidade inferior àqueles desejados e não existissem vendedores querendo negociá-los. Nesse momento, manifesta-se o mecanismo da informação assimétrica.

Para PINDYCK & RUBINFELD (1999, p.667), “a informação assimétrica é uma característica de muitas situações econômicas. Frequentemente o vendedor de um determinado produto conhece mais a respeito de um produto de sua qualidade do que o comprador.”

A conceituação de informação assimétrica explica, também, o mecanismo de garantia de produtos, o sistema de incentivos e recompensas, oferecidos aos funcionários pelas empresas e a necessidade dos controles gerenciais das organizações. A assimetria das informações cria também mecanismos de informação em relação às mercadorias de qualidade duvidosa.

Segundo PINDYCK & RUBINFELD (1999, p.667), “(...) pelo fato de os vendedores saberem mais que os compradores a respeito da qualidade de uma determinada mercadoria, os compradores poderão admitir que sua qualidade seja baixa, o que causa uma redução nos preços e uma restrição na oferta, pois apenas os artigos de baixa qualidade passam a ser vendidos.”

RISCO MORAL

O Risco Moral, também conceituado dentro do ponto denominado Assimetria de Informações, aborda o conhecimento do indivíduo e sua provável mudança de atitude, após a conquista ou aquisição de determinado produto. É o caso específico dos seguros e dos contratos de trabalho. O Risco Moral, por sua dificuldade de monitoramento, torna-se um dos produtos mais significativos a serem considerados dentro da Assimetria de Informações, pois, embora acordado, formalmente, entre comprador e vendedor, seu controle permanente e minucioso é difícil.

Quando uma pessoa ou empresa plenamente segurada não pode ser meticulosamente monitorada por uma companhia de seguros, seu comportamento pode-se alterar após o seguro ter sido adquirido. Esse é o problema do Risco Moral.

Sob o conceito do ponto de vista dos Mercados com Informação Assimétrica e Risco Moral é pertinente fazer paralelo com a prática, considerando a reportagem da revista Quatro Rodas, de junho de 1999, procurando identificar nesta matéria a manifestação de tais princípios.

A ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E O RISCO MORAL MANIFESTADO NO MERCADO DE SEGUROS DE AUTOMÓVEIS

O mercado de seguros, de maneira geral, é fonte de fraudes de todos os tipos. No Brasil não poderia ser diferente. A facilidade de se ludibriar as seguradoras, dificuldade no controle das operações por parte das autoridades, quadrilhas especializadas, e simplesmente o repasse do preço do prejuízo por parte das seguradoras para os segurados, torna esta atividade ilícita altamente rentável.

A revista QUATRO RODAS (1999, p. 131), traz a informação de que em média, o prêmio (quando se paga para fazer o seguro) cobrado pelas seguradoras é de R\$1.000,00, dos quais R\$ 700,00 são destinados às indenizações. Se não fossem as fraudes, esses R\$700,00 cairiam para R\$490,00. O seguro ficaria mais barato”.

Assim, pode-se identificar, claramente, no ramo de seguro de automóveis a assimetria de informações.

O segurado, quando adquire um seguro de veículo, não tem conhecimento de que grande parte do prêmio pago é destinado a custear as fraudes, pois desconhece os valores integrantes da base do mesmo. A omissão de tais valores, com certeza, facilita bastante a venda do seguro.

O artigo de Quatro Rodas revela o modo de ação dessa faras: “o plano é simples, quase inocente. Alguém sofre um acidente, amassa o carro sem seguro e não quer gastar um centavo para consertá-lo. Chama, então, um amigo que tenha seguro contra terceiros. Os dois vão à seguradora dele e, como se não se conhecessem, inventam que o estrago aconteceu depois de uma fechada. O automóvel segurado, responsável pela “barbearagem”, não sofreu um arranhão, enquanto o outro foi parar no poste. A seguradora não tem motivo para não acreditar na história – pois o próprio cliente confirma e paga o conserto”. Este fato configura-se em risco moral, ou seja, uma vez segurado o veículo, o contratante passa a beneficiar seus amigos, dado que não existam fatores impedidores para cometer tal irregularidade. É imoral, mas possui reduzida possibilidade de receber punição, em função da falta de melhores informações. Sob o ponto de vista do prejuízo

causado por este tipo de ação, quem arca são os adquirentes dos seguros, pois a seguradora, comodamente, repassa o prejuízo.

A perda total também é um sério problema, pois, os fraudadores chegam a criar um falso veículo acidentado. Embora seja uma operação complexa, existem quadrilhas especializadas em realizá-la. Simplesmente uma oficina especializada compra sucatas em leilões e coloca as peças amassadas em automóveis novos e segurados.

A outra maneira de fraudar o seguro é segurar o veículo, entrando em contato com bandidos profissionais que sumirão com o carro. Posteriormente, ir à polícia e dar queixa do roubo. Feito isto é só receber a indenização.

Documentos “frios”, roubados dos Departamentos de Trânsito (DETRANs) servem para “esquentar” carros já roubados. A papelada estando presumivelmente em dia, passa na vistoria da seguradora e, novamente, é feito um contato com os bandidos que darão sumiço no veículo segurado, para que os fraudadores possam receber a indenização.

Carros comprados em leilões servem, também, através de seus números, de base para remarcação de chassis de veículos roubados, que voltam a circular para serem novamente roubados.

O fato mais grave ocorre em relação aos vistoriadores corruptos, que atestam veículos sinistrados como estando em perfeito estado. Depois dividem com os fraudadores as indenizações.

A posição das seguradoras é clara. Elas preferem não se envolver com a polícia nem com a justiça, o que torna este tipo de fraude muito fácil. Uma vez existindo a impunidade, nunca se dará fim a esse tipo de negociação ilegal. A polícia, não tendo registro dessas operações, nada pode fazer.

A fraude contra o seguro é um crime pouco punido, pois, segundo a Santander Seguros, dos estimados 30% de indenizações fraudulentas, 5% são comprovadas e não pagas. Em 1998, o rombo estimado no Brasil com fraudes foi de R\$ 1,3 bilhão e nos Estados Unidos, em que o mercado é quarenta vezes maior que o brasileiro, o gasto com fraudes é de US\$30 a US\$50 bilhões. (Schwartz, 1999.).

Lá, o consumidor também paga US\$200 a US\$500 a mais por apólice, porém, nos Estados Unidos as seguradoras unem seus esforços para punir os fraudadores.

O presente estudo nos dá uma pequena visão do mercado de fraudes dos seguros dos automóveis, mercado que movimenta altas cifras e que possui grande organização e especialização.

É de extrema urgência a criação de mecanismos de fiscalização e punição aos fraudadores, mesmo que tais mecanismos sejam de difícil implementação.

O que não se aceita é a cômoda situação das seguradoras em simplesmente repassar os custos das fraudes para seus clientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PINDICK, Robert S.; RUBIENFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1999.

SCHWARTZ, Christian. O preço do bandido. **Revista Quatro Rodas**, São Paulo: Abril. n.6, jun. 1999.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the aspects of the markets with asymmetric information seen in the microeconomic field. The theme is important because, many times, the consumers are faced with situations in which a certain market has more information about a certain product than another market. That is the case of sellers in relation to the buyers of a product. The subject that is used as a base to compare the theoretical concepts with reality. is the article published by Quatro Rodas, a magazine published in June, 1999, called "O Preço do Bandido"(The Price of a Thief"). The magazine article focuses the market of automobile insurance, in which it is observed a high number of frauds, or frauds which are not thoroughly investigated, fact that is responsible for a 30% raise in the insurance premium that must be paid by the customer. Initially, the theoretical concept of Markets with Asymmetrical Information will be approached, as well as the concept of Moral Risk.

Key-words: insurance – crimes, information asymmetry, moral risk, automobile insurance market.



INFORMAÇÕES ASSIMÉTRICAS NO MERCADO DE PRODUTOS ALIMENTÍFICOS: ESTUDO DE CASO DA EMPRESA ISABELA S/A

Josiane Bendlin

Graduada em Ciências Contábeis, pela FACE de União da Vitória. Especialista em Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, pela UFPR/FACE de União da Vitória. Mestranda em Economia Industrial, pela UFSC/FACE de União da Vitória. Professora do Departamento de Ciências Contábeis da FACE.



RESUMO

Neste artigo procura-se utilizar o conceito de informações assimétricas, referenciado na obra de Pyndyck & Rubinfeld (1999), no mercado de produtos alimentícios. Mais especificamente, aplica-se esse conceito à empresa Isabela S/A Produtos Alimentícios. O mercado de produtos alimentícios caracteriza-se pela existência de informações assimétricas entre produtores e consumidores, visto que os primeiros obtêm mais informações acerca da qualidade dos produtos. Para minimizar os efeitos desta assimetria, verifica-se a concessão de garantias e a obtenção da certificação. No caso da empresa Isabela S/A destaca-se a certificação ISO 9002 por meio da qual desenvolve reputação e sinaliza qualidade aos consumidores.

Palavras-chave: Informações assimétricas, mercado de produtos alimentícios, sinalizar qualidade dos produtos, garantias, certificação ISO 9002.



1 INTRODUÇÃO

A grande maioria dos consumidores internos e externos de produtos alimentícios não têm conhecimento suficiente da qualidade dos produtos que são oferecidos no mercado.

Assim, os produtores têm mais informações acerca dos produtos que os consumidores, portanto, o mercado de produtos alimentícios corresponde a um mercado com informações assimétricas.

Isto se torna mais evidente em relação aos consumidores externos, que obtêm ainda menos informação que os consumidores internos.

Para amenizar estes problemas de assimetria de informações, as empresas precisam sinalizar os consumidores da qualidade de seus produtos.

Na empresa Isabela S/A Produtos Alimentícios esta sinalização ocorre por meio de garantias e, principalmente, por meio da certificação ISO 9002 (International Organization for Standardization).

A ISO 9002 corresponde a um conjunto de normas padronizadas internacionalmente, que orientam as empresas a se organizarem para garantir a qualidade de seus produtos e serviços e a comprovarem qualidade para seus clientes.

Por meio desse estudo procurar-se-á demonstrar sucintamente como a certificação ISO 9002 corresponde a um sinal de qualidade dos produtos Isabela.

No primeiro item pretende-se associar os conceitos de mercado com informações assimétricas ao mercado de produtos alimentícios e no segundo, estes conceitos serão aplicados na empresa Isabela S/A Produtos Alimentícios.

2 APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DE INFORMAÇÕES ASSIMÉTRICAS NO MERCADO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Segundo Pindyck & Rubinfeld (1999, p. 757), o conceito de informações assimétricas corresponde “à situação na qual o comprador e o vendedor têm informações diferentes a respeito da transação em questão”, ou seja, em muitas situações econômicas o produtor tem mais informações acerca de determinado produto do que o consumidor, gerando assim, informações diferentes sobre o mesmo

produto, ou informações assimétricas.

No mercado de produtos alimentícios, o problema das informações assimétricas toma maiores proporções, dado à importância do produto alimentício para o consumidor, uma vez que representa um produto de primeira necessidade. A qualidade implícita nesses produtos é condição básica para o consumo.

Assim, não são raras as vezes em que o consumidor deixa de adquirir determinado alimento, por duvidar da qualidade dele.

Para minimizar o problema da falta de informação acerca da qualidade, é relevante para o consumidor conhecer o processo produtivo do alimento que adquire, ou, pelo menos, ter certeza de que passou por um processo de controle de qualidade.

E como diferenciar produtos com alta qualidade de produtos de baixa qualidade, se, normalmente, o consumidor não tem informações sobre o processo produtivo de determinado produto alimentício e se depara com uma oferta muito variada de produtos e de preços?

Considerando que o mercado de produtos alimentícios corresponde a um mercado de alta competitividade e sujeito a “desvios de eficiência (falhas) no mercado”¹, em que muitas vezes produtos de qualidade inferior “expulsam” do mercado produtos de melhor qualidade, pelo fato de possuírem preços mais baixos.

Estas falhas no mercado de produtos alimentícios estão associadas, muitas vezes, ao problema de seleção adversa, que consiste numa situação em que produtos de qualidades distintas são vendidos ao mesmo preço, porque consumidores e produtores não são suficientemente informados para determinarem a qualidade real do produto, no momento da compra. Como resultado, muitos produtos de baixa qualidade e poucos de alta qualidade são vendidos no mercado. (Pindyck & Rubinfeld, 1999, p. 671).

Para enfrentar esses problemas, as empresas de produtos alimentícios podem desenvolver políticas que enfatizem sua reputação no mercado, a fim de que os consumidores possam obter garantias dos produtos que adquirem. Um exemplo de política para criar reputação é a troca de mercadorias, sempre que houver reclamações e, principalmente, no caso de produtos alimentícios, fazer um controle, para que não sejam colocados à venda produtos com prazo de validade vencido.

O problema da informação assimétrica também pode ser combatido por meio da sinalização de mercado, em que os produtores enviam sinais aos consumidores, transmitindo informações a respeito da qualidade de um ou mais produtos. (Pindyck & Rubinfeld, 1999, p. 675).

No mercado de produtos alimentícios esta sinalização de qualidade pode ser realizada por meio da concessão de garantias, já mencionada anteriormente, como forma de desenvolver a reputação, também. As garantias servem para sinalizar a qualidade dos produtos.

¹ Este termo foi utilizado por Pindyck & Rubinfeld (1999, p. 671).

Outra maneira eficiente de sinalizar e garantir a qualidade dos produtos é pela obtenção da certificação. Tanto a certificação quanto as garantias são eficazes para sinalizar a qualidade, uma vez que são mais dispendiosas para o produtor de mercadorias de baixa qualidade. Especialmente a certificação, pois, além de ser dispendiosa, exige padrões de qualidade rigorosos, em todos os processos da industrialização, posto que avalia, de um ponto de vista técnico, a modernidade, a eficiência e a atualidade de todo o processo produtivo. A certificação normatiza a empresa, de modo que garanta a qualidade dos produtos e comprove essa qualidade para os clientes.

Em seguida, é dado enfoque para a empresa Isabela S/A Produtos Alimentícios, que foi pioneira, e continua sendo a única empresa, no Brasil, do ramo de massas e biscoitos que recebeu a certificação ISO 9002, visando à aplicação teórica dos conceitos referenciados nesse item.

3 ESTUDO DE CASO NA EMPRESA ISABELA S/A PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

3.1 DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A Isabela S/A Produtos Alimentícios é uma empresa pioneira na industrialização de massas e biscoitos no Rio Grande do Sul, sediada em Bento Gonçalves. Atuando no mercado desde 1954, a empresa vem-se modernizando, constantemente, contando com um grande complexo de produção de massas e biscoitos.

Atualmente, conta com um efetivo de cerca de 800 colaboradores e 25 mil metros quadrados de área construída, produz uma variada linha de massas alimentícias de todo tipo, que são comercializadas com a conhecida marca Isabela, e com as marcas Bom Gosto e Seival. Quanto à linha de biscoitos, esta é composta por biscoitos de todo tipo, que vem-se renovando, de forma acelerada, apresentando produtos completamente diferenciados. Ela está presente de forma marcante nos mercados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, onde comercializa toda sua linha de produtos e se constitui na marca líder no sul do Brasil. Os produtos também são comercializados nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Brasília-DF, Goiás, Triângulo Mineiro e Mato Grosso e exportados para os países do Mercosul, Chile e Bolívia.

O mercado está voltado para os Estados do Sul e para o Mercosul, em que sua controladora integral, a Sociedade Macri (SOCMA) deseja atuar de forma a consolidar sua participação regional de 20% no mercado de massas e 7% no mercado de biscoitos.

Sua constante preocupação com a qualidade dos produtos baseia-se num

rigoroso controle, em que inspeciona desde as matérias-primas até amostras dos produtos acabados, num laboratório de pesquisa bem equipado.

Nos últimos anos, foi reconhecida, várias vezes, como a marca de massas e biscoitos mais lembrada por consumidores e supermercadistas, conquistando as distinções² em:

“TOP OF MIND no RS nos segmentos de macarrão e de biscoitos - há dez anos consecutivos (desde a primeira pesquisa, no ano de 1991 até a última em 2000);

TOP OF MIND em SC no segmento de macarrão - há seis anos consecutivos (desde a primeira pesquisa, no ano de 1995 até a última 2000); o segmento biscoito não é pesquisado.

TOP FIVE - como a marca de massas e biscoitos mais lembrada pelos supermercadistas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e ficou entre as 5 marcas mais lembradas do Brasil (pesquisa realizada pela Revista Supermercado Moderno)

AGAS - PRÊMIO ESPECIAL DE RECONHECIMENTO, recebeu em 1993 uma homenagem da diretoria da AGAS, por sua contribuição para o desenvolvimento do auto-serviço do sul do país.

AGAS - TROFÉU CARRINHO DE OURO, 1996, como melhor fornecedor de alimentos e 1999, como destaque na convenção gaúcha de supermercados, como consequência dos excelentes serviços prestados.

MIX DE MARCAS / REVISTA ACATS - Prêmio que recebeu em 1995/1996, como a marca mais vendida nos supermercados catarinenses, no ramo de massas e biscoitos”.

Em abril de 1996, foi a primeira e continua sendo a única empresa no Brasil, do ramo de massas e biscoitos, a receber a certificação ISO 9002.

3.2 O PROBLEMA DAS INFORMAÇÕES ASSIMÉTRICAS NA EMPRESA ISABELA S/A

No mercado de produtos alimentícios, pode-se observar a existência de informações assimétricas, pois os produtores possuem mais informações acerca dos produtos do que os consumidores. Isto pode ser observado no segmento do mercado de massas e biscoitos, em que a empresa Isabela S/A Produtos Alimentícios atua.

Por isso é muito importante para o consumidor obter o máximo de informações possíveis sobre a qualidade do alimento que adquire, especialmente, saber diferenciar alimentos de melhor qualidade de alimentos de qualidade inferior.

² Disponível no site www.isabela.com.br/main/historico.htm

Esta é uma preocupação da empresa Isabela S/A que procura sinalizar os consumidores acerca dos seus produtos, com fins de esclarecer o consumidor e amenizar os problemas causados pela assimetria de informações.

Outra razão de a Isabela S/A sinalizar ao consumidor sobre a qualidade de seus produtos é para evitar desvios de eficiência do mercado em que atua, ou seja, evitar que empresas concorrentes vendam um produto de qualidade inferior, pelo mesmo preço do seu, com qualidade muito superior, o que ocasiona o problema da seleção adversa, “em que muitos produtos de baixa qualidade e poucos de alta são vendidos no mercado”.(Pindyck & Rubinfeld, 1999, p. 671).

Por isso, a Isabela desenvolve políticas de marketing que enfatizam e demonstram a qualidade e a reputação de seus produtos, bem como oferece garantias a seus revendedores (supermercados e distribuidores) e consumidores.

Um exemplo desta garantia consiste na troca de produtos com prazo de validade vencido e, ainda, se alguns produtos estiverem com problemas que sejam pertinentes a sua industrialização, a empresa troca e, em certos casos, bonifica com uma quantidade maior de produtos.

Outra forma que a empresa Isabela possui para sinalizar a qualidade de seus produtos é por meio da obtenção da certificação ISO 9002.

A sigla ISO é formada pelas iniciais de Organization for Standardization (Organização Internacional para Normalização Técnica). A ISO é um organismo das Nações Unidas que visa fixar normas técnicas essenciais no âmbito internacional, para evitar abusos econômicos ou tecnológicos dos países mais desenvolvidos. Assim, a proteção aos países menos desenvolvidos é proporcionada por intermédio de uma regra que vale para todos.

Portanto, a ISO 9000 consiste no conjunto de normas que orientam as empresas a se organizarem para garantir a qualidade de seus produtos e serviços e a comprovarem essa qualidade para seus clientes.

A certificação ISO é uma garantia da qualidade dos produtos Isabela tanto para consumidores internos quanto para consumidores externos, visto que a empresa exporta seus produtos para os países do Mercosul, ou seja, a certificação ISO 9000 atua como sinalização da qualidade, diminuindo o efeito das informações assimétricas dos consumidores externos.

Basicamente, a ISO série 9000 é composta de quatro normas (Rothery, 1993):

ISO 9000: Normas de Gestão da Qualidade e Garantia – Diretrizes para Seleção e Uso.

ISO 9001: Sistemas de Qualidade – Modelo de Garantia da Qualidade em Projetos/Desenvolvimento, Produção, Instalação e Assistência Técnica. A ISO 9001 destina-se a companhias que precisam assegurar a seus clientes que a conformidade às exigências especificadas é atendida por todo o ciclo, desde o projeto até a assistência técnica.

ISO 9002: Sistemas da Qualidade – Modelo para Garantia da Qualidade em Produção e Instalação; neste caso o que deve ser demonstrado é a capacidade do fornecedor na produção e instalação.

ISO 9003: Sistemas da Qualidade – Modelo para Garantia da Qualidade em Inspeção e Ensaio Finais. Na ISO 9003 é necessário demonstrar apenas a capacidade de inspeção e ensaio, em que o produto é fornecido por determinado fabricante em razão de dadas exigências.

ISO 9004: Gestão da Qualidade e Elementos do Sistema da Qualidade – Diretrizes para Serviços. Esta norma aplica-se a toda operação de serviços.

No caso de produtos alimentícios da empresa Isabela, estes se adequaram à norma ISO 9002, seguindo o seguinte cronograma³:

DEZEMBRO/1994 – Início do Processo

1995 – Implantação do Sistema de Qualidade

DEZEMBRO/1995 – Pré-Auditoria de Certificação (IBQN)

MARÇO/1996 – Auditoria de Certificação (IBQN)

DEZEMBRO/1996 – Auditoria de Manutenção do Sistema de Qualidade

ABRIL/1999 – Auditoria de Recertificação

Segundo Zorzi, a implantação da ISO 9002 trouxe inúmeros benefícios para a empresa, dentre os quais pode-se citar:

Benefícios aos clientes:

Maior confiança nos produtos da empresa;

Redução de custos;

Satisfação em relação aos produtos e serviços da empresa.

Benefício à Sociedade:

Atividade empresarial em condições de competir no mercado nacional e internacional, contribuindo para o desenvolvimento do país e beneficiando toda a sociedade.

Benefícios à Empresa:

Normatização dos métodos e processos em todas as áreas;

Melhoria na qualidade da matéria-prima, material secundário e material de embalagem adquiridos;

Melhoria na qualidade do produto;

Enquadramento dos produtos às normas técnicas (padronização);

Qualificação dos colaboradores a partir da intensificação dos treinamentos;

Facilidade no treinamento dos colaboradores, especialmente os novos funcionários;

Melhoria no relacionamento entre setores;

Redução de custos;

³ Informações enviadas via fax pela funcionária da empresa Isabela S/A, Sra. Ramona Zorzi, a 20 de nov. de 2000.

Maior competitividade;
Maior satisfação do cliente;
Maior participação no mercado;
Melhoria da qualidade e produtividade da empresa.

A implantação da ISO 9002 também trouxe resultados positivos no que tange ao problema de informações assimétricas entre empresa e funcionários, ou seja, contribuiu para que os funcionários tivessem mais informações acerca dos objetivos da empresa e acerca das funções relativas a seu cargo. Além deste, a implantação da ISO trouxe os seguintes benefícios para os funcionários:

Trabalho mais organizado, mais fácil e com menos risco de acidentes;
Melhoria no relacionamento entre setores;
Maior desenvolvimento individual e, portanto, melhor desempenho;
Facilitação do treinamento;
Melhores condições para acompanhar e controlar os processos;
Melhoria da qualidade e produtividade;

A vantagem de trabalhar numa empresa: progressista, sólida, que gera oportunidades de crescimento e reconhecida pelo mercado;

Despertou o orgulho de trabalhar na Isabela;
Melhor ambiente de trabalho.

Como podemos perceber, a implantação da ISO 9002 na Isabela S/A trouxe benefícios que melhoraram significativamente o problema das informações assimétricas entre os consumidores e os produtores, pois, além de sinalizar a qualidade de seus produtos, melhorou a reputação da empresa no mercado nacional e internacional.

4 CONCLUSÕES

O presente trabalho baseou-se nos conceitos de mercado com informações assimétricas, num segmento de mercado específico, que corresponde ao segmento de produtos alimentícios – massas e biscoitos.

Pode-se perceber o quanto o problema de assimetria de informações entre produtores e consumidores afeta o equilíbrio deste mercado, prejudicando principalmente os produtores de produtos de melhor qualidade.

Usando-se os conceitos de mercado com informações assimétricas na Isabela S/A Produtos Alimentícios, uma empresa de qualidade reconhecida, percebeu-se que o problema pode ser solucionado por meio da emissão de sinais de qualidade.

A Isabela S/A sinaliza qualidade em seus produtos por meio de garantias e, especialmente pela certificação ISO 9002. Assim, a ISO 9002 corresponde a uma garantia para o consumidor interno e externo em relação aos produtos Isabela, que

possuem qualidade comprovada.

No entanto, a pesquisadora reconhece que, para uma análise mais profunda, trabalhos futuros serão pertinentes, especialmente mensurando quantitativamente os resultados obtidos através da certificação, bem como, o quanto a certificação influenciou na demanda dos produtos Isabela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ISABELA S/A Produtos Alimentícios. Apresenta textos com dados da empresa. Disponível em: <<http://www.isabela.com.br>>. Acesso em: 21 de nov. 2000.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

ROTHERY, Brian. **ISO 9000**. São Paulo: Makron Books, 1993.

ZORZI, Ramona. Relatório sobre a implantação da ISO 9002 na empresa Isabela S/A Produtos Alimentícios. Relatórios enviados via fax em 20 de nov. de 2000. Não publicado.

ABSTRACT

In this paper it is made an attempt to use the concept of asymmetric information referred to in the work of Pyndyck and Rubinfeld (1999) in the food market, more specifically, this concept is applied in the company named Isabela S/A Produtos Alimentícios. The food market is characterized by the existence of asymmetric information between producers and consumers, considering that the first obtain more information about the quality of the products. In order to minimize the effects of this asymmetry, it is made a concession of warranties and the attainment of certification. In the case of Isabela S/A, the company has obtained the ISO 9002 certification, through which gains good reputation and exhibits quality to the consumers.

Key words: Asymmetric information, food market, exhibit quality to consumers, warranties, ISO 9002 certification

0 0 0 0 0 0 0 0

0

0

SEGUROS: A SELEÇÃO ADVERSA E O RISCO MORAL NOS SEGUROS SAÚDE NO BRASIL

CÁSSIO ROBIN PORTES

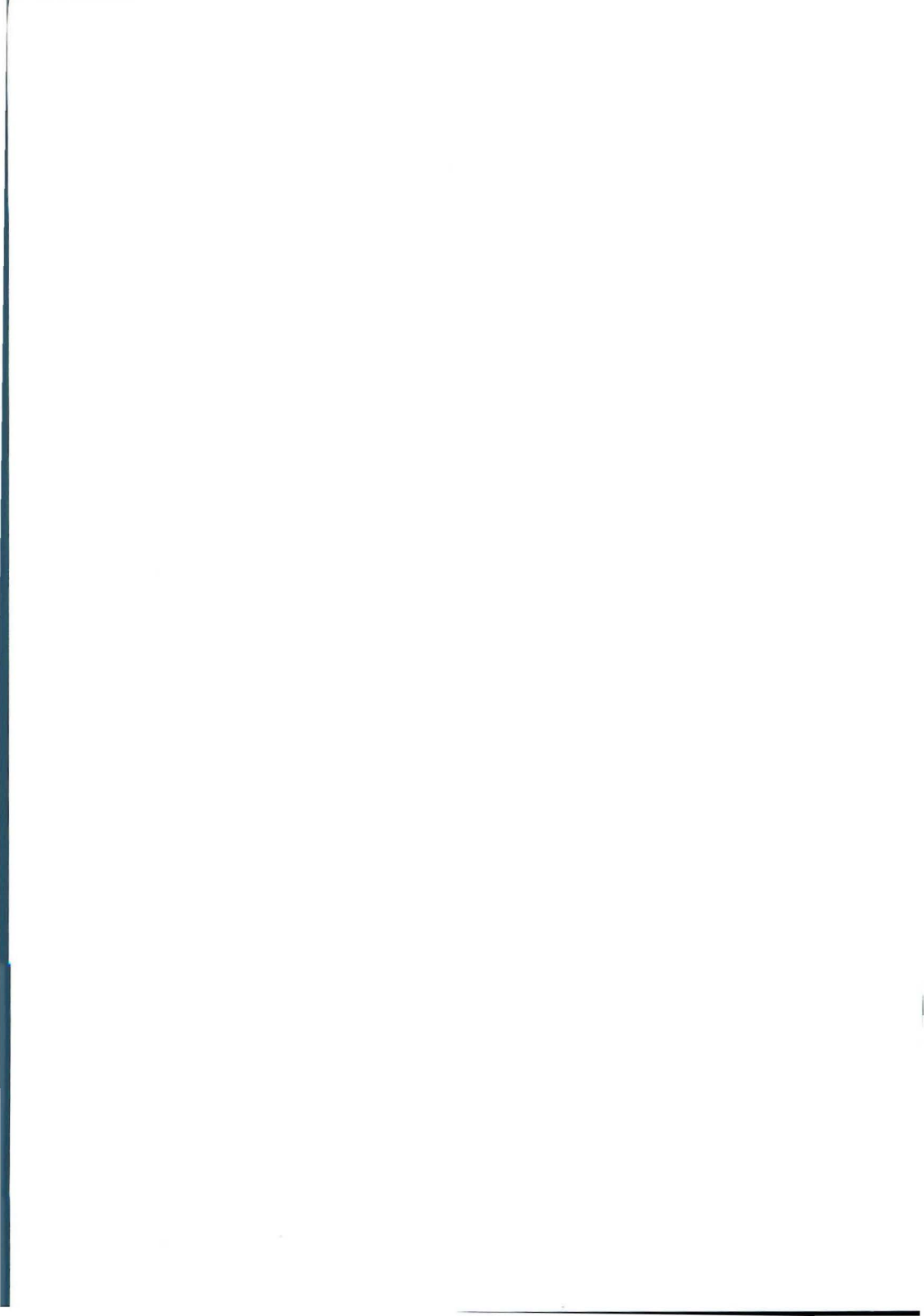
Graduado em Ciências Econômicas, pela FACE de União da Vitória. Pós-Graduado em Administração Empresarial, pela UFPR/FACE. Mestrando em Economia Industrial, pela UFSC/FACE. Professor do Departamento de



RESUMO

Neste estudo pautado em indicadores de desenvolvimento social, realizamos uma abordagem sobre a saúde, mais exatamente relacionada ao seguro-saúde, após a aprovação junto ao Congresso Nacional da Lei 9656/98, que regulamentou os seguros/planos de saúde no Brasil, e criou um organismo oficial – Agência Nacional de Saúde (A.N.S.) - para fiscalizar as empresas, e proporcionar aos segurados um instrumento de apoio e garantia de seus direitos. O segmento do seguro saúde, por muitos anos, foi assunto polêmico, estando constantemente na mídia, destacando-se geralmente nas notícias, problemas de atendimentos e coberturas ocasionados por contratos unilaterais, em que às seguradoras estavam reservados apenas os direitos.

Palavras-chave: Seguros - Saúde - Mudanças, Lei 9656/98 - Regulamentação.



1 INTRODUÇÃO

Foi publicada recente pesquisa pela revista VEJA, número 1756, de novembro de 2000, cujo objetivo foi abordar os principais motivos de inquietação do brasileiro, em relação à sua situação de vida presente e em relação ao futuro. Destacou-se em ordem de maior grau de importância o desemprego, saúde, segurança e futuro dos filhos.

Abordaremos o segundo item, entre os relacionados com maior grau de preocupação da população, que é a saúde.

A Constituição brasileira, em seu artigo número 316, já menciona que a saúde é um dever do Estado e um direito do cidadão. Porém, a maioria dos brasileiros amarga diariamente com a qualidade do serviço prestado pelo governo neste setor, que deixa muito a desejar, ficando a níveis de terceiro mundo a quantidade e qualidade de investimentos no setor, embora a arrecadação para a previdência e saúde esteja aumentando ano a ano.

Em um primeiro momento, aborda-se a dificuldade do brasileiro em conseguir assistência médica, principalmente as pessoas com idade acima de 60 anos e de menor renda, já que o governo não faz sua parte, e os custos da medicina particular são muito elevados, dificultando a entrada da massa populacional neste setor.

Num segundo momento, será abordado o porquê dos custos dos seguro saúde serem tão elevados. Resultado da informação assimétrica que representa influente papel neste ramo, e da seleção adversa que os seguros saúde adotam, principalmente após a regulamentação dos planos de saúde (Lei 9656/98), que pelas modificações ocasionadas aos contratos antigos, e imposições feitas aos novos, dificulta ainda mais a aquisição do seguro saúde.

2 A SITUAÇÃO DO SEGURO SAÚDE NO BRASIL APÓS A LEI 9.656/98

Dentre os quesitos imprescindíveis para determinar a qualidade de vida de uma população, além da renda, deve-se considerar o grau de cultura, estimativa de vida, assistência médica, entre outros.

Até o final da década de 70 e início de 80, o Estado era o grande patriarca. Os organismos e empresas estatais eram sinônimos de organização, competência e confiabilidade, e o Estado fazia seu papel fornecendo segurança, educação e assistência médica de qualidade.

Nos últimos 20 anos, a economia mundial teve mudanças profundas e de forma tão rápida como jamais visto, de forma que, o Brasil, acostumado em regime econômico estatal, com economia de mercado engatinhando, deparou-se despreparado, obsoleto e sem caixa para dar continuidade a assistência social necessária à população.

Atualmente, do total da população brasileira, 73,7% são assistidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e 26,3% são assistidos pelos planos e seguros saúde privados. Pergunta-se então: Por que apenas aproximadamente quarta parte da população tem assistência médica de primeira classe, e o restante da população fica à mercê do precário Sistema Único de Saúde?

A resposta pode ser apresentada levando-se em consideração os seguintes fatos:

- A maioria da população não consegue dispor da assistência de um plano ou seguro saúde, em virtude da função custo;
- Os elevados custos para pessoas a partir dos 60 anos de idade;
- A maior parte das empresas não contrata seguro saúde para os funcionários;
- Ainda não existe uma cultura formada por grande parte da população neste sentido.
- Os altos custos da medicina praticados no Brasil.

Mesmo assim, o mercado segurador ligado à saúde é o que apresentaram maior crescimento no Brasil, perdendo apenas para o mercado de seguro de automóveis, chegando a movimentar perto de US\$ 20 bilhões anuais.

Entretanto, o fator preponderante, além da renda, são os altos custos praticados pelas empresas de saúde. Tomando-se por base os seguros saúde contratados pelas empresas (que são mais baratos em função do maior número de pessoas em um mesmo contrato, eliminando desta forma a seleção adversa), os custos chegam em média de R\$800,00/ano por usuário, valor considerado alto em função da renda média do trabalhador brasileiro.

É possível então trazer à tona outra questão: Por que os planos/seguro saúde são tão elevados, principalmente para as pessoas com idade superior a 60 anos ou com alguma doença pré diagnosticada, se em muitos casos a estrutura hospitalar utilizada para dar assistência aos seus usuários é pública ou de caráter beneficente?

Para enfocarmos este estudo é necessário voltar ao ano de 1998, quando foi editada a lei 9.656/98, que regulamentou os planos de saúde.

Até aquela data, os usuários ficavam totalmente à mercê da boa vontade dos contratos das seguradoras, impondo limites de utilização, deixando inúmeros procedimentos sem cobertura, principalmente aqueles relacionados a doenças pré-existentes. Facultava-se o direito de aceitar ou excluir usuários, acréscimo nas mensalidades que variavam de 100 a 400% quando a pessoa completava 55 anos e dificilmente aceitavam-se usuários com mais de 75 anos de idade. Evidentemente que todos estes mecanismos de defesa adotados visavam à proteção da empresa seguradora, partindo-se do pressuposto de que as pessoas geralmente procuram contratar um seguro-saúde, quando são conhecedoras que possuem alguma doença, aumentando demasiadamente o risco para as seguradoras, quando o ideal para elas seria que a sua carteira fosse formada por pessoas saudáveis. A razão dessa forma de ação é explicada pela função da *informação assimétrica*.

Segundo Pindyck e Rubinfeld, (1999, p.757) a "*Informação Assimétrica*" é a situação na qual o comprador e o vendedor têm informações diferentes a respeito da transação a respeito".

Interpretando o conceito de informação assimétrica, diríamos que o comprador do seguro saúde é que possui o conhecimento real de sua saúde, e a empresa seguradora (vendedor) é quem possui maior conhecimento sobre o contrato de seguro, formando assim *assimetrias de informações* entre as partes.

As seguradoras trabalham, então, com a *seleção adversa*. As pessoas com mais idade possuem um histórico de risco maior. Juntamente com aquelas portadoras de algum problema de saúde são as mais propensas a procurar um seguro, fazendo com que as empresas seguradoras majorem seus preços, afastando, desta maneira, as pessoas sadias e de baixo risco, ficando suas carteiras com a maior proporção de pessoas com problemas de saúde.

Segundo Pindyck e Rubinfeld, (1999, p.762) a "*Seleção Adversa*" é a forma de imperfeição de mercado resultante de informação assimétrica".

Segundo este conceito, as seguradoras trabalham com a hipótese de que as pessoas ao procurarem adquirir um seguro saúde, o fazem pelo motivo de já possuírem algum tipo de doença.

Após a edição da Lei 9656/98 as empresas seguradoras depararam-se com o seguinte problema: As empresas seguradoras, a partir de 1º de janeiro de 1999, deverão garantir assistência médica aos seus segurados, sem distinção. Ou seja, as seguradoras não poderão mais limitar usos (exames de alto custo, internação hospitalar, diárias em Unidade de Terapia Intensiva, U.T.I.), selecionar usuários (pessoas portadoras de H.I.V. ou com problemas psiquiátricos), punir usuários acima de 65 anos e ainda proibidas de reajustar preços por mudança de faixa etária aos usuários com mais de 60 anos e com mais de 10 anos de contribuições junto às seguradoras ou aplicar demais restrições, uma vez que passaram a ser monitoradas pela Agência Nacional de Saúde, A.N.S.

A verdade é que estas pessoas com problemas graves de saúde não eram

aceitas por nenhuma seguradora e quem ficava com a obrigação de atendê-las era o governo, que agora repassava o atendimento para a iniciativa privada.

Como as seguradoras reagiram a esta nova situação? Como monitorar o segurado se ele não tem mais limites de uso? Como evitar o abuso médico? Como manter a lucratividade diante da possibilidade de ver sua carteira com altos níveis de ingressos de pessoas doentes? Ficou demasiadamente eminente o *risco moral*, o que poderia resultar aumento significativo de custos, deixando de ser o seguro-saúde um negócio interessante.

Pindyck e Rubinfeld (1999, p.762), caracterizam a existência do "*Risco Moral*" quando a parte segurada contra a eventualidade de um certo fato pode afetar a probabilidade ou magnitude deste fato".

O *risco moral* decorre do fato de que a pessoa, ao realizar um contrato de seguro, em virtude da cobertura adquirida, pode deixar de tomar certos cuidados, aumentando a probabilidade de riscos, contra a saúde ou patrimônio.

A primeira reação, evidentemente, foi o aumento do custo do seguro. A segunda alternativa foi a implantação de um seguro saúde "participativo". Ou seja, a exemplo do seguro de automóveis, o usuário estaria sujeito a uma espécie de "franquia". Cada vez que o usuário procurasse um médico, a companhia seguradora cobraria um determinado valor percentual que varia de 20% a 50% por procedimento realizado, exceto quando de internação hospitalar. As companhias seguradoras também conseguiram dois adendos à referida Lei, que visam salvaguardar os seguros-saúde. O primeiro instituiu uma espécie de penalidade pecuniária àquele usuário que comprovadamente praticasse abusos no uso de seu contrato. Estes usuários, na época do reajuste de mensalidade, sofreriam um reajuste maior, autorizado previamente pela A. N. S.

O segundo adendo foi a imposição de carências para uso dos contratos. Aqueles usuários que comprovadamente sejam portadores de algum problema de saúde, só terão direito a tratamento da doença pré-existente, após 24 meses de permanência no contrato.

Após muita agitação, o mercado ajustou-se às novas normas. Realmente, a forma de seguro que tende a predominar no mercado é o participativo, uma vez que traz maior margem de segurança para as companhias seguradoras, por abranger as duas pontas do seu contrato - coibir o abuso por parte do usuário e este passa a ser um guardião do seu contrato contra possíveis abusos médicos, já que cada procedimento realizado tem um custo para o segurado, que é a participação ou franquia.

Para os segurados optantes por esta forma de seguro fica o ônus dos custos, porém a sua recompensa é um valor mensal mais baixo, em relação àqueles segurados que optaram pela modalidade de seguro sem participação. Esta categoria tem os custos mensais majorados, já que seus contratos não estão sujeitos a franquia ou participação. De certa forma, grande conquista cabe à população. A

partir da regulamentação dos planos de saúde, passou a existir um mercado moralizado e fiscalizado, tendo os segurados maior garantia de que irão receber pelo que estão contribuindo.

Para as seguradoras também foi um momento de aprendizado e aperfeiçoamento. De uma forma de trabalho norteada pelo sistema de seleção adversa à uma situação de risco moral, as empresas demonstraram grande habilidade em adaptação e reestruturação, tornando o mercado de seguro-saúde como o produto com maior tendência de crescimento de receitas nos próximos anos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na questão do tema abordado, referente a seguro-saúde, podem-se visualizar duas situações distintas.

Temos um primeiro momento, em que a situação focaliza a forma como as companhias de seguro classificam seus custos e seus preços com base na seleção adversa, em que se presume que as pessoas quando procuram contratar um seguro saúde, já são conhecedoras que possuem algum tipo de doença.

As seguradoras também esbarram na dificuldade de majoração de custos para as pessoas, com mais de 60 anos de idade, pois estatisticamente é comprovado que as pessoas, nesta faixa, etária são mais propensas a ter problemas de saúde.

Em função da seleção adversa, e da majoração dos preços para as pessoas de mais idade, os custos acabam ficando elevados, inclusive para os mais jovens, dificultando o acesso dessas pessoas supostamente de menor risco, nas carteiras dos seguros-saúde.

No segundo momento, enfoca-se exclusivamente o problema brasileiro relacionado à saúde, em que o governo, incapacitado de promover a assistência médica à população, editou Lei 9.656/98, passando à iniciativa privada o seu compromisso com a saúde, eliminando, dessa forma, a seleção adversa, porém criou para as seguradoras o problema do risco moral de seus usuários, pois, pela interpretação da referida Lei, as seguradoras não poderiam impor limites de uso aos seu clientes.

O tema focado, então, demonstra as estratégias utilizadas pelas empresas seguradoras brasileiras em adaptar-se a situações inusitadas, de forma a garantir a saúde financeira das entidades, e manter o mercado do seguro-saúde rentável.

De fato, a capacidade de adaptação, associada aos *lobbies* formados para pressionar o Congresso Nacional, para a aprovação de adendos importantes, garantiram a continuidade das empresas de seguro saúde e formaram o segundo mercado de seguros que mais cresce no Brasil.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Liège; CALAIS, Alexandre; FERNANDES, Maria Cristina. Congresso põe saúde da classe média em xeque. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, p.8, 22 set. 1997.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1999.

ROSA, Maria Alice. Consumidores barram projeto de plano de saúde. **Industria e Comércio**, Curitiba, p.6, 22 abr. 1996.

SILVA, Altair. Acompanhe as mudanças nos planos de saúde. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p.6, 06 out. 1997.

TREVISAN JÚNIOR, Paulo . Empresas escolhem mal planos de saúde. **Gazeta Mercantil**, São Paulo. p.5. 20 jul. 1997.

_____. Empresas começam a rever planos de saúde. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.1, 13 ago. 1997.

ABSTRACT

In this study we have made an approach to health, more specifically health insurance, after the approval of the National Congress with the law 9656/98, that ruled the private health insurance in Brazil, and created an official organ – Agência Nacional de Saúde (ANS) – to verify the companies and provide a supportive instrument to the users and also to guarantee their rights. The segment of health insurance has been a polemical subject for many years, appearing constantly in the media because of problems in coverage, provoked by unilateral contracts in which the health insurance companies had all the rights.

Key words: Security, health, law 9656/98-regulation.



ENSAIO



O PODER DE UM CORONEL

Amadeu de Paula e Souza

Acadêmico do Curso de História, FAFI/UVA.



Lembramo-nos bem do nome, Gustavo Barroso.

Éramos bem moços e já admirávamos nossos antepassados pelo que fizeram pelo Paraná e por sua conduta reta que sabíamos terem tido. Quando Gustavo escreveu na Revista O Cruzeiro, chamando opressor a um deles, (o que sabíamos, com certeza, não ser) evidenciando haver esta atribuição sido dada somente POR TER ELE O TÍTULO DE **CORONEL**, de imediato, ocorreu que, escrevemo-lhes. Ele respondeu, queixou-se de falta de fontes sobre o assunto e retificou seu artigo. (BARROSO, 1948)

Achamo-lo um grande homem, por nos dar tanta atenção.

Com o passar dos anos, fomos apegando-nos mais e mais à história. Outras vezes, encontramos textos semelhantes, parecendo castigar a quem fosse Coronel. E, nós, que sabíamos bem da morte de nosso avô e que ele fora grande na navegação, reto, mas que, falecido, não podia defender-se, juntamos certos dados, sem saber bem por que o fazíamos e fomos escrevendo, sempre, sobre a tradição e sobre vários documentos de família.

Nesta ânsia de elucidar, por meio dos dados, coletados de narrativas de familiares, participantes diretos do palco da Guerra do Contestado, ainda de outros dados com fotos, cartas, existe o objetivo de apresentar o que se sabe da verdade. Foi então que surgiu o fascínio de estudar "História". Isto nos levou a prestar vestibular no curso específico da FAFI, União da Vitória.

Hoje, apareceu-nos a oportunidade de apresentar um trabalho. Está sob a forma de artigo, devido ser **pequena** parte do todo de outra obra mais extensa. Este artigo teve, entre muitas fontes daquela obra, principalmente, dois documentos de Amadeu de Paula e Souza: **Um Tiro na Testa e Injustiça no Contestado** (a serem publicados).

Quer-se demonstrar que a autoridade de um coronel é pequena, se comparada ao poder econômico de um complexo como Lumber/Brazil Railway e que este complexo nunca se mancomunaria com um coronel, pelo contrário.

OLHAI AS AVES...

O poder, para ser avaliado, deve estar integrado a uma hierarquia, e conforme a abrangência de sua atuação.

Sua força depende da área, da autoridade, capacidade de liderança frente a

qualquer receptor e da legalidade.

A **águia**, pela sua imponência e grandiosidade, salienta mais o seu “poder” de voar do que o humilde **tico-tico**.

O **gavião**, pela sua formação e recursos biológicos, vence, com este poder, os pássaros parados nos ninhos... capta-lhes e ingere os ovos, mas, ao voar, procurando as alturas, repentinamente, é alcançado pela presa que para ele perdera os ovos e ninhada... contraste. Neste ocaso do poder gaviônico, o mando passa ao oprimido, que, com seu “poder” mais rápido de velocidade imprimido pelas velozes asas, alcança maior altitude. Sua natureza se inflama. Em instantes, perpendiculariza seu vôo, e, pequenino, bicando o gavião, faz com que o poder deste seja humilhado. Restam, ao gavião, pios desesperados... Voltando rápido às alturas, sucessivamente, e, de novo, o pequeno pássaro ocasiona, em vôos a pique, ora razantes, ao gavião, outros sentidos lamentos do predador covarde.

Quem não assistiu ao menos uma vez ao espetáculo?

À PROCURA DE UM CÓDIGO E DE QUEM O DEFENDA

No cotidiano dos homens é comum, atualmente, pela imprensa escrita e falada, ser atribuída uma conotação político-econômica negativa a um Coronel e a todo e qualquer tipo de pessoa que cometa opressão, apropriação indébita, marcante e não punida, influência consumada a injustiçados, ou, ação bélica ilegal, mas, vitoriosa, contra propriedades ou movimentos legais.

Coronel, posto hierárquico criado com determinada finalidade, posto de precursores do advento da Guarda Nacional, e existe em vários países, salvaguardando suas características. Tecemos aqui, resumidos apanhados de acontecimentos que, no Brasil, determinaram sua criação.

Durante o governo do então príncipe regente, Dom João, depois nosso Rei, foi, instituído a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

No período pós-napoleônico (e D. João viera afugentado por aquela guerra), ainda se mantinham leis e ordem.

Bem mais tarde, com a revolução DO PORTO, no país lusitano, porém, (1820) foram, lá, convocadas as Cortes. Elas comandavam Portugal, e secularmente, embora inertes, passaram (com o citado conflito) a dirigir o recém-criado Reino Unido.

A convocação da Guarda Nacional foi motivada pela necessidade urgente de estabelecer uma Constituição. (ENCICLOPÉDIA do Estudante, 1974, p. 726)

Os reflexos dessas atitudes das Cortes, no Brasil, fizeram-se sentir antes e após a Independência.

Brasil dependente: antes da Independência, as determinações da

constituente eram **amorfas** para nós. Isto por atenderem complexos de três diferentes partes do reino, cada uma com seus regionalismos. Se amorfas eram, às vésperas da Independência, com a volta de D. João VI, em 1821, as determinações constituintes, mais **sem** forma se fizeram, a seguir. Efetivamente, quando as Cortes quiseram restabelecer, no Brasil, um retorno ao colonialismo, chamando o príncipe a Portugal, isto marcou, havendo, aqui, reação regionalista. O líder José Bonifácio manifestou-se pela não-ida do Príncipe Regente, o que ocasionou o “Fico”.

Esse gesto, manifestado solidariamente por outros patriotas, ocasionou, paralelamente, a convocação da “Assembléia Constituinte”. Era 3 de junho de 1822.

A par de problemas políticos Brasil X Portugal havia os sociológicos, a esta altura, brasileiros X portugueses.

De início, até nascidos em Portugal eram de uma mesma pátria. Exemplo disso é notado no artifice, comandante Almirante Barroso que nos levou à vitória, na batalha do Riachuelo. Dele se diz, Almirante **Brasileiro**, nascido em Lisboa, aos 23 de setembro de 1804.

As transformações contadas pela história vão-se sucedendo. No abordado período (1822), os sucessos estavam em disparidade. Obviamente as Cortes, em Portugal, não aceitavam a Assembléia Constituinte pátria. (ENCICLOPÉDIA do Estudante, 1974, p. 727).

A preocupação maior dos brasileiros, era, evidentemente, a elaboração de uma Constituição. **Reflexos no Brasil Independente:** meses após, com a Independência, com sua ideologia, com a tentativa de sua afirmação e, depois, na sua seqüência, a situação continuava **amorfa**.

D. Pedro, desde seu primeiro dia de governo, iniciou a elaborar determinações contrárias a toda e qualquer medida anterior, considerada despótica. A lei estava sobrepujando o prepotencialismo das autoridades. (POMBO, 1967, p. 311,312).

A par das medidas sociopolíticas havia as econômicas. Embora, inicialmente, com estímulos, como a formação interna de colônias (Nova Friburgo, etc.) que não foram seguidas com “perseverança”, tenha ocasionado o “desenvolvimento da receita pública”, (POMBO, 1967, p. 311,312) conclui-se, paralelamente, que havia desordem da escrituração do tesouro.

Analisando a sucessão dos movimentos históricos brasileiros de antanho, observamos um crescente descontrole, inclusive da economia. Leis não seguidas, incompletas outras, aparecendo improvisações e anárquicos contingenciamentos. Com isto, a situação foi exigindo, gradativamente, ajuda à receita.

Em 1824, foi feito grande “empréstimo externo” (POMBO, 1967, p. 313).

Outro aspecto que demonstra a falta de bases do regime constitucional é aquele marcado, tempos depois, por várias insurreições. Elas eram de difícil controle governamental. É neste aspecto militar que enfatizamos uma crescente necessidade constitucional, verificada nas historiografias.

Nosso objetivo não é historiar o Brasil. Ele foi incomparavelmente historiado por tantos mestres. É, isto sim, elaborar, no contexto, uma evidente necessidade de observar um Brasil necessitado de um código, de uma constituição, de um verdadeiro regime constitucional.

A relativa acefalia constitucional refletiu-se no aspecto militar a que nos referimos.

A impotência governamental se fez sentir em muitas regiões pátrias.

Nas “províncias do norte havia ódio e constantes motins”... e notamos, ainda, que o próprio “Partido Português” apresentava incontrolável “ostentação de força”.

No Pará, os liberais conseguiram adesão de parte da tropa, e, com manifestações ostensivas, exigiram a destituição do presidente provincial e autoridade militar. O delegado do imperador se refugiou “em um dos navios de guerra”.

No sul, igualmente, os rebelados conseguiram a “deposição do presidente da província e do comandante das armas”. (POMBO, 1967, p. 313-328, passim). Brasil afora, inúmeros historiadores relatam insurreições, como em Sergipe, Paraíba, etc. Isto sensibilizava muitos líderes, até que depois da abdicação e durante a regência (após estes muitos anos de tentativas), vislumbrou-se o verdadeiro caminho. Ele foi definido.

Largamente estudado, nomearam-se Regentes Lima e Silva, Costa Carvalho e João Bráulio Muniz, aparecendo a confiança na reforma do código.

Os líderes, mudando e aperfeiçoando, tanto a segurança do estado, quanto códigos punitivos e (ou) estruturais obsoletos (como códigos dos corpos de **Milícias**, etc.) forjaram “as bases da reforma da Constituição”, apresentada por “três membros à Câmara”.

Naquele momento histórico, importante para o Brasil, necessitando da Constituição e de quem a garantisse, estava ela criada com critérios e bases sólidas. Efetivamente, em substituição às milícias e em novos modelos, firmou-se a: **GUARDA NACIONAL** (POMBO, 1967, p. 329, 330 passim)

Os postos hierárquicos da Guarda Nacional, com que contou depois Diogo Feijó, para auxiliá-lo na observância das leis; eram aqueles que aparecem nas forças armadas, culminando com o de **CORONEL**.

A sátira ao título, como de início citamos, é infundada. Se houve em nossa história homens que, através de seus cargos, oprimiram, **outros** colegas seus foram corretos.

O abuso do poder, por muitos, foi tentado, em muitos setores. Nem por isso pode-se castigar a classe inteira. Se um ou vários clérigos cometeram desmandos, não se pode generalizar clérigo como um homem que, obrigatoriamente, vá desmandar. Bem assim, se baseados em juízes que cometeram injustiças, não venhamos nós, principalmente historiadores, a generalizar “juízes”, como termo significativo de pessoas que cometem injustiça, na própria justiça.

Coronel houve que oprimiu, com abuso de poder. Coronel houve, que, todavia, respeitou condignamente seus semelhantes e seu juramento à Guarda Nacional.

“Respeitou seu juramento à Guarda Nacional. Quem, quando?”

Em nosso querido Paraná teve fim o sonho dos federalistas. Sonho bom ou mau, aqui não é o caso. Quando do Cerco da Lapa, o General Antônio Ernesto Gomes Carneiro sustou, por 28 dias, a marcha revolucionária, acabando com seu sonho, necessitou de homens cumpridores do dever. Eles se transformaram em heróis. A par dos militares de carreira, estavam homens que juraram defender a ordem constitucional, pela Guarda Nacional. Cumpriram seu juramento e muitos tombaram lutando. Na heróica terra lapeana, não foram menos heróicos os comandados e comandantes da Guarda Nacional (ao lado de Carneiro ou de Joaquim Lacerda). (CARNEIRO, 1983, p. 102, 103, passim). Entre os desta “Guarda”, estavam, afora outros, os pertencentes às seguintes corporações: “13º de Cavalaria sob o comando do Cel. João Pacheco dos Santos Lima, tendo um dos comandados, o Cap. Firmiano Nunes Ferreira, o 18º de Infantaria, sob o comando de Rosendo Marcondes, Bt. de Reserva da Guarda Nacional, sob Domingues Garcia” (CARNEIRO, 1983, p. 134-264).

No território Contestado, na guerra contra os fanáticos, os vaqueanos eram, geralmente, elementos da Guarda Nacional. Esta campanha, já, uns 20 anos após a Revolução Federalista, foi, assim, multiabrangente, entre militares e a Guarda Nacional, unidos.

Segundo Alcibíades Miranda, grande militar incorporado às forças do General Setembrino, o “Coronel Leocádio Pacheco”, junto a seus 148 vaqueanos, todos sob o comando do então Capitão Potiguara (do Exército)” foi “ferido no ventre” e faleceu a 04 de abril de 1915, quando já combatiam na região, para tomar o “Reduto de S. Maria”. (MIRANDA, 1995).

De entrevista com seu neto Lutércio (informação verbal), sabe-se que a testa do Coronel Leocádio, e não o ventre, recebera o tiro, e, que o coronel formara seu pelotão a suas expensas, para, com seus vaqueanos conhecedores do mato, ajudar a destroçar aqueles que ameaçavam a ordem.

Foi mais um herói, Coronel da Guarda Nacional, que deixou seu sangue avermelhando um pedaço de terra, então, sob o domínio político paranaense, à procura da legalidade e obediência à Constituição, contra os que a estavam a ferir.

Esta posição de oficiais da Guarda Nacional se fez sentir, tanto no Império quanto na República, como vimos, mas, os cargos que tinham, deviam sempre seguir a hierarquia própria e isto impunha muitos deveres e tempo. Com a frustrada intenção de Pedro II de priorizar a Guarda Nacional” como exército, quando, segundo Rui Barbosa, armá-la-ia com artilharia “Krupp” (SAGA, 1981, p. 12), a Guarda foi-se diluindo em poder, com o passar do tempo. Todavia, não deixaram de juramentar seus oficiais.

O historiador Cleto da Silva relata que, ainda a 28 de dezembro de 1911,

foram juramentados oficiais em União da Vitória, “para a Guarda Nacional” destinados ao “24º de Cavalaria” (SILVA, Separata do Boletim XXX ISNT. Hist. Geografia e Etnografia Paranaense, ...)

Embora historiadores mostrem alguns componentes da Guarda Nacional lutando junto a fanáticos, isso não desmerece, obviamente, os outros bons brasileiros da Guarda Nacional, que cumpriam seu dever.

CORONEL - CARGO DE UM PLENIPOTENCIÁRIO?

O termo coronel é conotado, por vezes, com o sentido de quem usa indevidamente o poder. Teria sido ele um possuidor de posto que lhe dá plenos poderes, inclusive de enriquecimento ilícito para uso próprio?

É como se, olhando um Deputado que, usando indevidamente sua imunidade, dela abusasse, com influência, desviando erários para enriquecimento próprio e depois, com Comissão Parlamentar de Inquérito (C.P.I.) fosse punido, mas, assim mesmo e apesar da punição, chamássemos, “Deputado”, a todos e quaisquer cidadãos que desviassem erários. (Como aspas usam em, “Coronéis”).

O poder de um Coronel não era tão amplo quanto as leituras levam a supor. O Paraná, naquele tempo, sempre se empenhou pelo seu desmembramento da Capitania de São Paulo: no intuito de ter um governo próprio.

O “Coronel Correia Júnior não era Militar de Carreira, mas, pertencia à Guarda Nacional”, e, segundo Ruy Christovam Wachowicz (WACHOWICZ. 1995, p. 114), dotou de armamentos até “um batalhão, às próprias custas, pró-governo, em 1842”. Embora com toda sua influência, tentou, politicamente, “no Rio de Janeiro”, a emancipação da nossa Comarca, no que não foi atendido. Influência aparente, frustrada, de um Coronel da Guarda Nacional.

Cabe aqui uma interessante observação do eminente Presidente da Academia Paranaense de Letras, Prof. Dr. Túlio Vargas que, em gentil resposta a nossa pergunta, indicou-nos o caminho para saber o número da Comarca, cuja emancipação se pretendia. Embora, obviamente, ele, com sua intelectualidade o soubesse, indicou-nos a fonte, através da qual, com Luiz Romaguera Netto, ouvimos a resposta. Quer o Dr. Túlio que os paranaenses não continuem, como tem acontecido em muitíssimos trabalhos, a trocar o dado verdadeiro da Comarca, erro resultante de omissão de informes, pelos paulistas.

Efetivamente, trata-se, não da 5ª Comarca, mas da 10ª Comarca (ROMAGUERA NETTO, 1998, p. 138)

Observação: O governo imperial, apesar de lutas parlamentares, coronéis, etc., só depois de algumas dezenas de anos, criou a província e fê-lo por motivos internacionais.

Um poder bem maior “**prescinde**” de outro menor.

Quando a ferrovia estava prestes a cruzar o território, então politicamente paranaense, abrangido pelas localidades de Jararaca, Santa Leocádia, Paciência, Marcílio Dias, etc., e, ao procurar entroncamento para ligação litorânea, ia sempre cortando propriedades.

Uma pergunta de julgamento pueril pode ser feita, para satisfazer a quem toma apenas um lado na questão da Guerra do Contestado:

- A ferrovia, cruzando este território de pouquíssima densidade populacional, cortava apenas pequenas propriedades, de pequenos escolhidos proprietários?

Completando, faremos outra pergunta:

- Estes pequenos proprietários foram os únicos prejudicados, e, por isto desencadearam a Guerra do Contestado?

O Coronel Arthur de Paula e Souza (da Guarda Nacional) era comerciante e fazendeiro que herdara bens em São Luís do Porunã e Curitiba. Havendo casado com Lina Gaisler, que também herdara em São Luís, venderam, o que herdaram, e vieram empregar o capital mais para o sul.

Arthur, empresário, empregou bem seu capital, em Triunfo, V. Palmyra e São Mateus, bem como na navegação. Mais tarde, ampliando, chegou a ter grande comércio em União da Vitória e parada para tropas. Possuindo, depois, quatro vapores, adquiriu a Fazenda Santa Leocádia, quase igualando seu patrimônio ao do Coronel Amazonas.

Era um coronel relativamente abastado.

De antigos documentos guardados por tradição familiar (Lucília, fal. e outros) e que, mais tarde, quando esta geração disto se apercebeu, transformaram-se em fontes importantes do acervo familiar. Há vários escritos e deles escolhemos trechos de dois, por se ligarem ao assunto que estamos abordando.

Lendo se revive e (e para aqueles que quiserem usá-los para uma análise sincera, interpretativa do poder econômico bem maior) é importante a passagem de um conturbado passado..., é só avaliar a angústia por que passava o Coronel diante do inevitável...

Estando ele já em Santa Leocádia, escreve:

Santa Leocádia, 30 de agosto de 1910

Ilmo. Sr. Dr. Angelo Guarinello Triunfo Caro Am^o Saudo-o e familia.

*Lhe esperei aqui conforme fallamos em S. Matheus, a turma da **exploração** já esta na divisa de fazenda, por isso si o A^o. tivesse de vir para ca seria bom pois quero [...] avisar-me com urgencia [...] assumpto queira com Eleonora aceitar recomendações nossas.*

D^e V^a

Clm^o C^r ao Jf^o (observação, não deu para percebermos o que transcrevemos no último termo como Jf^o, talvez seja Of^o, Ok^o, ou Dk^o). (Sic)

Em outra carta, vendo Arthur que o Dr. Angelo Guarinello não fora a sua fazenda de Santa Leocádia, cita mais o seguinte, sobre o traçado da ferrovia que se aproxima:

*Confirmando m/carta de 30 de Agosto e volto a s/presença [...] os Ingenheiros da locação já estão com o serviço aqui, alem dos heruaes que me estraga passa o traçado por duas invernadas dois potreiros e rente pellos Barbacoas e casa de morada assim como por dentro de minha lavoura, suponho que será preciso uma indenisação superior a [...] pois que preciso mudar tudo e fazer de novo ficando sempre com a fasenda desvalorizada pois que em dous pontos a **linha encosta no Iguasú** e deuide por essa forma a fasenda em diversos pedaços que **ficarão sem valor** uma ves desligada do resto do (todos os grifos inexistentes no original) [...] Fui hoje informado que vai se mudar o escriptorio para Curitiba [...] (SOUZA. Cartas Escolhidas. Iminente passagem ferrovia e destruindo bens da fazenda. Santa Leocádia. 1910, passim)*

O Dr. Angelo Guarinello, como esclare a carta, mudou-se para Curitiba, (note-se esta fonte de 1910).

Quem historia o Paraná sabe que ele, como advogado, alcançou renome, não só estadual, como além-Paraná, devido sua grande inteligência, honra e denodo. Tivemos a honra de conhecê-lo, lá pelos idos de 1949/53, quando residia, se não nos falha a memória, na Av. Vicente Machado.

O Coronel Arthur de Paula e Souza, segundo nosso pai, tinha muita confiança nele.

Nas correspondências ao Dr. Angelo Guarinello podem ser evidenciados vários aspectos socioeconômicos. Entre outros, chamou-nos a atenção, quando o Coronel (que embora de temperamento impulsivo, não tomou medidas drásticas) cita que a "linha (obs. nossa, trilhos, estrada) encosta no Iguasú", e por isto corta em pedaços sua fazenda, deduzimos que, à ferrovia não importava quem e o que estivesse pela frente.

Em trechos das correspondências, notamos a passagem dos trilhos sobre plantações, potreiros, rente a barbaquás, etc., demonstrando claramente que nada respeitava esta organização.

Nem sabiam seus responsáveis se passavam por um, dois, ou por dez proprietários. Isto demonstra serem inverídicas certas afirmações de um ou outro autor de que Coronel se mancomunava com a ferrovia e Farquhar.

Quando o Coronel Arthur se apercebeu, de fato, da surpresa, a medição já estava chegando, mesmo quando, pouco antes, estivera em São Mateus, bem próximo.

A prepotência, o maquiavelismo e o poder econômico, amparado por leis que o próprio beneficiado induzia, levaram-no, cego aos problemas que ocasionava a quem estivesse em sua frente...

E, onde estava o:

PODER DO CORONEL que estava em seu caminho? ...?

A avaliação matemática de diferenças de fortunas com os dados de Arthur (que temos) X ferrovia não cabem em um folheto, teríamos que checar junto a mini parcelas das várias ferrovias, mas, aqui, queremos, recuperado por VIARO, referenciar um filme da Lumber (VIARO, Museu Guido, 1987).

- Por que da Lumber, afinal?

- Não temos, por ventura, tratado nos parágrafos anteriores de ferrovia e do grande economista Farquhar?

Diz Nilson Thomé, abordando a construção da ferrovia que, em 1910, o grupo construtor dispendera ... 7.396.948.390 “no primeiro período” (THOMÉ, 1980, p. 94) e que “Neste tempo os trabalhos prosseguiram de Rio Negro para Três Barras, onde o Sindicato Farquhar criara uma nova subsidiária da Brasil Railway Company: a Souther Brazil Lumber Colonization Company” (THOMÉ, 1980, p. 94).

Esta empresa, pois, era do mesmo grupo. Afora estes bens, o mesmo empresário possuía muitos outros, no nosso e em outros países.

O filme citado nas Referências Bibliográficas, através de seu narrador, informa que os fabulosos pinhais da Lumber estavam localizados nos 15 km de cada lado da linha, contanto que a área total não excedesse ao que corresponderia à média de 9 km para cada lado da extensão total, [...]” (THOMÉ, 1980, p. 90).

Poder-se-ia pensar que isto, conforme a citação, era válido, só para terras devolutas. Seguindo vê-se: “Além de dar à companhia, também, preferência para a lavra de minas na zona privilegiada, dava direito de desapropriação, na forma do Decreto nº 816, de 10 de julho de 1855, de terrenos de domínio particular, prédios e benfeitorias, que fossem precisos para o leito da estrada, estações [...]” (THOMÉ, 1980, p. 90).

A esta altura das análises político-socioeconômicas é oportuno se perguntar se adiantava pedido de indenização de pequenos colonos ou de algum coronel-fazendeiro, diante da objetividade deste decreto 816.

No filme que nos chegou às mãos, graças à gentileza da família Pacheco, de Três Barras e União da Vitória, notamos o PODER do grupo Farquhar, através de um, apenas, de seus ramos, madeira. Referências apenas da ferrovia, como base originária de terras cobertas de pinhais.

As imagens mostram a imensidão das áreas providas de araucárias e entrecortadas, em vários sentidos, por ferrovias particulares da empresa. Imagens mostrando uma tecnologia ímpar, já em 1910. Suas enormes locomotivas transitando com enormes comboios de gigantescas toras. Seu complexo de serras, vagonetes, quadros, guindastes, etc., em coordenação com trens. Nada comparável às pequenas serrarias, ínfimas, de nossos patrícios.

Este antigo filme de 1925, recuperado pelo Museu Guido Viaro, é um testemunho incontestável de poderio.

Vejamus um importante dado matemático, quando o filme cita, em espanhol: “Anualmente, la Lumber sierra dos millones de pies cúbicos de pinos y imbuías” (VIARO, Museu Guido, In: Botelho Film: Cinemateca, 1987)

Que Coronel serraria esta quantidade?

Mais adiante, o narrador informa (no que é reforçado por mais uma citação de Botelho), no que parafraseamos os dados que, além das enormes locomotivas (com imagens), adentrando as matas, a Lumber possuía ENORMES CALDEIRAS de VAPOR COMPRIMIDO, que era repassado para MÁQUINAS MENORES. Estas NÃO USAVAM FOGO, e, abastecendo-se do gás comprimido, estaleiravam a madeira serrada. Informamo-nos com habitantes de Três Barras e descobrimos que o apelido dessas máquinas era “Chaleirinha”. Lá está uma, na praça de Três Barras: Bem conservada, eis a “Chaleirinha”. Ela traduz pequena amostra do poderio do Grupo Farquhar... máquina que usava, sem fogo, o vapor comprimido, armazenado, sob forte calor e compressão, para se locomover.

Antes de mostrar a imagem da “Chaleirinha” em atividade, vai a objetiva, deslizando em veículo, sobre os trilhos, mostrando enormes pilhas de madeira serrada, nos dois lados do percurso, obedecendo a curvas e mais curvas a se perderem na distância. E a narração informa que, afora este avantajado estoque, a Lumber possuía, na época, **mais de um milhão de pinheiros para “serrar”**. (VIARO, Museu Guido. 1987, passim) Pobre PODER DE **CORONEL**...

Hoje, praticamente esgotadas as reservas araucarianas, restam as reminiscências...

Quem olhar, em Três Barras, verá plantações de “pinus” e não se aperceberá...

Ali restam lembranças... os mais antigos talvez saibam, na Divisa, ali morava o Coronel... um que teve seu sangue misturado à conflitante Serra de Santa Maria. De lá até Três Barras era um pulo, de lá, naquele plano, onde era a sede de sua fazenda... próximo de Três Barras...

E os vaqueanos sem postos, os que morreram?

E, mesmo os fanáticos anônimos que lá, no mesmo local, talvez sem saber ao certo por que lutavam, deixaram suas vidas?

Que poder está por trás de tudo?

Que poder, não escolhe pobres e ricos, e deles tira o que têm, apoiado até pelas leis?

SE UM CORONEL NÃO TINHA PODER, POR QUE QUERIAM SEU SANGUE?

Um Coronel naturalmente possuía poder. Como vimos, tinha obrigações, paralelamente. Se possuía poder, não se deve ter a concepção de um poder exagerado.

O que a maioria dos líderes fanáticos sabia era que muitos deles possuíam gado. Isto alimentava as tropas fanáticas e nada lhes custava...

O território escolhido pelos fanáticos estava em litígio, PR X SC, território ideal para se fazer uma revolta...

Mattos Costa sempre quis diálogo com os fanáticos, (por eles foi morto a 6 de setembro de 1914, paradoxalmente). Pouco tempo antes de sua morte, enviara Bertholdo e Boaventura ao chefe Elias de Moraes, pedindo rendição pacífica em troca de bens.

Veio, segundo historia Demerval Peixoto, a resposta seguinte:

“que - Os redutos se dispersariam depois de liquidados os “coronéis” Arthur de Paula, Chiquinho de Albuquerque, Fabrício Vieira, Amazonas Marcondes, Afonso Camargo, Pedro Vieira, Pedro Ruivo, irmãos Miechniekowk e outros, e ainda depois da restituição de vidas das mulheres e crianças mortas pelas forças do governo em Taquaruçu.” (PEIXOTO, 1995, p. 155)

É..., uma resposta clara, e, evidencia uma coisa bem fácil de entender... queriam a restituição das vidas... Isto denota o impossível..., o místico...

O leitor tem que cuidar muito com o sentido ambíguo que este documento ou outro pode transmitir. Neste caso, deve-se analisar a procedência do documento com seu motivo e nunca o destino como resultado positivo.

Logicamente, a procedência eram os fanáticos, que queriam os bens materiais das pessoas que nominavam.

No caso aventado, teríamos que ver o trabalho de campo, a sociologia dos fanáticos, os emissários, por que e a quem foram. Os fanáticos tinham motivos para tirar proveito das pessoas que citavam?

Ex.: Um dos citados é o Coronel Afonso Camargo. O trabalho de Francisco Filipak, da Academia Paranaense de Letras em Curitiba... (vide referências) é fabuloso em suas Pesquisas Científicas. Embora o intuito da obra seja a lingüística, podemos-la usar como base para outros tipos de pesquisa. Assim, se consultarmos a página 63, deduzimos dos atos legislativos (fonte citada) que o Presidente do Estado do Paraná era “Afonso Alves de Camargo” [...] “em 19 de Dezembro de 1919;” (FILIPAK. 1998, p. 63 e loc. cit.)

Ora, 1919 é data não muito distante do documento fanático (1914) quando, embora Presidente do Paraná, obrigatoriamente, não precisasse já sê-lo antes, mas, deveria ser Coronel abastado, possuindo bens que interessavam às hordas em revolta.

Assim, pesquisaríamos os outros homens nominados no documento, paralelamente.

É crença que, por ser bom, João Maria, o monge que viveu antes da guerra do Contestado, de forma alguma, ocasionou males pelo seu misticismo.

Que nada seu teria influência belicosa. Talvez, intencionalmente, não. Mas Frei Menandro não pensa assim. Vejamos o que diz em seu ensaio “A Revolução dos Fanáticos no Sul do Brasil”:

“É supérfluo penetrar nos grandes males que à Religião causou esse João Maria. A Guerra dos Fanáticos só foi possível na fé àquele mensageiro. Uma palavra de sua boca valia e vale ainda hoje mais do que as verdades eternas do Evangelho, do que quaisquer instruções de sacerdotes e bispos, e até o Santo Padre só acerta ensinar a verdade se esta confere com a pregação de João Maria.” (KAMPS, 1981, p. 31)

Ora, abordaremos sob o seguinte aspecto a afirmação de Frei Menandro Kamps, OFM:

Se o chamado Profeta João Maria não teve a oportunidade de pegar em armas, nem por isto deixou de predizer conflitos. Cita Frei Menandro que João Maria, entre outras e muitas previsões, profetizou “a próxima e Santa Guerra de São Sebastião” (KAMPS, apud STULZER, 1981, p. 30)

Note-se que o inspirador do “sebastianismo” foi o Rei D. Sebastião, de Portugal, morto em Alcácer-Quibir, sempre lembrado, mas, substituído pelos fanáticos, por confusão e distorção, pelo Mártir Cristão São Sebastião, do século III da nossa era.

Em estudo que fizemos entre fontes, locais de rezas, etc., de adeptos que ainda existem de João Maria, encontramos, junto à Cruz do Morro (Porto União-SC), várias imagens, ofuscadas outras pela mais saliente, a de São Sebastião.

Tantas décadas após JOÃO MARIA e podemos avaliar que José Maria (fugido da Força Pública do Paraná) usou o misticismo de João Maria (São Sebastião) para levar à luta, os fanáticos..., dizendo-se encarnação daquele, prolongou mais tempo a fé no místico. Aproveitou no território em litígio (em disputa), o pessoal dispensado da ferrovia, muitos renascentes federalistas (acostumados a degolas), e fé no chamado profeta, e, revoltou-se contra quem?

Quem era político, fazendeiro ou coronel possuía o que ele, (encarnação do profeta, como dizia) queria, ..., terras, ..., gado, mantimentos, ..., bens...

Ele pregava o que, após sua morte, seus seguidores consumaram. Saquearam e mataram (... Guerra de São Sebastião...).

Por que o sangue de um coronel?...

Porque seu sangue derramado levava consigo, derramados, seus sonhos, seus ideais, seu poder mais diminuído... junto a tudo, seu gado mais exposto, seus bens mais ao alcance, em uma terra quase sem leis.

Por que a queima, inutilização “[...] Itaiópolis, [...] e na Câmara Municipal rasgaram os livros.” (STULZER, 1981, p. 68) ou consumação de Prefeituras, Cartórios, Câmaras, etc.?

Porque ali deveriam estar identicamente atas e outros documentos de

propriedade...

E, finalmente, por que as queimas das sedes das fazendas de um Coronel, de um fazendeiro?

Obviamente, ali deveriam estar seus documentos de propriedade...

CONCLUSÃO

Estudemos nosso povo, respeitemos nossa gente, não acusemos, olhemos (somos envolvidos...) Olhemos suas lições. Lições dos dois conflitantes, motivos, induções.

Quando se viu o abandono dos últimos dias dos fanáticos que, cozinhavam, por horas, pedaços de couro de seus aperos, das rédeas de seus cavalos, para amolecê-los e ingeri-los...

Não tinham mais alimentos...

Quando se viu o sangue de um tenente militar que veio de longe combater, lá da terra carioca e que tombando, aqui o derramou... Na hora em que se soube do pulsante peito idealista de um Coronel da Guarda Nacional assassinado por fanáticos e levando consigo muito ainda do que poderia dar a seu povo e sua terra...

Quando se viu um homem envolvido socialmente chegar a chefe fanático e que, premido pelas circunstâncias, achou que devia continuar usando do místico para levar seus séquitos às batalhas...

Não pensemos no **poder** de um ou outro.

Sempre, por trás de tudo, está um poder maior, bem maior... Difícil identificar. Em um oprimido país como é o nosso espoliado Brasil, a Águia opressora e subterfugiada está quase no além... vede-a lá! "Onde?" Lá! além ...!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A SERRARIA da Lumber - 1919-1940/ VIARO, Museu Guido. Produção: Botelho Film 146 Rezende 148. Curitiba: Cinemateca. 1987. 1 filme (70 min), son., p&b, leg.

BARROSO, Gustavo. **O cruzeiro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1948.

CARNEIRO, David. **O Paraná e a revolução federalista**. 2.ed. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná/FUNDEPAR, 1983.

ENCICLOPÉDIA do Estudante Abril. São Paulo: Abril, 1974. v.5.

FILIPAK, Francisco. **Curitiba e suas variantes Toponímicas Coré - Curé - Cury**: ensaio histórico - LÍngüístico. Curitiba: Artes Gráficas e Editora Unificado, 1998.

MIRANDA, Alcibíades. **Contestado**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado raízes da rebeldia**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Ed., 1967. v.3

REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. Curitiba: Academia Paranaense de Letras, 1998.

SAGA. **A grande história do Brasil República 1889-1929**. São Paulo: Abril, 1981. v.5.

SILVA, Cleto da. Apontamentos históricos de União da Vitória (1768 - 1933). Separata de: Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense - Estante Paranista, 2, Curitiba, n.30, p.11-218, [197-].

PAULA E SOUZA, Arthur de. **Carta alertando iminente passagem ferro via**. Santa Leocádia: 30 de agosto de 1910. Arquivos Particulares Famílias Paula e Souza.

_____. **Carta informando locação da ferrovia destruindo bens da "Fasenda"**. Santa Leocádia: seq. carta 1ª 1910. Arquivos particulapres Famílias Paula e Souza.

STULZER, Frei Aurélio. **A Guerra dos Fanáticos (1912-1916)**: a contribuição dos franciscanos. Petrópolis: Vozes, 1981.

THOMÉ, Nilson. **Trem de ferro história da ferrovia no Contestado**. Caçador: Universal, 1980.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1995.

FACE EM REVISTA

Proposta de Assinatura

Nome:.....

Endereço:.....

Bairro:..... Cidade:..... UF:.....

CEP:..... Fone:.....

E-Mail:.....

Profissão:.....

...../...../..... Assinatura:.....

Estou enviando cheque nominal, cruzado, para Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória - FACE.

Estou enviando, junto com esta proposta, via fax, comprovante de pagamento no BANESTADO, agência 066, c/c 1518-3.

nº 1/98 (R\$ 10,00)

nº 1/2/99 (R\$ 10,00)

nº 1/3/2000 (R\$ 10,00)

Assinatura anual 2001 (R\$ 10,00)

FAXFACE - 0XX42-5221837

E-mail biblioteca@face.br

